Marina Oba

MEMÓRIAS DE UM TERRITÓRIO

Ideais de arquitetura e cidade na
construção da Esplanada de Santo Antônio

2019

CRÉDITOS

Autora: Marina Oba
Revisão: Fabiane Lima Ferreira
Design: BiDS: Brunno Douat e Ingrid Schmaedecke

Impresso em Curitiba, 2019

Marina Oba

MEMÓRIAS DE UM TERRITÓRIO

Ideais de arquitetura e cidade na
construção da Esplanada de Santo Antônio

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio
convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Oba, Marina
Memórias de um território: ideais de arquitetura e cidade na construção da Esplanada de Santo Antônio / Marina Oba; orientador Hugo Segawa. — São Paulo, 2019.
204 p.

Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

1. Rio de Janeiro — Planejamento urbano. 2. Morro de Santo Antônio — Rio de Janeiro. 3. Arquitetura corporativa. I. Segawa, Hugo, orient. II. Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em:
<<http://www.fau.usp.br/fichacatalografica/>>

Tese de Doutorado apresentada à
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo,
como requisito para a obtenção do título de
Doutora em Arquitetura e Urbanismo,
sob a orientação do Prof. Dr. Hugo Segawa

2019

Folha de aprovação

Nome: **Marina Oba**
Título: **Memórias de um território: ideais de arquitetura e cidade na construção da Esplanada de Santo Antônio**

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Prof. Dr. Hugo Segawa

BANCA EXAMINADORA

Instituição	
Julgamento	
Instituição	
Julgamento	
Instituição	
Julgamento	
Instituição	
Julgamento	
Instituição	
Julgamento	

para Emerson e Luca

Agradecimentos

Mais do que um esforço sistemático, com certo grau de solidão, uma tese é uma produção coletiva: necessita de substrato fértil, contexto seguro, orientação, apoio e incentivo constantes. Ao longo dos anos de desenvolvimento desta pesquisa, tive a sorte de desfrutar de todas essas condições. Agradeço a todos que de alguma forma participaram dessa empreitada, tornando-a não apenas possível, mas também muito prazerosa.

À FAU USP, aos professores da pós-graduação e aos servidores, pelo trabalho diário. Em especial, ao meu professor e orientador Hugo Segawa, pela dedicação e pelo cuidado na leitura e discussão de tantas versões de cada linha escrita. Aos professores Paulo Bruna e Ruth Verde Zein, que compuseram minha banca de qualificação e que foram fundamentais para o direcionamento e o encaminhamento do trabalho. À CAPES, que me permitiu apresentar parte deste trabalho em Santiago no Chile, no ano de 2018.

Aos professores da FAU UFRJ Vera Regina Tângari, Lucia Maria Sá Antunes Costa, Rodrigo Cury Paraízo, Adriana Sansão e Naylor Vilas Boas, pela disponibilidade e paciência ao guiar meu percurso em um contexto muito mais íntimo a eles do que a mim. Às colegas Aline de Figueirôa Silva e Rosane Piccolo pela troca de e-mails; e à Cibele Monteiro, pela companhia nos estudos.

A todos os entrevistados, que dividiram comigo seu tempo, seus arquivos, suas memórias e sua história: Abrão Assad, Alfred Willer, Ariel Stelle, Helio Brasil, Joel Ramalho, José Sanchotene, Leonardo Oba, Oscar Mueller, Roberto Gandolfi, Rubens Sanchotene e Vicente de Castro. Ao BNDES, em especial, Luiz Carlos Batista e Michele Gomes, que, com as equipes de zeladoria e da brigada de incêndio, gentilmente me receberam e me guiaram pelas entranhas do EDSERJ. À Petrobras, pelas imagens oferecidas por André Motta, Estela Messias e pela equipe do Banco de Imagens, e pela disponibilidade da Raquel Leal.

Ao grupo de professores de Arquitetura e Urbanismo da UP e da UFPR, pela parceria ao longo dos últimos anos, principalmente àqueles que dividiram comigo o atelier: Alexandre Ruiz, Antonio Abrão, Boris Cunha, Ciro Andrade, Elissa Toledo, Fernanda Brocardo, Gisele Pinna, Haraldo Freudenberg, Jacksson Depoli, Moara Zuccherelli, Rita Patron, Rodolfo Sastre, Sergio Tavares.

À Fabiane Lima Ferreira, pela revisão atenta do texto. À Ingrid Schmaedecke e ao Brunno Douat pela dedicação na diagramação do volume final. À Ana Gisele Ozaki e à Ana Paula Pacheco, que mesmo distantes, estiveram sempre presentes e dispostas a me ajudar.

À minha família, pela compreensão nas minhas ausências, em especial aos meus pais, Leonardo e Raquel — sempre em prontidão. À Camila e ao Julio, que me emprestaram sua casa e seus filhos durante as minhas visitas.

Ao Emerson, meu companheiro e maior incentivador em tudo, sempre.

Muito obrigada!

(Fonte: EMPRESA de
Propaganda Brasileira,
1917 — imagem
completa em anexo)

Os antigos me chamavam de Utopia: lugar nenhum, isolado e sem frequência. Hoje, no entanto, sou rival da famosa República de Platão. Talvez até superando-a, pois o que Platão delineou em palavras, eu exibo em leis, homens e riquezas. Meu nome não deveria ser Utopia, mas Eutopia: um lugar de felicidade.

(Anemolio *in* More, 1518, xciii, tradução nossa)

Resumo

Perspectivas ideais do ambiente construído são recorrentes ao longo do pensamento arquitetônico. A maioria nunca saiu do papel. Algumas foram construídas

a partir do nada, em conjuntos, bairros e cidades completamente novos. Há casos, no entanto, em que planos idealizados intervieram em cidades existentes, mesclando-se no seu tecido, e continuaram se desenvolvendo de acordo com as demandas dessas estruturas vivas. Esse é o caso dos planos desenvolvidos para o território do Morro de Santo Antônio, entre os séculos XVIII e XX, que resultaram na construção da Esplanada e das sedes do BNDE e da Petrobras no Rio de Janeiro. As propostas de meados do século XX apresentam a Esplanada como uma prefiguração de cidade moderna, nos mesmos moldes de Brasília, que só se consolidaria depois da validação da nova capital. Após 1960, o vazio inventado para a construção do novo território passou a simbolizar a permanência do poder na ex-capital, e a sua capacidade de representar não apenas o passado do país, mas também o seu futuro. Esse desejo por transformação e vanguarda está materializado nas obras de constituição do vazio — viárias e topográficas — e também nos edifícios construídos que o ocuparam. O presente trabalho analisa o território em duas escalas: enquanto recorte urbano e enquanto aglomerado de edifícios. Trata dos planos, das obras e dos edifícios, incluindo os processos de concepção, evolução e materialização. Os personagens e outros fatores relacionados às disciplinas de arquitetura e urbanismo constituem parte fundamental, mas não protagonista, da trama complexa de decisões que distorcem, modificam e interrompem a linearidade dos processos de desenvolvimento urbano. Os resultados edificados, portanto, não são um relato unilateral daqueles que propuseram as intervenções em primeiro lugar, mas uma construção coletiva e multidisciplinar, que carrega uma série de sobreposições e contradições ao longo da sua história.

Palavras-chave: Rio de Janeiro — Planejamento urbano
Morro de Santo Antônio — Rio de Janeiro
Arquitetura corporativa

Abstract

Visions of the ideal city have been recurrent throughout the history of architecture thinking. Most of them were never built. Some of them came to life from scratch, in brand

new ensembles, neighbourhoods, and cities. However, there are other cases in which idealized plans intervened in existing cities, merging with its fabric, and kept evolving according to the demands of the living structures. This is the case of the plans developed to the Santo Antônio Hill territory, between 18th and 20th centuries, that resulted in the construction of the Esplanade and the BNDE and Petrobras headquarters in Rio de Janeiro. The mid-20th-century proposals present the Esplanade as a prefiguration of the modern city, following the same concepts of Brasília, but would only be consolidated after the construction of the new capital. After 1960, the urban void created for the Esplanade started to represent the permanence of the power in the ex-capital, and its capacity of embodying not only the nation's past, but also its future. The drive for transformation and vanguardism is materialized in the site's modifications for consolidating the void — roads and topography — and also in the buildings that occupy the site. This research analyses this territory in both scales: as a part of the urban fabric and as an ensemble of buildings. Embracing the plans, the site work and its buildings, it also includes the processes of conception, evolution and materialization of the projects. The characters and other factors related to the disciplines of architecture and urbanism play a fundamental role, although not as protagonists, in this intricate plot of decisions that distort, modify, and interrupt the linearity of urban development processes. Therefore, the built results are not a unilateral account of those who proposed the interventions in the first place, but a collective and multidisciplinary construction, loaded with overlaps and contradictions throughout its history.

Keywords: Rio de Janeiro — Urban planning
Santo Antônio Hill — Rio de Janeiro
Corporate architecture

SUMÁRIO	
19	Introdução
29	Parte 1: Planos para a capital nacional
31	Uma capital para a Colônia
37	Uma capital para o Império
49	Uma capital para a República
63	Uma capital para o Estado Novo
75	Uma capital para a Resistência
85	Parte 2: Edifícios para uma capital <i>per se</i>
105	(Mudanças de) Planos para a Petrobras
107	<i>Petrobras na Avenida Presidente Vargas</i>
115	<i>Petrobras na Esplanada de Santo Antônio</i>
139	(Mudanças de) Planos para o BNDE
141	<i>BNDE em Brasília</i>
153	<i>BNDE na Esplanada de Santo Antônio</i>
183	Sobreposições
195	Referências bibliográficas
201	Fontes das imagens

1769: Mapa da muralha	
1843: Plano de Beaurepaire-Rohan	
1847: Plano de Grandjean de Montigny	
1853-1876: Concessões a particulares	
1875 e 1876: Relatórios da Comissão de Melhoramentos	
1880: Plano de Giuseppe Fogliani	
1890: Concessões e planos teóricos da década	
1902: Planos durante o governo de Pereira Passos	
1910: Planos para a futura propriedade	
1920: Planos da Companhia Industrial Santa Fé	
1929: Plano de Alfred Agache	
1938: Plano de Camargo e Almeida	
1942: Plano de Saboya Ribeiro	
1945: Plano Alternativo	
1948: Planos de Reidy	
1950: Planos durante o desmonte	
1966-1974: Planos para as Sedes	
1966: Corredor Cultural	
1999: Mapa cadastral

Introdução

Ideal na filosofia platônica é um substantivo utilizado para um padrão absoluto invisível aos olhos, possível de se definir apenas de maneira abstrata. Como adjetivo,

ideal é usado desde o século XVI para elementos palpáveis ou não, que atingem toda a perfeição que pode ser imaginada ou desejada. Apesar de versões ainda imperfeitas, construções ideais estariam o mais próximo possível da perfeição, ou seja, não poderiam ser melhoradas, tornando-se imunes a desenvolvimentos ou a mudanças ao longo do tempo. Não obstante essa concepção individualmente absoluta e fixa, as criações ideais, bem como seus criadores, estão intrinsecamente conectadas ao seu tempo: tratam-se de produtos culturais, diretamente influenciados por aspectos sociais, políticos, artísticos, geográficos e tecnológicos, e representam uma atitude frente às complexidades do cenário corrente.

No campo da arquitetura e do urbanismo, construções ideais se mostram presentes ao longo da história com grandes contribuições. Quando permanecem no domínio virtual, estimulam reflexões e instigam possibilidades inovadoras. Mas, em geral, compõem uma narrativa constantemente acompanhada pela tentativa de materialização, ainda que os meios de efetivamente implementá-las nem sempre tenham sido objeto de interesse equivalente por parte dos seus criadores. Esses frequentemente dedicaram seus trabalhos a membros da elite ou tentaram se associar a figuras e instituições políticas como mecanismo de viabilização.

Raros são os casos em que iniciativas como essas são concretizadas, principalmente em sua totalidade. Quando viabilizadas, as propostas ideais se tornam sujeitas ao mundo real. Sob efeitos do tempo, do dinheiro, da política e de outros fatores nada ideais — e até mesmo imprevisíveis — suas versões “do mundo real” frequentemente resultam no completo oposto de suas intenções originais: conceitualmente inefetivas, tecnicamente ineficientes e, eventualmente, destrutivas, especialmente quando se trata da escala urbana.

O caso brasileiro mais emblemático de materialização de uma construção urbana ideal é o de Brasília. Não se tratou apenas de um impulso presidencial de construir uma nova capital. Essa iniciativa não apenas foi viabilizada, mas também gerada pelas novas experiências urbanas e arquitetônicas implementadas no Segundo Pós-Guerra, pelos desenvolvimentos tecnológicos aplicados — também — no setor da construção civil, pelo momento econômico e político do país e do mundo, pela repercussão mundial de trabalhos de profissionais brasileiros em arquitetura e por outros diversos fatores intrínsecos à história do país.

Outros casos trazem intervenções em recortes adjacentes a cidades estabelecidas —principalmente, na construção de novos bairros,

unidades de vizinhança e conjuntos habitacionais em grande escala — que, posteriormente, se conjugaram, com frequência, em um tecido unificado. De maneira similar aos casos anteriores, tais experiências urbanas de materialização de ideais também foram baseadas no vazio. Ao intervir em uma tela em branco, o projeto ideal poderia ser construído sem concessões a erros anteriores, condições preexistentes ou adaptações. Perseguiam-se as mesmas condições oferecidas em cidades utópicas: ilhas isoladas, livres de acidentes geográficos, fartas em recursos, com bom clima, habitantes regrados, culturalmente elevados e interessados exclusivamente no bem-estar coletivo.

Este trabalho, no entanto, traz uma experiência que diverge desse conjunto. Trata-se de um caso em que se tentou viabilizar não apenas uma, mas uma sequência de propostas urbanas ideais em um mesmo território específico, incrustado no centro do Rio de Janeiro: o território do Morro de Santo Antônio. Em vez de combater o vazio existente, ocupando-o, buscou-se inventar um vazio pela anulação das preexistências, na tentativa de embutir um novo coração em uma cidade em plena atividade.

Desde o século XVIII, o Morro de Santo Antônio foi objeto de estudos de intervenção, com registros de interpretações distintas ao longo da história da cidade. Ao assumir um papel diferente a cada momento político e social vivido pela cidade, a análise histórica do recorte específico oferece um ponto de vista sobre a cidade do Rio de Janeiro como um todo.

Localizado nas franjas da sua porção fundacional, em um primeiro momento, o território do Morro de Santo Antônio foi valorizado como uma ferramenta de defesa contra investidas terrestres. Acalmados os temores militares, passou a ser entendido como empecilho à expansão do tecido urbano. Com o crescimento da cidade em limites e em poder, a demolição do Morro e sua posterior ocupação tornaram-se objetivos reais da administração local. Na década de 1920, a área foi estudada por Alfred Agache como um possível centro de negócios. No fim dos anos 1940, Affonso Eduardo Reidy considerou o território como a última oportunidade de se construir um centro cívico moderno para o país na capital, que já trazia embutido no seu tecido o passado histórico nacional. A nova Esplanada reordenaria a estrutura existente no Rio de Janeiro e provaria a capacidade de reinvenção da cidade para incorporar os ideais do urbanismo moderno. Mesmo após o abandono do projeto por Reidy, as mesmas diretrizes foram exploradas em outras 15 variações desenvolvidas pelo governo local, nenhuma delas totalmente executada.

Apesar da indefinição sobre o que viria a se tornar a Esplanada, a demolição do Morro foi iniciada — de fato — em 1952, logo após a retomada da determinação de interiorização da capital na Constituição (1946), isso antes da decisão de Juscelino Kubitschek de construir Brasília, em 1956. Somente em 1970, a primeira parte da obra foi concluída: duas vias ortogonais cortaram o território, em uma intersecção em desnível, com o casario da Rua da Carioca e o complexo do convento franciscano preservados. As extensões das duas vias nunca foram continuadas, deixando pouco claras as intenções originais de projeto de integrar o território ao resto da cidade.

Nesse meio tempo, Brasília já havia substituído o Rio de Janeiro enquanto capital do país. O canteiro de obras foi, então, tomado pela ascensão dos novos edifícios que ocupariam a Esplanada. Não mais um centro cívico nacional. Em seu lugar, um conglomerado dos maiores representantes dos poderes econômico, social e político nacionais da década de 1970, conquistados pelo Rio de Janeiro mesmo após pressões federais pela transferência da capital para Brasília.

A narrativa histórica apresentada ao longo deste trabalho demonstra a tese de que a Esplanada foi uma prefiguração de cidade moderna no Rio de Janeiro, baseada nos mesmos ideais de Brasília, que só se consolidou após a validação da nova capital. Desde os primeiros estudos, representava a presença do poder no Rio de Janeiro. Mais tarde, abraçou ainda a capacidade da cidade em representar não apenas o passado histórico do país, mas também o seu futuro. Após a transição política da capital, mostrou-se como uma tentativa rebelde contra a mudança dos poderes de capital para Brasília, que perdurou desde a determinação constitucional da transferência até as primeiras décadas da nova capital. Essa manobra ficou registrada não apenas nas grandes obras viárias e de alterações topográficas no território, mas também nos edifícios e instituições ali presentes.

Ao menos cinco são os edifícios emblemáticos da Esplanada de Santo Antônio que poderiam ser objeto desta análise: a Catedral Metropolitana, a sede do Banco Nacional da Habitação (BNH), a sede da Caixa Econômica Federal (CEF), a sede da Petrobras e o Edifício de Serviços do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). No entanto, apenas os dois últimos edifícios reúnem concomitantemente as características de símbolo de permanência da capitalidade no Rio de Janeiro e a localização no território do Morro de Santo Antônio. Isso porque a Catedral independe da condição de capital; o BNH foi criado em 1964 — após a transferência da capital para Brasília —, e a sede da CEF está fora da área de projeção do Morro. Além disso, Petrobras e BNDE são exemplares importantes da produção de um grupo de arquitetos de Curitiba que ganhou destaque nacional a partir do fim da década de 1960.

As histórias desses dois edifícios estão entremeadas entre si, bem como com o cenário corrente local e nacional. De maneira semelhante

à conformação do território, o conjunto edificado também é reflexo de decisões tomadas em domínios outros que o da arquitetura ou do urbanismo. Indício dessa extraterritorialidade está no fato de que não havia previsão urbanística, por parte da cidade, nem arquitetônica, por parte das empresas contratantes, de que os edifícios fossem construídos na Esplanada. Ou seja, juntamente com os planos que estruturaram o território, as histórias dessas sedes são fundamentais para decifrar a evolução, as constâncias, as dissonâncias, os empecilhos, as mudanças e os resultados edificados — esses ainda sujeitos a constantes mudanças — no processo de consolidação da Esplanada de Santo Antônio e da cidade do Rio de Janeiro. A sobreposição de ideais, aliada ao paralelo desenvolvimento da cidade ao longo da história, conformou o que hoje é a Esplanada de Santo Antônio.

As características físicas do território do Rio de Janeiro foram sendo modificadas ao longo de toda a história: os limites da sua costa, as áreas alagadiças ou os acidentes topográficos. Assim, há muitas pesquisas que associam a história política do município às propostas e intervenções de transformação do seu meio físico. Por meio de mapas e planos, estão descritas as prioridades e as verdades sustentadas em cada período. Destacam-se nessa linha, o *Atlas da Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, de Eduardo Canabrava (1965); o livro de Maurício de Abreu (2008), *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*; o compêndio de Planos Urbanos do Rio de Janeiro do século XIX, coordenado por Nina Rabha (2008); sobre o mesmo período, o trabalho de Verena Andreatta (2006) *Cidades Quadradas, Paraísos Circulares: Os planos urbanísticos do Rio de Janeiro do Século XIX*, somado ao *Atlas Andreatta* (2008); e o trabalho de sobreposição de mapas feito pela Rice University Humanities Research Center na plataforma digital *ImagineRio*.

Especificamente sobre o território do Morro de Santo Antônio, tem-se a série de artigos do professor Roberto Segre, entre 2011 e 2013, com o apoio do LAURD/UFRJ, em um rico trabalho de análise e crítica das propostas e das intervenções para o recorte. Soma-se a esse conjunto, os trabalhos de Adriana Sansão (2004) e de Raul Silva (2014), com leituras gráficas sobre o Morro; e os artigos de Paulo Cezar de Barros (2013 e 2014), também dedicados às modificações da geografia do Morro ao longo do tempo. Já Carlos Andrade (2009b) coleta os projetos para a Esplanada publicados na *Revista PDF*, entre 1938 e 1966, e questiona as medidas urbanas tomadas depois da transferência da capital, incluindo o desmonte do Morro de Santo Antônio e suas consequências para a cidade (ANDRADE, 2009a e c).

Percebe-se que há uma extensa bibliografia correlata, o que isentou este trabalho de lançar novo olhar sobre a história do Rio de Janeiro

ou sobre a evolução do seu tecido urbano como um todo. Associar mapas à história da cidade tampouco é uma tarefa inédita. Este trabalho dedica-se, mais especificamente, a oferecer embasamento para a tese de que as obras da Esplanada de Santo Antônio foram resultado das idealizações contemporâneas de cidade, aplicadas na conformação de um novo centro para o Rio de Janeiro. Dos relatos tangentes, pontuais ou descontínuos, contrastantes com a imponência do recorte hoje ocupado pelos edifícios-sede, foram pinçadas peças que compõem um conjunto sequencial inédito. Esse, analisado em paralelo ao cenário político da cidade, entra como parte da argumentação fundamental desta tese.

Tal perspectiva histórica do território de Santo Antônio, de Morro a Esplanada, é organizada em duas partes, relativas a dois momentos distintos da cidade do Rio de Janeiro frente à nação. A primeira parte refere-se ao Rio de Janeiro enquanto centralidade oficial, ou seja, num momento pré-Brasília. Engloba uma série de planos urbanos, decorrentes dessa posição oficial de destaque político do país, em que o novo vazio previsto assumiria papel de reordenador da cidade. Os capítulos são divididos de acordo com os momentos políticos nacionais e locais da então capital — enquanto Colônia, Império, República e Estado Novo, nomeados como capítulos de um a quatro respectivamente. Um quinto capítulo demonstra a mudança de postura na iminência da construção de Brasília. Trata da resistência à ideia de que a capitalidade seria uma característica passível de transferência e da associação do Território de Santo Antônio a essa bandeira política.

Em cada um desses capítulos, são exploradas e conectadas as interpretações do significado do Território, os papéis assumidos pela cidade e o contexto social corrente pela análise de planos idealizados para o Morro de Santo Antônio. Os mapas datados de até o fim do século XIX foram retirados de acervos museológicos ou referências bibliográficas primárias ou secundárias. A partir daí, os planos foram levantados principalmente em consulta ao banco de dados da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro. Nele, é possível consultar projetos de alinhamento e parcelamento que registram as intenções oficiais da prefeitura. Inicialmente, foram consultados os projetos para os logradouros limítrofes ou internos ao território analisado. Posteriormente, os esforços foram concentrados nas inscrições manuais feitas nas pranchas dos planos, que indicam projetos precedentes (substituídos) e consecutivos (substitutos), a fim de construir a linha evolutiva das propostas. Infelizmente, projetos fundamentais, como os de Agache (1929) e Reidy (1948 e 1949), não estão disponíveis para consulta. Nesses casos, outras fontes foram utilizadas, como acervos de museus e bibliografias relacionadas, com destaque para a tese de Ceniquel (1996).

A segunda parte da pesquisa refere-se ao momento pós-Brasília, em que ganham ênfase esforços para afirmar o Rio de Janeiro enquanto

centralidade autônoma e independente de atribuições oficiais da nação. Sobre esse período, Marly Motta (2001 e 2004) mostra-se como referencial importante ao tratar do processo de construção do Rio de Janeiro como cidade-capital, da fundação da identidade política local de ser a síntese da nação e dos rumos da cidade após a transferência — mas sem tratar do viés urbano. No cruzamento desse cenário com os planos cadastrados para o território — numerosos, com pouca variação e, mesmo assim, contraditórios entre si — percebe-se que eles refletem tanto a busca por demonstrar a relevância nacional da cidade, quanto as incertezas sobre seu futuro. Os capítulos incluem, em uma escala mais aproximada, os planos para os edifícios e suas imediações, bem como os processos que levaram ao agrupamento dos edifícios-sede em um sítio tão peculiar, desde as primeiras versões dos projetos arquitetônicos até a sua construção.

O primeiro capítulo dessa parte apresenta os projetos para o edifício-sede da Petrobras, nas versões desenvolvidas para a Avenida Presidente Vargas e para a Esplanada de Santo Antônio. O segundo, os projetos para o BNDE, em Brasília e na Esplanada. Os títulos dos capítulos evidenciam a volatilidade das decisões, tratando com ênfase não os planos em si, mas a sequência de mudanças de planos, e as nem sempre evidentes continuidades e discrepâncias, tanto na escala urbana quanto do edifício. Essas obras já foram exploradas dentro de conjuntos maiores, nos trabalhos de Pacheco (2004 e 2010), sobre a produção do chamado “Grupo Paraná”; de Michele Santos (2011), sobre o escritório Forte-Gandolfi; e de Berriel e Suzuki (2012), em depoimentos de arquitetos pioneiros em Curitiba. No entanto, as relações das duas obras entre si e com a Esplanada permaneciam inexploradas enquanto objeto específico de pesquisa. Além de uma análise descritiva de aspectos formais e espaciais, este trabalho explora nesses edifícios a dimensão temporal, tanto interna — relacionada ao processo de projeto, modificações, permanências e incompletudes — quanto externamente — relacionada a contexto, correlações, influências e cenários.

Ao encontro do que defende Theodore Prudon (2008) sobre a importância do relato dos autores ainda vivos a respeito do processo de preservação do patrimônio recente, mostrou-se fundamental envolver na pesquisa as equipes responsáveis pelos dois projetos. Sobre a sede da Petrobras, foram entrevistados Abrão Assad, José Sanchotene, Roberto Gandolfi e Vicente de Castro — José Maria Gandolfi e Luiz Forte Netto não se disponibilizaram a conceder entrevista. No caso do BNDE, a equipe toda mostrou-se disponível: Alfred Willer, Ariel Stelle, Joel Ramalho, José Sanchotene — novamente —, Leonardo Oba, Oscar Mueller e Rubens Sanchotene. As entrevistas foram conduzidas individualmente, sem interação entre os autores, nas residências ou nos escritórios dos próprios arquitetos — todos residentes em Curitiba, exceto Vicente de Castro, que mora no Rio de Janeiro. Aqueles que ainda mantinham algum material documental

armazenado disponibilizaram seus acervos para consulta. Foi também entrevistado um personagem fundamental, o então representante do BNDE, que participou ativamente dos projetos de Brasília e do Rio de Janeiro: Helio Brasil. Não foi possível contato com nenhum personagem similar envolvido no projeto da Petrobras, nem acesso aos projetos dos concursos ou dos edifícios da estatal, que não se encontram em posse de nenhum dos entrevistados. Fragmentos de todas essas conversas foram transcritos para ilustrar quem são os personagens, suas impressões, memórias e quais as relações individuais com os projetos, os processos e as obras edificadas. Mesmo em situações de contradição, os relatos foram importantes para se construir as facetas interpretativas de um mesmo objeto.

Esta tese abraça, portanto, a análise de um território único em duas escalas: uma enquanto recorte urbano, e outra enquanto aglomerado de edifícios. Para cada uma dessas escalas foi desenvolvido um infográfico global, com o objetivo de guiar a navegação pelo trabalho. Os capítulos respeitam a organização dos infográficos e referenciam-se a eles de maneira constante, o que justifica sua apresentação em forma de encartes soltos e dobráveis.

O primeiro infográfico (INFOGRÁFICO 1) traz a linha evolutiva dos planos para o território do Morro de Santo Antônio. Os mapas, projetos ou planos de alinhamento foram inseridos como figuras em seu formato original ao longo do texto. Alguns deles demandaram modificações para facilitar a leitura. No infográfico, esses 32 mapas foram reduzidos e apresentados em mesma escala com padronização gráfica: o traçado viário em preto, o perímetro do Morro em cinza e as edificações em branco. Estão alinhados cronologicamente, no sentido de leitura (da esquerda para direita) e agrupados de acordo com o período político em que se inserem (de cima para baixo), organização essa também presente nos capítulos da tese: capital da Colônia, do Império, da República, do Estado Novo, da Resistência e, ainda, os dois momentos do Rio de Janeiro enquanto capital *per se*: Estado da Guanabara, e capital do Estado do Rio de Janeiro. Uma linha do tempo vertical, de escala constante, dimensiona os intervalos de tempo e situa tanto os principais eventos (lado direito) quanto a elaboração de cada um dos planos (lado esquerdo).

Já o segundo infográfico (INFOGRÁFICO 2) aplica a lógica taxonômica — emprestada da biologia — aos quatro projetos (de baixo para cima): Petrobras Presidente Vargas, Petrobras Esplanada, BNDE Brasília, BNDE Esplanada. Os projetos são os geradores das categorias (táxon), e agrupados a eles estão exemplos correlatos, anteriores e posteriores, organizados cronologicamente (da esquerda para direita) e

dissecados ao longo da segunda parte do trabalho. De maneira similar ao Infográfico 1, apresenta uma linha do tempo, dessa vez horizontal, com a distribuição de todos os projetos. Diferentemente, no entanto, a escala da linha do tempo varia, com cada barra representando o intervalo de cinco anos. Como resultado, tem-se um mostruário, como aqueles de insetos ou artrópodes presos a alfinetes, com os projetos dispostos lado a lado e em mesma escala, evidenciando suas semelhanças e contradições intra e extra táxon.

O material gráfico representa um ponto de grande importância para este trabalho não apenas enquanto produto. Sua coleta e organização foram fundamentais para a construção do trabalho como um todo. Assim, além da função norteadora, os infográficos mostram-se bastante relevantes para análises conjuntas ao longo do desenvolvimento intra e entre capítulos, para a síntese geral, ao fim do trabalho, e para incitar outras abordagens e análises sobre o mesmo ou diferentes temas. Ou seja, o que se apresenta aqui como produto é, na verdade, recurso para se ampliar fronteiras de pesquisa.

O trabalho apresenta uma análise transversal das idealizações para o território do Morro de Santo Antônio, em duas escalas: enquanto recorte urbano e enquanto aglomerado de edifícios. Dá-se ênfase a dois momentos de maior protagonismo do território. O primeiro deles, quando as propostas para sua ocupação se apresentam como uma prefiguração de cidade moderna, seguindo os mesmos ideais que moldariam, anos mais tarde, Brasília. O segundo, quando desdobramentos desses planos culminam na construção de um pretensioso vazio em meio ao consolidado tecido urbano carioca, que pouco a pouco seria ocupado.

Percebe-se que a busca pelo vazio aparece como ponto comum entre Brasília e Rio de Janeiro na construção da ideia de capitalidade. Uma diferença fundamental, no entanto, afasta as duas experiências. Em Brasília, buscava-se ocupar o vazio ainda inexplorado, inaugurando a sua ocupação. Enquanto isso, na Esplanada de Santo Antônio, o vazio foi, paradoxalmente, construído, inventado, para ocupação em camadas posteriores. Mais que um território, o novo vazio simbolizava a ruptura em relação ao tecido urbano estabelecido e às suas referências. Mais que edifícios, tal vazio deveria abraçar monumentos, símbolos nacionais de poder e excelência, conquistados um a um. Ou seja, não se tratava de vazio por simples desprovimento de ocupação, mas um vazio construído e repleto de expectativas e valores simbólicos.

Quais as intenções, quais as vontades e quais os significados atribuídos a esse vazio? O que disso tudo foi materializado? Quais os

percursos e percalços até a sua consolidação? O trabalho se dedica a esse relato — ora de rebeldia e obstinação, ora de timidez e apatia — que não se torna imparcial por ser silencioso, não literal, registrado em concreto, metal, vidro ou papel. Como um livro de memórias do território do Morro de Santo Antônio a respeito do que aconteceu à sua volta, tampouco se limita em narrar apenas uma história alheia: expõe os efeitos do cenário corrente em si próprio e as suas tentativas de extrapolar a função de receptáculo, tornando-se agente representativo no curso da história.

PARTE I

Planos para a capital nacional

Uma capital para a Colônia

Enquanto os franceses exploravam a Baía de Guanabara e faziam seus carregamentos de pau-brasil, no início do século XVI, não era novidade para os portugueses as qua-

lidades geográficas da região. A inexistência de trilhas que ligassem o litoral ao planalto, no entanto, resultou na ocupação da vizinha Baía de Santos pela Coroa. Quando os franceses se estabeleceram de fato na Baía da Guanabara, já na metade do mesmo século, e conseguiram apoio dos habitantes nativos contra os portugueses, a estabilidade da região foi comprometida. Os conflitos perduraram por uma década (CAVALCANTI, 2010). Só então a Coroa Portuguesa sentiu necessidade de ocupar a região. Em resposta, foi fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565, como uma forma de defesa contra novas investidas francesas e revoltas da população nativa local.

Não à toa, portanto, a ocupação resultou num assentamento na parte alta do Morro do Castelo. Lysia Bernardes (1990) explica que a escolha do sítio para implantação da primeira ocupação foi balizada pelos critérios portugueses da época de salubridade e estratégia militar. Em relação à salubridade, o Morro do Castelo estava exposto aos ventos dominantes, o que garantiria o necessário arejamento do assentamento. Em termos militares, permitia o domínio visual tanto da entrada da barra quanto de toda a baía. Tratava-se de uma ocupação com caráter defensivo. Ali foram erigidos os edifícios que afirmavam a presença oficial da Coroa Portuguesa na baía: a Fortaleza, a Igreja de São Sebastião, a Casa dos Governadores, o prédio da Câmara e Cadeia, o Pelourinho, os Armazéns do Rei e o Colégio Jesuíta. Implantados de maneira densa e adjacente a um tecido residencial ainda tímido, resultavam em uma coincidência, nessa fase inicial, entre o centro da cidade do Rio de Janeiro e a cidade em si (SISSON, 2008).

Com a gradual diminuição do risco de invasões, o aumento da população e a diversificação das atividades econômicas, a cidade passou a ocupar com mais ênfase a várzea ao lado do Morro do Castelo. Como grande parte das atividades se relacionava com o litoral, um acesso ao mar facilitado era valorizado. A cidade passou, então, a se espalhar pelo intervalo pantanoso entre o Morro do Castelo e o Morro de Santo Antônio, ao Sul, e os Morros de São Bento e de Nossa Senhora da Conceição, ao Norte; o que resultou numa série de aterros (FIGURA 1). No século XVII, não apenas residências se alastraram pela área entre os morros, mas também os marcos da cidade.

Destacava-se, nesse recorte de várzea, a ligação entre o Morro do Castelo e o Mosteiro Beneditino de São Bento, localizado no morro homônimo. Essa linha Norte-Sul, paralela à praia, traçada principalmente pelas ruas Misericórdia e Direita, articulavam também a primeira praça da várzea: o Largo do Paço.

FIGURA 1: mapa do século XVIII mostra a ocupação da cidade do Rio de Janeiro como um grid regular paralelo à Baía de Guanabara e contido entre os morros. (Fonte: Bellin, 1764)

Num primeiro momento da descida do Morro do Castelo, os marcos se estabeleceram de maneira desarticulada no tecido; mas, com o passar do tempo, edifícios religiosos e oficiais passaram a ocupar o limite e os arredores do Largo: a Igreja e o Convento do Carmo, a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, o Casa dos Governadores, o sobrado Teles de Menezes, a Casa de Câmara.

Nesse contexto, o Morro de Santo Antônio ainda se encontrava isolado da malha urbana consolidada, não apenas pela sua topografia, mas também por ser rodeado de áreas alagadas. Os caminhos de Mata-Cavalos e da Bica percorriam o seu perímetro. A primeira construção na região foi de uma ermida, de Santa Luzia, cedida aos franciscanos em 1592. Estes, por sua vez, contribuíram com a ocupação da superfície do Morro com o Convento de Santo Antônio, cuja construção durou de 1608 a 1615.

Com a transformação da cidade em um importante entreposto comercial, o Rio de Janeiro voltou a ser alvo de investidas de saqueamento. A preocupação não se limitava à costa, mas se estendia aos ataques via terra, com o apoio de populações dos arredores. Por esse motivo, os planos da época indicam a previsão de uma muralha que protegeria a área mais densa da cidade, contida entre os morros. A barreira cortaria o Morro de Santo Antônio, utilizando seu cume para a construção de uma fortificação (FIGURA 2).

FIGURA 2: mapa de 1769 evidencia a previsão de muralha de fortificação nas margens da cidade. O Morro de Santo Antônio é cortado diagonalmente. (Fonte: Mappery, 2015)

À medida que a cidade expandia, a malha urbana se aproximava do Morro de Santo Antônio e as vias ao seu redor se consolidavam. A Lagoa de Santo Antônio, anteriormente utilizada para curtição de couro e banhos, foi aterrada em 1712 e, sobre ela, foi construído o Largo da Carioca, rodeado por casas, comércio e serviços. Além da função de abastecimento de água pelo Chafariz da Carioca, o Largo abrigava o Hospital Venerável da Ordem Terceira, demolido em 1900.

Superado o momento de função militar, a cidade passou a assumir a função portuária de alcance nacional e internacional, principalmente para o escoamento da produção de cana-de-açúcar da região Sudeste — principal atividade econômica do país, com domínio da região Nordeste. Com o fortalecimento da atividade mineradora e o consequente deslocamento do eixo econômico da colônia da região Nordeste para a Sudeste, o Rio de Janeiro se fortaleceu. Por meio da ligação da cidade com Parati, foi possível que os primeiros carregamentos de ouro das Minas Gerais chegassem à Baía da Guanabara. Essa facilitada ligação, a já existente relevância política da cidade e a conformação geográfica, defensivamente mais vantajosa em relação ao Porto de Salvador, compuseram razões suficientes para que o Rio de Janeiro assumisse a condição de capital oficial da Colônia, em 1763. Nesse contexto, a Casa dos Governadores passou a ser chamada de Paço dos Vice-Reis e uma série de renovações nos edifícios do Largo foi necessária. Tratava-se do novo centro da capital da Colônia.

No fim do século XVIII, o crescimento populacional acelerou, e a cidade se expandiu na direção oeste, além do Morro (FIGURA 3). Nessa época, o Campo de Santana se consolidava como segundo centro. Ao contrário do Morro do Castelo, que abrigava uma série de edifícios representativos, o Morro de Santo Antônio representava um elemento natural em meio ao tecido urbano em expansão. Até então, a imagem do Morro estava associada diretamente ao Convento de Santo Antônio, aos aquedutos (1750) que fazem a conexão até o Morro de Santa Tereza e ao chafariz. Essas construções caracterizavam o Morro como um importante ponto de encontro religioso e social (SEGRE et KOATZ, 2013).

Nessa época, o limite a norte do Morro de Santo Antônio já era a Rua da Carioca. A oeste do Morro de Santo Antônio estava a Rua do Lavradio, cuja importância derivava da ligação entre o caminho de Mata-Cavalos e a Praça Tiradentes. Inicialmente ocupada apenas por sobrados e pequenas construções, com o tempo, a Rua do Lavradio passou a abrigar usos mais diversos e de maior relevância comercial, fortalecida com a instalação dos bondes sobre trilhos na via e o ponto final no Largo de São Francisco. Se a norte e a oeste os limites do Morro de Santo Antônio eram bem definidos, as demais fronteiras eram mais imprecisas, com uma ocupação bastante desordenada ao redor dos Arcos da Lapa e com o Quartel da Brigada Policial na Rua Evaristo da Veiga.

FIGURA 3: mapa do século XIX mostra a expansão da ocupação em direção ao Campo de Santana. A densificação das áreas entre-morros contrasta com a baixa ocupação nas franjas do Morro de Santo Antônio, ainda no perímetro da cidade. (Fonte: Itamaraty, 2017)

Uma capital para o Império

Com a vinda da Corte em 1808, novamente a função da cidade — anteriormente base militar e entreposto comercial — se transformou para viabilizar a ideia de

construir um império na América Portuguesa. O Rio de Janeiro, como a única cidade colonial na história a tornar-se capital de um Império, deveria costurar em sentido e significado as capitanias separadas que compunham a rede de seu Império. Para isso, foi criada uma série de instituições (escolas, imprensa, livraria — embrião da Biblioteca Nacional —, Jardim Botânico, Academia de Belas Artes, Teatro Real, Banco do Brasil) a fim de marcar seu lugar de Corte. Por conta dos novos usos, das novas necessidades e dos novos agentes de uma nova classe social, várias transformações ocorreram também no espaço físico da cidade do Rio de Janeiro. Dom João VI (1767-1826) convidou Joachim Lebreton¹ (1760-1819) com o intuito de liderar uma equipe de artistas franceses para fundar o ensinamento das Belas Artes no Brasil e aproximar a cultura local do modelo francês. Entre os membros da equipe da chamada Missão Francesa de 1816, estava Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny (1776-1850), que posteriormente se encarregaria de planejar a ocupação do território do Morro de Santo Antônio.

Após a abdicação de Dom Pedro I (1798-1834) em 1831, o trono foi assumido por seu filho, ainda muito jovem, Dom Pedro II (1825-1891). A consequente incerteza sobre os rumos futuros do país favoreceu o debate sobre a relação de poderes entre o estado central e as províncias. Em 1834, o Ato Adicional oficializou o modelo centralizador de poder, transformando o Rio de Janeiro em Município Neutro, diferente das demais províncias, subordinado exclusivamente ao poder central. À capital cabia o papel de anular a visão provinciana, impondo padrões de comportamento, linguagem, gosto e moda para homogeneização e unificação de hábitos e costumes. Ou seja, deveria inserir o país no conjunto das nações ditas civilizadas, mantendo a unidade interna. Além da representação política de unidade e de ordem, a capital deveria representar seu cosmopolitismo, já que a capital era, em grande parte, o elo entre as províncias e o ponto de conexão dessas com o mundo. O Rio de Janeiro deveria assumir a função de matriz geradora de valores que delineariam o perfil da nação. Motta (2004) explica:

A ruptura política com Portugal e a indispensável organização do Estado brasileiro demandaram a elaboração das bases dessa nova

¹ Joachim Lebreton foi ligado ao governo bonapartista e secretário do *Institute de France*, que agrupa cinco prestigiosas academias: a *Académie Française*, a *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, a *Académie des Sciences*; a *Académie des Beaux-Arts*, e a *Académie des Sciences Morales et Politiques*.

nacionalidade. À estruturação político-territorial centralizada e unificada deveria corresponder uma produção simbólica capaz de cimentar uma determinada identidade nacional. Identidade que deveria garantir a essa nação tropical um lugar no mundo civilizado. (...)

Não é, pois, difícil identificar a unidade, a ordem e a civilização como os principais elementos que balizaram a construção do Rio de Janeiro como cidade-capital do Império do Brasil. Baluarte da unidade e da centralização, deveria enfrentar o desafio de unificar uma vasta região pontuada por ilhas econômicas e culturais, desejosas de emancipação política, suprema ameaça. Competia-lhe ainda dominar e civilizar o seu entorno, marcando a fronteira da ‘barbárie’, encarnada tanto nas ameaçadoras revoltas das províncias quanto nos ‘rudes’ costumes do povo da capital. Sede do governo nacional, era no Rio que ecoavam os debates no Parlamento e na imprensa; eram os jornais cariocas que acompanhavam e interpretavam os fatos da Balaia da, da Farroupilha, da Cabanagem. Locus da política nacional, o Rio deveria ficar distante da política local, identificada com a mesquinha e a pequenez das brigas de comadres. Cosmopolita, responsável por mais da metade de todo o comércio exterior do país e por mais de um quarto do todo o comércio entre as províncias, estar no Rio Imperial deveria ser garantia de perfeita sintonia com o mundo civilizado. (M. Motta, 2004, p.11-17)

A essa imagem pouco se assemelhava o estado do Campo de Santana até o fim do século XVIII. O futuro centro da capital do Império se resumia a um areal remanescente à borda da urbanização, com nome derivado da Capela de Santana, essa construída em sua testada norte. A partir de 1800, a cidade ultrapassou esse limite, e o Campo de Santana passou a ter um papel mais ativo, de integração entre o Largo do Paço e a Cidade Nova, que crescia em direção à Quinta da Boa Vista² (FIGURA 4). Ali aconteceram os festejos do casamento de Dom Pedro I e Dona Leopoldina (1797-1826); da coroação de Dom João VI como soberano do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves; da coroação de Dom Pedro I como Imperador do Brasil; e do juramento do monarca à primeira Constituição Brasileira. Para cada evento, mais obras eram erigidas no entorno ou ocupando parte da própria praça. Nesse contexto, foram abrigadas sedes importantes no Campo de Santana, entre elas o quartel (posteriormente Palácio do Ministério do Exército), a sede para o Senado da Câmara, o Tribunal do Júri da Corte, o Supremo Tribunal de Justiça, o Paço Municipal, o Museu Real, o Arquivo Nacional, a Casa da Moeda. Assim, o Campo de Santana passou a reunir, no século XIX, grande parte das principais instituições

e eventos, num conjunto com certa unidade arquitetônica, bem como a centralidade que o antecedeu (SISSON, 2008). Apesar de perder o posto de centralidade principal, o Largo do Paço permaneceu como importante centralidade local, mas descaracterizada por conta das modificações do entorno e do próprio logradouro.

Além da concentração de marcos, o Campo de Santana era caracterizado por uma confluência de caminhos importantes. Um desses caminhos ia até o Paço de São Cristóvão, a oeste da cidade (o que posteriormente viria a ser a Avenida Presidente Vargas); e outro externo, caracterizado pela instalação da linha férrea a norte do Campo de Santana por Dom Pedro II, fazia a ligação da cidade com o interior do estado e com as propriedades da aristocracia rural, predominantemente representada pelos barões do café, atividade decisiva para consolidar o sudeste como polo econômico do Império.

À medida que o Campo de Santana se consolidava, a Rua da Carioca, a norte do Morro de Santo Antônio, se tornava uma ligação Leste-Oeste cada vez mais relevante: tratava-se de uma conexão direta entre o Campo de Santana, a Praça Tiradentes, o Chafariz da Carioca e o Morro do Castelo. O Morro de Santo Antônio não mais estava à margem da capital do Império, mas muito próximo de seu coração.

FIGURA 4: mapa de 1858 mostra a expansão da cidade em direção ao interior, ultrapassando o Campo de Santana. No Morro de Santo Antônio, é possível identificar o Convento e a área do Chafariz da Carioca. (Fonte: Biblioteca Luso-Brasileira, 2015)

2 A residência Real preferida por Dom Pedro I e Dom Pedro II (Sisson, 2008) era o Paço de São Cristóvão, na Quinta de Boa Vista, a oeste do Campo de Santana. Hoje, o edifício principal abriga o Museu Nacional, que está inserido no Parque Municipal Quinta da Boa Vista.

40

40

40

40

40

40

40

da tradição francesa, com praças monumentais limitadas por fachadas uniformes e vias retilíneas criando perspectivas e pontos de fuga, além de permitir interconexões e fluxos mais eficientes na cidade.

Três de seus projetos, complementares e coerentes entre si, trazem reflexões sobre a cidade, incluindo preocupações sobre abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os dois primeiros foram desenvolvidos no governo de Dom Pedro I, no início do século XIX. O primeiro deles foi um estudo para a construção do novo Palácio Imperial, em que propunha que o novo palácio ficasse à beira da baía, englobando o antigo paço. O segundo sugeria a transformação do Campo de Santana em uma praça menor, rodeada de fachadas uniformes, cujas entradas estariam conectadas às vias do entorno.

O terceiro projeto de Montigny, datado de 1847 e 48 — já no reino de D. Pedro II — retomou o projeto do Palácio Imperial juntamente com o Palácio do Senado. Dessa vez, levou-se em consideração mais do que a remodelação do centro consolidado, mas propostas para a articulação com os novos espaços urbanos que se desenvolviam no sul da cidade. Na proposta, o prédio do Senado ocupava um terreno em forma trapezoidal de um lado do Morro de Santo Antônio; e o Palácio Imperial estava previsto para o outro lado (FIGURA 6). Uma das ruas que contornavam o Senado foi prolongada para formar a “rua imperial projetada” que cortaria o Morro de Santo Antônio e ligaria o Rocio ao Largo da Ajuda, sem previsão de continuidade além desses marcos. O Convento de Santo Antônio seria mantido.

FIGURA 6: projeto de Montigny para a cidade do Rio de Janeiro. Propõe, como Beaurepaire-Rohan, uma ligação diagonal cortando o Morro, mas com um ângulo rotacionado em quase 30 graus no sentido horário buscando interligar marcos no tecido (Rocio e Largo da Ajuda), independentemente da continuidade das vias existentes. (Fonte Del Brenna, 1979)

1853-1876: Concessões a particulares

Ceniuel (1996) narra que a partir do início do século XIX, a área do Convento de Santo Antônio começou um processo gradativo de perda de terrenos, principalmente por dificuldades financeiras. De acordo com ele, em 1850, já se havia perdido 70% da área doada inicialmente. Nesse contexto, ganhou força o argumento de arrasamento do Morro, como na proposta de Beaurepaire-Rohan e Montigny, para maior aproveitamento e ocupação do território.

A lei de 1828 ajudou a formação de uma elite burguesa da cidade junto à classe dominante, permitindo a associação de empresários em companhias para operar serviços públicos e realizar obras públicas³. Com todas as obras públicas sob orientação da Câmara Municipal, resultado da neutralidade do município, essas propostas passaram a ser registradas como decretos e documentos municipais. Em consonância, o Decreto nº 353, de 12 de julho de 1845, passou a regulamentar o processo de desapropriação de terrenos por motivos de utilidade pública geral ou municipal da Corte. Segundo ele, as desapropriações se justificariam para a construção de edifícios e estabelecimentos públicos de qualquer outra natureza; ou intervenções urbanas de infraestrutura ou embelezamento, como construção, alargamentos ou prolongamentos de vias, praças, canais, pontes, fontes, aquedutos, portos, diques, etc.

Nesse contexto, há duas concessões de arrasamento do Morro de Santo Antônio a cidadãos comuns. A primeira delas, datada de 1853, confere ao Visconde de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant Pontes (1802-1906), ex-presidente da Província do Rio de Janeiro (1848), autorização para desmoronamento do Morro de Santo Antônio juntamente com o do Castelo e reconhece que se trata de um benefício à cidade em relação a salubridade pública, regularidade e facilidade de trânsito⁴. A segunda concessão aconteceu em 1873, ao Comendador Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro (1835-1905), de maneira muito mais específica que a primeira. No novo documento, foram incluídas

3 O Artigo 47 da Lei de 1º de outubro de 1828, assinada por Dom Pedro I, dizia: "Poderão ajustar de empreitada as obras que se houverem de fazer, mettendo-as primeiramente em préção, para preferirem aquelles, que se offerecerem por menor preço, precedendo vistoria legal, publicação do plano, e sua avaliação; e na falta de empreiteiros, as poderão fazer por jornal. E quando as obras forem de grande importancia, e alguns socios, ou emprehendedores se offerecerem a fazel-as, percebendo algumas vantagens para sua indemnização, enviarão as propostas aos Conselhos Geraes da Provincia."

4 O Decreto nº 1.187, de 4 de junho de 1853, atende à solicitação do Visconde de Barbacena, e o Decreto nº 1.459, de 14 de outubro de 1854, aprova os planos de construção. No entanto, esses planos não foram encontrados.

condições para a concessão, com direitos e deveres de ambos os lados, e mantidas as justificativas de salubridade, segurança, comodidade e regularidade. No entanto, o projeto não foi efetivado, e a concessão foi cancelada treze anos mais tarde⁵. Os projetos referentes a essas concessões não foram encontrados anexados aos decretos ou cadastrados na Secretaria Municipal de Urbanismo.

1875 e 1876: Relatórios da Comissão de Melhoramentos

No fim do século XIX, a salubridade e o embelezamento passaram a ter mais espaço no debate político nacional. Com isso, surgiram dois projetos de código de posturas para o Rio de Janeiro. Em 1866, José Pereira Rego (1816-1892), Barão do Lavradio, médico e vereador, apresentou à Câmara do Rio de Janeiro um projeto de código de posturas. Moura Filha (2000) evidencia a intenção civilizadora e moralizadora da proposta, colocando o saneamento como pré-requisito e símbolo de progresso e associando medidas de salubridade com o embelezamento da cidade — lembrando que, do outro lado do oceano, Haussmann já trabalhava desde 1853 nas obras de remodelação de Paris. Também em resposta às condições insalubres da cidade que dificultavam o angariamento de investimentos, anos mais tarde, em 1870, a Câmara Municipal editou um novo código de posturas, determinando medidas de urbanização do espaço público e critérios a serem respeitados pelas construções privadas. Essas propostas, no entanto, não resultaram em planos objetivos de aplicação imediata, mas orientações de como proceder no ambiente urbano para se construir uma cidade salubre e bela, digna de ser capital de um país em progresso.

Em 1874, já no fim do governo de Dom Pedro II, foi nomeada a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, composta pelos engenheiros Francisco Pereira Passos (1836-1913), Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim (1838-1916) e Marcelino Ramos da Silva (1844-1910), que eram encarregados do governo na Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas e que comporiam, mais tarde, o Clube de Engenharia. O primeiro relatório foi apresentado ainda em 1875 e concentrou suas propostas na área da Cidade Nova (área desde o Campo de Santana até a raiz da Serra do Andaraí, incluindo São Cristóvão, Engenho Velho e Rio Comprido), com definições de uma estrutura urbana para expansão da cidade, normas reguladoras para construção de edifícios, um esquema de drenagem, esgotamento e fornecimento de água potável na área e um programa de obras

⁵ Em consulta ao Decreto nº 5.337, de 16 de julho de 1873, que concedeu o direito de arrasamento e usufruto ao Comendador Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro, nota-se que o documento escrito encontra-se incompleto, além de não constar os projetos de arrasamento. Por não execução, a concessão, já prorrogada no Decreto nº 6.264, de 26 de julho de 1876, foi anulada no Decreto nº 9.569, de 20 de março de 1886.

FIGURA 7: mapa da Comissão de Melhoramentos de 1876 mostra a continuidade dada à trama regular do centro sobre o território dos Morros de Santo Antônio. (Fonte: Comissão de Melhoramentos, 1876)

Diante de inúmeras críticas por não abraçar a Cidade Velha em seu plano, a Comissão apresentou um segundo relatório, em 1876, com semelhanças às ideias do primeiro, insistindo na defesa de suas premissas com exemplos internacionais. No entanto, dessa vez os engenheiros se debruçam sobre a zonal central e a zona sul (Glória, Catete, Botafogo, Laranjeiras), reforçando as propostas contidas no primeiro relatório: propondo a abertura, prolongamento, alargamento e retificação de uma série de ruas na Cidade Velha; e o arrasamento dos Morros de Santo Antônio, do Castelo e do Senado, afirmando que seria determinante para melhorar a ventilação na cidade.

Sobre o Morro de Santo Antônio foi prevista a continuação da malha ortogonal do entorno, num alinhamento bastante próximo ao proposto por Beaurepaire-Rohan (FIGURA 7). Não há indicação de hierarquia entre as vias. O Convento seria mantido, rodeado de áreas livres, possivelmente ocupadas por taludes e arrimos, já que o entorno ocupado seria arrasado.

Não tendo o Estado capacidade financeira para bancar os custos de obra e desapropriação, os autores do plano idealizavam que os projetos seriam entregues a empresas privadas, para execução e usufruto das áreas e dos edifícios comercialmente. Tratava-se de um novo modelo, distinto do adotado anteriormente, porque não mais ficavam sob responsabilidade do empreendedor os projetos para a área concessionada. Apenas uma pequena parte das propostas dos relatórios foi efetivada.

de qualificação da orla à região Norte. Os engenheiros justificavam a escolha afirmando que aquela seria a região mais necessitada de melhoramentos, que oferecia melhores condições para o desenvolvimento da cidade e na qual os gastos e as dificuldades para realizar as obras seriam menores. O crescimento rápido das cidades e da população justificaria decisões que se demonstrassem mais eficientes, simples e imediatas na oferta de serviços urbanos, como bondes e saneamento. Manteve-se o discurso higienista, aliado ao estudo de fluidez de trânsito, mas admitiam-se inflexões nas estruturas lineares justificando que permitiam perspectivas distintas, que valorizariam o ambiente construído.

FIGURA 8: projeto elaborado por Fogliani em 1880 para a cidade do Rio de Janeiro. Percebe-se o traçado quase coincidente com o proposto por Beaurepaire-Rohan em 1843. (Fonte: Fogliani, 1903)

1880: Plano de Giuseppe Fogliani

Na mesma linha dos planos da Comissão de Melhoramentos, tendo como prioridade e justificativa a salubridade e organização da cidade, o italiano Giuseppe Fogliani, em 1880, apresentou uma proposta⁶ que também defendia o envolvimento do setor privado no projeto e na transformação urbana. Tratava-se de um empreendimento imobiliário que, além da “grande avenida” cortando o centro da cidade para conectar o Campo de Santana à orla, englobava prédios monumentais, teatros, comércio e hotéis.

No plano, Fogliani propôs vias que ligavam a cidade de mar a mar. Para isso, seria necessário o desmonte dos Morros do Castelo e de Santo Antônio, para se “executar oportunamente”. Ao contrário das demais propostas apresentadas até então para o Morro de Santo Antônio, deu-se maior importância à hierarquia do traçado, num eixo monumental conectando pontos distantes entre si, cruzando a cidade como um todo, e não apenas de ocupação de uma área inacessível até então, como defendeu Montigny (FIGURA 8).

Esse plano foi apresentado por Pereira Passos, então presidente da Companhia de Carris de São Cristóvão, a trinta dos maiores acionistas da empresa para que adquirissem o projeto e permitissem que ele, Passos, obtivesse a concessão pelo governo. A iniciativa resultou em dois decretos: um de aprovação (Decreto nº 9.707, de 29 de janeiro de 1887) e outro de prorrogação (Decreto nº 10.351, de 14 de setembro de 1889). Apesar de premiada na *Esposizione Generale Italiana* em Torino (1898) e aprovada pela municipalidade, a proposta não foi efetivada.

⁶ Parte dos documentos relacionados ao plano encontra-se na publicação “Projeto de Melhoramentos na Cidade do Rio de Janeiro pelo Eng. G. Fogliani”, de 1903. Na publicação, constam como proprietários do projeto a Américo Lage e Comp. A empresa comprou a concessão e apresentou o projeto a Pereira Passos em 1903, obtendo nova aprovação de construção do trecho da avenida entre a Rua Primeiro de Março até a Praça da República no ano seguinte. Estão compiladas nessa mesma publicação matérias de jornais que defendem a materialização da obra, incluindo comparações com São Paulo: “enquanto nos contentamos com projetos, a Capital do Café só se satisfaz com obras” (in Fogliani, 1903, p. 31).

Uma capital para a República	<p>A sugestão de José Bonifácio (1763-1838), ministro do Príncipe Regente D. Pedro e defensor da independência da colônia, de transferir a capital do Rio de Janeiro para o interior do território devido a maiores condições de segurança não foi atendida durante o Império. Somente depois da Proclamação da República (1889) é que a proposta ganhou força constitucional, mas com motivações distintas. Alguns acreditavam nos benefícios da incorporação da capital ao Estado do Rio de Janeiro; a outros interessava a possibilidade de ter o Rio de Janeiro como estado federado independente. Havia também o argumento de que a então capital não se encaixava nas características de ordem desejadas para uma capital, já que tinha um caráter agitado, de massa revolucionária, e o caráter estrangeiro, já que fora conformada pelos hábitos e pela elite portuguesa. De acordo com esse grupo, dever-se-ia seguir os modelos assumidos por Washington, de uma cidade pequena, longe da agitação, capaz de integrar as diferentes regiões do país, inspirada num mártir da nacionalidade (como Tiradentes), com uma localização central no país, possibilitando a integração da população espalhada pelo território nacional.</p> <p>Acertada a transferência da capital, publicada na Carta Magna em 1891, o Distrito Federal seria inserido no regime federalista como uma entidade híbrida, entre uma vida política autônoma, como nos demais estados, e um município neutro, dependente do governo federal central (MOTTA, 2004). Enquanto não se definia o sítio para a nova capital, planos continuavam sendo feitos para o Rio de Janeiro e para o Morro de Santo Antônio.</p>
-------------------------------------	---

1890: Concessões e planos teóricos da década

Em 1890, foi criada a Prefeitura do Distrito Federal que em treze anos viria a acumular 18 administradores efetivos ou interinos (REIS, 1977). Em meio a essa conturbada sucessão política, aliada a dificuldades econômicas, o período foi marcado por propostas teóricas e fragmentadas, patrocinadas por iniciativas privadas, que indicavam mudanças radicais no sistema viário (SEGRE, KOATZ *et* VILAS BOAS, 2012). Viu-se que desde a década de 1870 já havia propostas encaminhadas à apreciação do Poder Público por cidadãos ou empresas. Mas de acordo com Vaz e Cardoso (*in* DEL BRENNNA, 1985), na década de 1890 surgiu o maior número de pedidos de concessão para obras no Rio de Janeiro, desde projetos de ação localizada até projetos grandiosos de vias e outras intervenções na cidade⁷.

Andreatta (2006) explica esse fenômeno:

(...) o caráter de metrópoles que as cidades da Europa assumiram entre 1870 e 1914 foi forjado sobre a fixação de regras que definiam uma nova relação entre a esfera pública e privada nas cidades, que afetou tanto a realização do direito de propriedade quanto o financiamento das infraestruturas e dos serviços urbanos.
(...) ao contrário da Paris de Haussmann, o Rio de Janeiro do século XIX só contava com capital privado dedicado aos setores de remuneração rápida como era o mercado imobiliário, em atividades de compra de chácaras e fazendas para serem loteadas e comercializadas ou de construção de moradias para as classes populares da cidade (...). (V. Andreatta, 2006, p. 182-185)

O plano de Joaquim Galdino Pimentel (1849-1905), de 1890, aplicou a lógica de empreendimento imobiliário ao Morro de Santo Antônio. Ele elaborou uma proposta de embelezamento da cidade baseada na eliminação dos morros, na criação de um traçado radiocêntrico de avenidas diagonais e cinco praças na zona central, sendo uma delas em área a ser aterrada junto ao mar (SEGRE, KOATZ *et* VILAS BOAS, 2012).

No mesmo ano, em meio ao grande crescimento da cidade e as intenções de uniformização do tecido, o plano de Sabino Pessoa propôs o desmonte por completo do Morro de Santo Antônio e a utilização do material retirado para aterro da área fronteira ao Passeio Público. Quanto ao desenho, Andrade (*in* VAZ, 2008 p. 168) descreve

7 O artigo “Obras de melhoramentos no Rio de Janeiro: um debate antigo e um privilégio concorrido”, no livro “Uma cidade em questão II: O Rio de Janeiro de Pereira Passos”, traz dez propostas para a Avenida Central e lista outros diversos projetos para a cidade do Rio de Janeiro encaminhados à Municipalidade para aprovação. Fonseca (2007) traz relação das concessões para intervenções urbanas na cidade, com referência aos códigos dos documentos do Arquivo Geral da Cidade consultados. Andreatta (2006) também discorre sobre as concessões.

que a proposta conferia às áreas aterradas e desmontadas tratamento comum: uma malha ortogonal inerte ao entorno imediato, homogênea, com poucas áreas livres ou jardins, e nenhuma hierarquia viária.

Além desses planos, há uma série de decretos aprovados⁸ nas décadas de 1880 e 1890 relacionados ao desmonte e à urbanização do Morro de Santo Antônio. Nenhum deles foi executado, tampouco foram encontrados os desenhos dos projetos para consulta.

Segre e Vilas Boas (2011) narram que em 1897, após a falência das empresas responsáveis pelo desmonte, o Comendador José Marcelino Pereira de Moraes comprou os terrenos do Morro de Santo Antônio. A partir desse momento, contraditoriamente, edifícios públicos começaram se estabelecer ali: os Ministérios da Guerra, da Marinha e da Justiça e o Observatório Astronômico da Escola Politécnica.

1902: Planos durante o governo de Pereira Passos

Quando Campos Sales (1841-1913) assumiu a Presidência da República (1898-1902), substituindo Prudente de Moraes (1841-1902 — Presidente entre 1894 e 1898) que sofrera uma tentativa de assassinato, a instabilidade política era uma ameaça ao regime republicano. O objetivo do novo governo era, mais uma vez, a estabilidade. Assim, o presidente instalou dois princípios: a “política dos governadores”, em que os estados deveriam resolver os conflitos políticos; e a “política da capital”, em que a capital federal não exercia papel de solução, mas de administração. Não cabia a ela, portanto, formar a opinião nacional, mas aos estados.

Longe, portanto, de advogar o enfraquecimento do poder central como condição necessária para a efetiva implementação do federalismo no país, Campos Sales procurou qualificá-lo, colocando-o como fiador e garantidor desse processo. Tal como no Império, à capital republicana caberia a tarefa, indispensável naqueles anos de perigo para a sobrevivência do regime, de garantir a “harmonia dos interesses gerais”. (M. Motta, 2004, p. 25)

Para isso, era necessário conter a política informal das ruas, afastando-as das urnas; e a política formal, desarticulando as elites partidárias. À capital caberia ser o centro de socialização das elites estaduais.

8 Decreto nº 8.021, de 5 de março de 1881; Decreto nº 8.615, de 15 de julho de 1882; Decreto nº 3.113, de 23 de setembro de 1882; Decreto nº 8.836, de 5 de janeiro de 1883; Decreto nº 9.118, de 5 de janeiro de 1884; Decreto nº 9.569, de 20 de março de 1886; Decreto nº 9.707, de 29 de janeiro de 1887; Decreto nº 10.351, de 14 de setembro de 1889; Decreto nº 10.407, de 19 de outubro de 1889; Decreto nº 476, de 11 de junho de 1890; Decreto nº 615, de 31 de julho de 1890; Decreto nº 871, de 17 de outubro de 1890; Decreto nº 3.296, de 23 de maio de 1899.

Rodrigues Alves (1848-1919), sucessor de Campos Sales na Presidência da República (1902-1906), encontrou a capital politicamente menos agitada, assim como o cenário econômico do país. Nesse novo momento político seria conformado um novo centro: a Praça Floriano, em referência ao Marechal Floriano Peixoto⁹ (1839-1895). De maneira paradoxal, o homenageado do último centro do Rio-capital da República, obediente ao previsto em Constituição Federal, foi quem criou, em 1892, a Comissão Exploradora do Planalto Central, encarregada de delimitar a localização da nova capital no interior do país.

As duas centralidades adotadas pelo Rio de Janeiro até o fim do século XIX — Largo do Paço enquanto capital da Colônia, e Campo de Santana enquanto capital do Império — tiveram um desenvolvimento gradual, construído e consolidado aos poucos. O terceiro centro, no entanto, foi constituído rapidamente, “resultado de intervenções drásticas, complementares e simultâneas efetivadas por iniciativa dos governos municipal e federal” (SISSON, 2008, p. 84), decorrente de um cenário político impositivo e centralizador. As melhores condições políticas e econômicas conferiram ao engenheiro Pereira Passos — prefeito entre 1902 e 1906 — poder e verba para uma série de obras que permitiria à capital ser a vitrine e o espelho da nação.

(...) criar uma nova capital com um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômicas e políticas nacionais... Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas e transformá-lo num verdadeiro símbolo do “novo Brasil”. (Abreu, 1997 *apud* Andrade, 2009a, p. 72)

Os três principais legados foram a ampliação do porto, os decretos que vetavam alguns hábitos considerados incompatíveis com o novo momento da capital e a abertura da Avenida Central — que por consequência definiu os limites e o entorno da Praça Floriano, que teria gradual concentração de instituições públicas e culturais, e clubes de certa unidade arquitetônica¹⁰. No cenário internacional, tinha-se

9 Vice e sucessor de Marechal Deodoro, Marechal Floriano Peixoto foi Presidente do Brasil de 1892 a 1894, chamado de Marechal de Ferro, no comando de um governo centralizador e autoritário.

10 Em 1895, foi construída a Escola São José, incendiada em 1919 e substituída pelo palácio para o Legislativo Municipal em 1922. Em comemoração à abertura da Avenida Central, foi construído, em 1906, um obelisco no encontro entre o novo caminho e a Avenida Beira-Mar. No mesmo ano, foi inaugurado o primeiro edifício oficial do entorno: o Palácio Monroe — Réplica do pavilhão brasileiro premiado na Exposição Universal de Saint Louis, em 1904, ocupado de 1914 a 1922 pela Câmara dos Deputados; pelo Senado Federal, de 1925 a 1960; e pelos escritórios do Senado de 1960 a 1976, quando foi demolido. O Teatro Municipal foi inaugurado em 1909, contrapondo o Palácio Monroe

o objetivo de que o Rio de Janeiro pudesse superar sua concorrente Buenos Aires na atração de investimentos estrangeiros, principalmente o financiamento para infraestrutura urbana. Nota-se também grande interferência na topografia da cidade, com a conclusão do desmonte do Morro do Senado e o início do desmonte do Morro do Castelo.

Nesse contexto, foi adotado o sistema administrativo dos Planos de Alinhamento (PA), que registravam as intenções de projeto sobre a malha urbana existente. Andreatta (2006) explica que a técnica de alinhamentos é produto da consolidação de um novo sistema político com maior atuação da burguesia. O interesse da iniciativa privada vai além da simples delimitação das áreas de domínio e atuação públicas e privadas na cidade: justifica-se também pelo incremento de valor das áreas privadas de acordo com a atuação e a normatização do espaço urbano pelo poder público. Apesar dessa técnica já estar presente nas discussões desde os planos da Comissão de Melhoramentos, só a partir de Pereira Passos é que os PA passariam a ser numerados e ter sua vigência sistematizada.

Os primeiros Planos de Alinhamento Aprovados (PAA) para as áreas da borda do Morro de Santo Antônio são datados de 1903. No PAA 12 (FIGURA 9) consta o alargamento da Rua da Carioca, propondo a demolição do casario existente a norte da via, para 17 metros, bem como a Rua Uruguaiana. É proposta a abertura da Rua Ramalho Ortigão, paralela à Uruguaiana, interrompendo o cinturão edificado que rodeia o Morro.

Aprovado em 1905, o PAA 151 (FIGURA 9) trata da ampliação da área do Largo da Carioca com a demolição do Hospital da Ordem Terceira, ao lado da Imprensa Nacional, e o redesenho das esquinas, recuando-as do alinhamento existente. Não há, no entanto, proposta para ocupação da área do Morro em si, já que nesse período os terrenos pertenciam ainda ao Comendador José Marcelino Pereira de Moraes.

em relação à Praça Floriano. Em 1908, foi inaugurado o prédio da Escola Nacional de Belas Artes, que abrigou a partir de 1937 o Museu Nacional de Belas Artes; e, em 1910, instalou-se a Biblioteca Nacional também ao redor da Praça. Completam o conjunto também os clubes: Derby Clube, o Jôquei Clube, o Clube Naval e o Clube Militar. A partir de 1924, mais equipamentos culturais passaram a se concentrar na chamada Cinelândia, os cinemas Capitólio, Glória, Império e Odeon. Ladeados esses por comércios complementares e também pela sede da Rádio Nacional, que era sede também do jornal *A Noite*, na época o edifício mais alto da América do Sul. Em relação aos marcos religiosos, esses não consolidaram sua permanência. O Seminário São José foi demolido em 1904, o Palácio Arquiepiscopal não foi concluído, e o Convento da Ajuda foi demolido pela sua incompatibilidade tanto com a geometria do traçado da Avenida Central quanto com o novo estilo de vida do seu contexto com intensa vida boêmia, incoerente com a clausura das freiras do convento.

FIGURA 9: sobreposição dos PAAs 12, de 1903, e 151, de 1905. O primeiro traz a proposta de alargamento da Rua da Carioca, e o segundo, o redesenho do Largo da Carioca. (Fonte: SMU, 2016)

FIGURA 10: PAA 530, de 1912, ainda sobre o Largo da Carioca (Fonte: SMU, 2016)

1910: Planos para a futura propriedade

Após o falecimento do proprietário dos terrenos no Morro de Santo Antônio em 1910, o Estado buscou reaver essas terras. Aprovado em 1912, O PAA 530 (FIGURA 10) ainda mantém a área de intervenção dos planos anteriores, indica a posição do terminal dos bondes da linha Ferro-Carril Carioca e o redesenho das esquinas entre as ruas Treze de Maio, Santo Antônio e Barão de São Gonçalo.

Nos anos seguintes, começaram a surgir os primeiros planos mais globais para a área. O PAA 946, de 1916 (FIGURA 11), é o primeiro que abrange toda a superfície do Morro. Nele consta o levantamento da área, com a locação dos edifícios, as curvas de nível, o loteamento da região e as vias adjacentes, evidenciando o cinturão edificado que abraça o Morro em contraste com a baixa densidade do seu interior. Quanto à proposta, não se considera mais a opção de desmonte, ao contrário das anteriores. São sugeridas vias que contornam o Morro até atingir o seu cume — onde está prevista uma área mais ampla — e dois

FIGURA 11: a colagem das pranchas que compõem o PAA 946, de 1916, mostra a abrangência da proposta. Ela descreve sua topografia original, e propõe, além das vias curvas para atingir o cume, túneis ortogonais que ofereceriam possibilidade de cruzamento Leste-Oeste (da Rua do Lavradio até a Senador Dantas) e Norte-Sul (da Rua da Carioca até a Francisco Belizário). (Fonte: SMU, 2016)

túneis interceptados, conectando a Rua da Carioca com a Francisco Belisário, e a Rua do Lavradio com a Senador Dantas. Ceníquel (1996) destaca que a primeira aparição dessa intersecção de eixos, norte-sul e leste-oeste, assinala a vocação centralizadora da área do Morro dentro da malha urbana.

1920: Planos da Companhia Industrial Santa Fé

Em 1922, para comemoração do centenário da Independência, foi organizada uma exposição universal no Rio de Janeiro. Grandes obras construções estiveram envolvidas. Além da implantação de edifícios e avenidas e da conclusão da demolição do Morro do Castelo, esforços concentraram-se em transformar as imediações da Praça Floriano (FIGURA 12).

Primeira obra a ser realizada após a Grande Guerra, seu grande desafio era traduzir a vontade de renovação que então invadira todos os domínios da atividade humana. (...)

O balanço do país feito no raiar dos anos 20 apontava justamente a necessidade de um projeto de (re)construção nacional que garantisse a inserção do Brasil nessa nova realidade do pós-guerra. Esse momento foi, assim, marcado pela tentativa de colocar o país no ritmo da história, de torná-lo contemporâneo. (...) deveria cumprir a missão de expor o país à comunidade internacional em um momento particularmente decisivo de rearticulação da economia e da política em escala mundial. (M. Motta, 2004, p.33-34)

A porção a leste do entorno do Morro de Santo Antônio, localizada a oeste da Praça Floriano, foi diretamente influenciada pelo desenvolvimento da Cinelândia, principalmente as áreas do Largo da Carioca e da Rua Evaristo da Veiga. Nessa região, muitas empresas e escritórios construíram suas sedes, num conjunto bastante coeso. Com o desenvolvimento desse espaço, o contraste entre o entorno edificado e o Morro de Santo Antônio ficou ainda mais evidente. Principalmente com as habitações irregulares consolidadas nas suas encostas.

Segre e Koatz (2013) defendem que a precariedade dos assentamentos habitacionais nas bordas do Morro — formando um anel fechado de propriedade privada —, a inexistência de uma normativa urbanística, a mistura social e funcional e a dissonância da área verde contínua do Morro em relação ao entorno eram consideradas empecilhos ao desenvolvimento na concepção acadêmica da cidade regular. Assim, a fim de sanar essa questão, tanto a municipalidade quanto o setor privado estiveram envolvidos por muito tempo com propostas de modificação da área.

Desde 1920, os terrenos do Morro de Santo Antônio já eram de propriedade da Companhia Industrial Santa Fé, que assumira o compromisso do seu desmonte. No entanto, após os grandes investimentos

FIGURA 12: foto aérea mostrando o Morro do Castelo demolido, o Morro de Santo Antônio ainda preservado e a região da Cinelândia entre eles. (Fonte: Holland, 1930)

realizados para assegurar o desmonte do Morro do Castelo, o prefeito Carlos Sampaio orientou a Companhia que realizasse obras de embelezamento no território do Morro, e não mais seu arrasamento. Seguiram, portanto, a linha de atuação do PAA anterior. Com a diferença de que esses projetos não se colocam mais como obras fundamentais à articulação da cidade, mas como obras de qualificação e aproveitamento imobiliário de um vazio disponível no tecido da cidade. Ou seja, os túneis norte-sul e leste-oeste seriam retirados das propostas, e os caminhos concêntricos de subida do Morro, enfatizados.

Em março de 1921, foi lavrado na Secretaria de Estado dos Negócios, da Viação e Obras Públicas, o termo pelo qual a Companhia Industrial Santa Fé era autorizada a efetuar as obras de Embelezamento do Morro de Santo Antônio. A Prefeitura estabeleceria o arruamento nos limites do Morro e a Companhia criaria a nova rua de acesso ao Morro, com as instalações de água, esgoto, luz elétrica e gás. Nesse âmbito, seriam demolidos o velho prédio que serviu de enfermaria da Marinha e o Hospital da Força Policial. Em relação ao Observatório Astronômico, a Escola Politécnica transferiria à Companhia as construções e benfeitorias ali existentes, bem como sua área de tiro, e a Companhia, como compensação, se obrigava a dar à Escola terrenos e benfeitorias situadas no Morro da Conceição, na Chácara do Vallongo, além de construir os edifícios necessários às novas instalações. (Segre e Vilas Boas, 2011, p. 7)

O PAA 1390, de 1921 (FIGURA 13), mostra a primeira versão desse projeto. Preocupada com a posterior venda e ocupação dos terrenos, o Morro de Santo Antônio é permeado de vias concêntricas conectadas por escadarias que levam até uma área mais alta, pública, bem como uma linha de bondes.

Nas versões seguintes do projeto, foram mantidas as intenções de se acompanhar a topografia do Morro com vias e escadarias, sem previsão de mudança na ocupação das suas bordas pelas construções existentes. Englobam apenas as vias de acesso, e a linha de bondes é retirada.

No PAA 1428, de 1921 (FIGURA 14), os terrenos delimitados pelas vias são mais regulares e proporcionais. A topografia não é retificada para casar com a disposição dos lotes e das vias. O traçado sugere uma área plana mais extensa englobando oito dos terrenos, o que na proposta anterior só era sugerido para a praça central e seus quatro terrenos adjacentes.

No plano seguinte, o PAA 1549, de 1924 (FIGURA 15), as curvas do Morro aparecem bastante alteradas, com a sugestão de uma terraplanagem ainda maior na sua porção superior. O tamanho dos terrenos volta a crescer, e a posição dos acessos ao Morro é modificada. Volta a sugestão de via subterrânea partindo da Rua do Lavradio e da elevação de seis metros de um dos terrenos, mas sem o cruzamento ortogonal. Nessa proposta, pela primeira vez, a ocupação é chamada de Esplanada.

Entre 1921, ano em que se iniciam os projetos do ‘embelezamento’ do Morro, e a paralização, em 1929, a Companhia teve enormes dificuldades para poder construir a via de acesso ao espaço superior do Morro que foi terraplenado. As obras para obter o espaço que necessitava a rua para o seu desenvolvimento criaram discussões com a Imprensa Nacional e a Escola Politécnica, situada na parte superior do Morro, assim como o debate gerado pelo uso dos terrenos do Hospital da Polícia Militar e a Companhia Ferro-Carril Carioca. A empresa teve significativas despesas pela terraplenagem do Morro, feita pelos empreiteiros Cincinato do Nascimento e Meanda Curty & Cia. Até esse momento, estavam em curso, ou já haviam sido concluídos, os trabalhos de construção de muralhas de arrimo no Convento de Santo Antônio, nos fundos do Teatro Lírico e nos fundos da garagem da Rua Senador Dantas, a obra da Imprensa Nacional e a avenida de acesso do Largo da Carioca à Esplanada, bem como consideráveis pagamentos feitos para a mudança do Observatório Astronômico e para a Polícia Militar pela eliminação de seu hospital. (Segre e Vilas Boas, 2011, p. 9)

Mesmo com os esforços e os custos já realizados, as obras foram paralisadas em 1929.

FIGURA 15: colagem das pranchas que compõem o PAA 1549, de 1924, com centralidade enfraquecida e lotes maiores. (Fonte: SMU, 2016)

FIGURA 16: foto do Morro de Santo Antônio e do seu entorno consolidado, s.d. (Fonte: Brasiliana Fotográfica, 2016)

Uma capital para o Estado Novo

Empossado Presidente do Brasil em 1930, Getúlio Vargas (1882-1954) consolidou ao longo do seu primeiro governo (1930-1945) o projeto de tornar o Rio de Janeiro a capital lugar de onde emanaria a centralização político-administrativa e de onde exerceria seu poder pessoal. O projeto de interiorização da capital foi, assim, retirado da Constituição (1937), a Avenida Presidente Vargas foi aberta, e edifícios públicos, imponentes e grandiosos, foram construídos no centro da capital, como as sedes dos Ministérios da Educação e Saúde, do Trabalho e da Fazenda. As disparidades arquitetônicas são justificadas por Motta (2004):

Se a disparidade dos estilos — o modernismo do primeiro prédio [Ministério da Educação e Saúde] destoava dos demais — evidenciava a disputa do espaço arquitetável estatal da capital federal, e não ocultava, no entanto, a clara intenção de que conteúdos nacionais recheassem as formas ditadas pelos padrões universais da arquitetura moderna. (...)

A reafirmação da capitalidade do Rio de Janeiro implicava, pois, inscrever em seu tecido urbano a presença do Estado e os valores do nacionalismo conectado ao universal. Mas não apenas isso. A capital do Estado Novo deveria ser o espaço por excelência onde o povo manifestaria seu apoio ao governo em cerimônias cívicas diversas (...). A cabeça do país cumpriria assim sua missão civilizatória, dando o espetáculo da cidadania-social. (M. Motta, 2004, p.39)

Em 1937, é criado o Serviço Técnico do Plano da Cidade, que articulava projetos locais para serem executados pelo Governo Federal. Nos anos seguintes, mesmo após o Estado Novo, os projetos do “Plano da Cidade” continuaram sendo executados, incluindo o desmonte do Morro de Santo Antônio (ANDRADE, 2009) — mesmo com o entorno consolidado (FIGURA 16) — para a construção do novo centro administrativo e cívico da capital, num cruzamento de dois novos eixos viários ao centro do Morro.

1929: Plano de Alfred Agache

Em 1929, com a elaboração do Plano Diretor de Alfred Hubert Donat Agache (1875-1959), foram suspensas as iniciativas de embelezamento que precederam o Governo Vargas. Prefeito do Rio de Janeiro, o paulista Antônio Prado Júnior convidou o urbanista francês para elaborar o primeiro Plano Diretor da Cidade¹¹.

Ceniquel (1996) argumenta que as propostas até então eram localizadas em busca da ruptura da compacidade espacial característica da cidade colonial. Os desafios eram encarados como problemas de engenharia ou sanitaristas. Foi no Plano Agache, no entanto, que o edifício passou a ser valorizado na sua configuração espacial — padrão a ser seguido nas demais propostas durante o Estado Novo. Não à toa, o plano é apresentado em perspectiva, com a volumetria dos edifícios em evidência, mostrando as suas consequências para o espaço urbano e vice-versa.

Com essa representação, é possível identificar na área do Morro de Santo Antônio a presença de arranha-céus para escritórios ao redor de uma praça — caracterizado como um Centro de Negócios — rodeado por quarteirões fechados com pátios internos (FIGURA 17). Mantém-se a proposta de cruzamento do Morro por vias nas duas direções. Entre as reminiscências do Morro, estão o aqueduto e o Convento de Santo Antônio, representado por uma tímida elevação do tamanho de dois quarteirões, rodeada de áreas verdes e um caminho sinuoso de acesso que venceria o desnível. Foi a primeira proposta para o Morro com definições sobre os edifícios que deveriam ocupar seu território, prática que seria retomada em planos posteriores.

Segre, Koatz e Vilas Boas (2012) descrevem a ocupação prevista por Agache para o território do Morro e a anulação de características locais em relação ao tecido adjacente:

A Esplanada de Santo Antônio não se manifestou com uma personalidade própria no sistema urbano de Agache; por uma parte, a praça quadrada com os arranha-céus foi mais um centro de articulações viárias que um espaço com uma significação simbólica ou uma funcionalidade social e pública. A não previsão de moradias e a adoção do modelo do *business district* norte-americano, fusionado com a imagem arquitetônica de herança “parisiense”, criava a frieza ambiental da proposta. Por outro lado, a particularidade histórica que definiu a sua identidade ao longo do tempo desaparecia completamente: não se valorizava o Largo da Carioca; sumia totalmente a arquitetura tradicional da Rua da Carioca e da Rua do Lavradio, dois limites importantes do Morro de Santo Antônio. (Segre, Koatz et Vilas Boas, 2012, p.7)

11 Apesar de não haver PAA referente à proposta, o projeto está descrito no livro do próprio Agache (1930).

Durante o governo do Prefeito Interventor Adolfo Bergamini (1930-1931), é instaurada uma comissão para avaliar o Plano Agache. Conforme Ceniquel (1996), compuseram esse grupo o presidente Armando Godói (1876-1944), Henrique de Novais (1884-1950), Arquimedes Memória (1893-1960), Ângelo Bruhns (1895-19--), Raul Pederneiras (1874-1953), Lucio Costa (1902-1998) e o relator José Mariano Filho (1881-1946). Essa comissão aprovou o arrasamento do Morro e a utilização do seu material para o aterro da enseada da Glória, ressaltando a necessidade de se manter o Convento e a Igreja de Santo Antônio e de se fazer ajustes para a viabilização da obra. Nomeada de Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro tinha o objetivo de formalizar um poder regulador autônomo da reformulação e extensão da cidade.

FIGURA 17: no Plano Agache, pode-se identificar o território do Morro de Santo Antônio no quadrante superior esquerdo, com torres ao redor de uma descontinuidade de via, ao lado de uma área com vegetação com um caminho que leva até o Convento. (Fonte: Agache, 1930)

1938: Plano de Camargo e Almeida

Paulo de Camargo e Almeida (1906-1978) formou-se arquiteto e urbanista em um momento de efervescente discussão teórica no país.

Com a Revolução de 1930, o interesse pelos problemas urbanos foi se acrescentando ao longo dessa década. No IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos, celebrado nos últimos meses da República Velha, o urbanismo foi um dos principais temas contidos no documento das conclusões finais; exigindo a realização de planos diretores “modernos” nas cidades de América Latina, respeitando a herança histórica de cada país e promovendo o ensino do urbanismo e do paisagismo nas escolas de arquitetura. Assim, na reforma curricular iniciada por Lucio Costa, em 1931, na Escola Nacional de Belas Artes, criou-se uma cadeira facultativa de urbanismo — o primeiro professor foi Atilio Correa Lima, logo substituído por José O. Saboya Ribeiro (...).

Sem dúvida, o debate teórico foi dinamizado pela presença de Le Corbusier no Rio de Janeiro nas suas visitas em 1929 e 1936. (...) A sua insistência na organização dos conjuntos habitacionais baseados no desenvolvimento das gregas — os edifícios em *rédents* —, teve uma significativa influência nos arquitetos da vanguarda carioca, como se manifestou nos projetos elaborados por Paulo de Camargo e Almeida e Affonso Reidy. Nas perspectivas apresentadas pelo engenheiro Edson Passos — Secretário Geral de Viação e Obras no período de Henrique Dodsworth — para as propostas da Prefeitura para a Avenida Presidente Vargas, os edifícios que definem a Praça da República assumiram a tipologia corbusiana. Finalmente, o interesse pelo ensino do urbanismo teve uma dívida com o mestre, na criação, em 1935-36, do curso autônomo de Urbanismo no Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal, cujo embasamento programático foi redigido por Lucio Costa no antológico texto Razões da Nova Arquitetura. Na breve duração do curso — a Universidade foi fechada em 1939 —, palestraram Alcides da Rocha Miranda, Aldary Toledo, Burle Marx, entre outros. Ali receberam o diploma de urbanistas Carmen Portinho e Paulo de Camargo e Almeida. (Segre, 201-, p. 6 e 7)

Como trabalho de graduação do curso de Urbanismo no Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal, Camargo e Almeida desenvolveu, em 1938, um projeto urbanização do Morro de Santo Antônio, com direito a modificações significativas em outras partes da cidade (FIGURA 18). Esse trabalho conquistou Medalha de Ouro no V Congresso Pan-americano de Arquitetos em Montevideu (1940). No projeto, Camargo e Almeida analisou o plano proposto por Agache anos antes, criticando tanto a organização viária quanto o partido estético. Retomou o fortalecimento do papel articulador da Esplanada de Santo Antônio, fazendo a ligação viária entre o centro e as zonas norte e sul da cidade. Outra contraposição foi a de substituir as torres

FIGURA 18: plano de Camargo e Almeida para a Esplanada de Santo Antônio, de 1938: primeira proposta de conexão urbana em cruz de superfície para a área, acompanhada de edifícios lineares e conectados em cruz. (Fonte: Segre, 201-)

verticais por conjuntos horizontais cruciformes, em um sistema contínuo sobre pilotis que integrasse habitação, comércio e serviços.

No mesmo ano, Affonso Eduardo Reidy (1909-1964), sob influência direta da vinda de Le Corbusier para o desenvolvimento do projeto para a Cidade Universitária e do projeto do edifício do Ministério da Educação dois anos antes, desenvolveu também de maneira independente um plano para a recém-demolida área do Morro do Castelo, publicado na Revista Municipal de Engenharia (FIGURA 19). A proposta trazia uma conexão elevada entre a região da Praça Mauá, passando pela Esplanada do Castelo, até a porção sul da cidade. No projeto da Esplanada estavam inclusos além de habitação, um conjunto de edifícios *rédents*¹² para escritórios e edifícios que abrigariam funções administrativas governamentais — Ministério da Fazenda, Caixa Econômica, Prefeitura e Ministério da Justiça — conformando a Praça do Castelo como um espaço de forte caráter cívico. Projeto esse que, mais tarde, teria aspectos resgatados na proposta para o Morro de Santo Antônio.

FIGURA 19: plano de Reidy para Esplanada do Castelo, de 1936, com características similares à futura proposta para o território do Morro de Santo Antônio. (Fonte: Bonduki, 1999)

1942: Plano de Saboya Ribeiro

No início da década de 1940, foi solicitado pelo prefeito Henrique Dodsworth (1895-1975) ao engenheiro José Octacílio Saboya Ribeiro (1899-1967) um projeto urbanístico e arquitetônico para a Esplanada de Santo Antônio. A proposta reuniu características tanto do Plano de Camargo e Almeida quanto do Plano de Agache.

Saboya não se identificava com o grupo de vanguarda que tinha como líder Lucio Costa, nem assumia as ideias de Le Corbusier como modelo da imagem da cidade do futuro. Tampouco rejeitava as inovações que iriam definir as transformações urbanas, como por exemplo, a presença dos arranha-céus no centro da cidade. Para ele, o conhecimento da história era fundamental para elaborar um novo projeto urbano, e daí o seu aprofundamento sobre a evolução universal da cidade, assim como a particularidade das etapas que marcaram a personalidade do Rio de Janeiro. (...) O projeto para a Esplanada de Santo Antônio não provém de uma visão abstrata da cidade, mas de uma análise da realidade urbana, em particular das ruas, praças e prédios que caracterizam a personalidade do centro histórico: compreendeu a homogeneidade dos edifícios que identificam a Rua dos Arcos; a personalidade da Rua do Lavradio e da Rua da Carioca, das quais propôs conservar uma parte no seu estado original. Preocupou-se pela conservação e salvaguarda dos monumentos históricos integrados à área de expansão da Esplanada: os conventos de Santa Tereza e Santo Antônio; os Arcos da Lapa; as igrejas de São Francisco de Paula e o Convento de Lapa do Desterro. (R. Segre, 201-, p. 16)

¹² Tipologia defendida por Le Corbusier que corresponde a edifícios em fita que serpenteiam independentemente em meio a áreas verdes.

Na proposta de Saboya, blocos em H com altura média de onze pavimentos com um elemento central de até 17 pavimentos definem os limites de quadras com pátios internos com vegetação (FIGURA 20). Neles, os subsolos são para estacionamento de carros, o térreo abriga galerias comerciais, sobrepostas de escritórios, e no topo habitações, transitórias ou não. Nas coberturas, terraços públicos de uso social e jardins.

Saboya não concordou com a solução de Agache de criar uma imagem especular da Esplanada do Castelo nesta área. Nem se identificou com a importância outorgada ao sistema viário na proposta de Camargo. Para ele, a Esplanada de Santo Antônio devia ser um novo bairro do centro com uma personalidade própria, e concentrava o relacionamento entre a zona sul e a zona norte na Avenida Diagonal com 60 metros de largura; que conectava a Avenida Beira-Mar com a Estação Central na Avenida Presidente Vargas que continuava até o cais do porto. (R. Segre, 201-, p. 17)

Mesmo com as intenções de fortalecimento das características locais, o tecido proposto segue certa regularidade. Como atua localmente, e não numa proposta mais ampla como Agache, tem uma transição menos sutil entre a área do desmonte e o entorno. Mas, a seu modo, integra-se com as adjacências. Como nos anos 1940, a Cinelândia concentrava a maior atividade cultural da cidade, foi prevista a expansão das atividades comerciais e culturais dali para a Avenida Diagonal. Também novos jardins deveriam se estabelecer na Enseada da Glória para usufruto público, ideia incorporada e materializada posteriormente por Reidy e Burle Marx no Aterro de Flamengo.

O projeto foi transformado em PAA em 1941 (PAA 3612), com uma série de modificações nos anos seguintes (PAA 4214, de 1945, PAA 4383, de 1946, PAA 4641, de 1947), até ser substituído pelo Plano de Reidy, em 1948.

→ Figura 20: maquete e planta do plano de Saboya Ribeiro, com evidência à avenida em diagonal, próximo ao que propôs Montigny em 1847. (Fonte: Segre, 201-,)

1945: Plano Alternativo

Enquanto Saboya Ribeiro desenvolvia a proposta para o Morro de Santo Antônio, José Oliveira Reis (1903-1994), responsável pela adaptação dos projetos de Agache, trabalhava nas propostas para o aterro e a abertura da Avenida Presidente Vargas, como integrante do Serviço Técnico do Plano da Cidade (futuro Departamento de Urbanismo). Posteriormente, José Oliveira Reis publicou com Adalberto Szilard (1899-1955) um plano alternativo, oposto ao desenvolvido por seu colega Saboya Ribeiro para a área do Morro, principalmente quanto à intensa ocupação do sítio, em busca da viabilização financeira da proposta (FIGURA 21).

De acordo com Ceniquel (1996), o esboço de uma alternativa para a Esplanada data de 1945, mas só foi publicado em 1950, no livro Urbanismo no Rio de Janeiro. Tratava-se de um plano menos vinculado à venda de lotes, incluindo mais equipamentos culturais e edifícios cívicos em um contexto ajardinado. A orientação da Avenida Diagonal foi mantida, mas se reduziu o comprimento dos blocos longitudinalmente, favorecendo o cruzamento ortogonal à grande avenida. A ocupação tornou-se mais livre e permeável, com edifícios soltos em áreas verdes. Ao mesmo tempo em que valorizava o conjunto de Santo Antônio, propôs a derrubada de parte do casario da Rua da Carioca.

Essa proposta de Oliveira Reis não foi transformada em PAA. Nos anos seguintes, o plano de Saboya Ribeiro continuou sendo objeto de trabalho no Serviço Técnico do Plano da Cidade, com modificações em 1946 (PAA 4383) e em 1947 (PAA 4641). No entanto, observa-se alguma proximidade com a proposta de Reidy que seria apresentada anos mais tarde.

Embora o arrasamento do Morro se inicie ainda da administração Dodsworth, ele se desenvolverá em ritmo muito lento como que querendo ganhar tempo para decidir qual o tipo de utilização se daria à área resultante. (...) já não se tratava mais (como acontecia no começo do século) de um jogo que envolvia desafios técnicos a serem enfrentados na remoção de um acidente geográfico, e sim de ter a oportunidade de redirecionar a estruturação espacial da cidade em função de uma modernidade ainda não atingida (...). (M. Ceniquel, 1996, p. 160)

FIGURA 21: croqui da proposta de José Oliveira Reis e Adalberto Szilard, com edifícios em meio a áreas livres e com vegetação. (Fonte: Ceniquel, 1996)

Uma capital para a Resistência

Contrapondo as intenções de preservação do Rio como capital federal durante o Estado Novo, em 1946, a alusão ao deslocamento da capital retornou à Constituição. Em sua elaboração estava presente, como Deputado Federal do Estado de Minas Gerais, o futuro presidente Juscelino Kubitschek — cujo apoio do Estado de Minas Gerais à campanha presidencial ficou condicionado ao comprometimento do representante do estado com a transferência da capital para o interior do país.

O argumento de que o Rio de Janeiro havia exercido ao longo da história o papel de unificador nacional e de exemplo de civilidade, era rebatido pelos defensores da construção de uma nova capital no interior do país, que acreditavam que:

Mais que um símbolo de uma nova época, a construção da nova capital traria embutida a ideia de criar essa nova época, inserindo-se, pois, em um projeto modernizador da sociedade brasileira que tinha na arquitetura a sua face mais visível de modernidade. Monumental, teria sido projetada para se tornar modelo de progresso para o restante da nação, impelindo-a em direção ao futuro. (M. Motta, 2004, p.41)

Os ideais do século XX estavam atrelados diretamente aos contemporâneos desenvolvimentos tecnológicos, que atingiram todos os aspectos do desenvolvimento urbano e da vida comum: na medicina, nos meios de comunicação, nos meios de produção, na construção civil. A maioria dos movimentos de vanguarda da época, de áreas de conhecimento diversas, idealizava modelos funcionais e eficientes, como máquinas, fábricas e processos industrializados. Isso não era diferente quanto às propostas para as cidades. Seguindo a vasta história de mundos, sociedades e construções imaginárias, os ambientes urbanos incorporaram e fomentaram produtos e ações que favorecessem a aplicação e o usufruto daquelas novas tecnologias.

Os planos para o Morro de Santo Antônio, a partir de então, se estabeleceram sob os mesmos ideais de modernidade, com a diferença de que seriam planos para uma cidade existente e estabelecida. Como embutir um símbolo de uma nova época no tecido preexistente? Como construir uma centralidade ideal para o novo momento da nação no coração da pulsante capital? Como transformar um morro, já ocupado e alheio a tais ideais, em um vazio? (FIGURA 22)

FIGURA 22: foto aérea do Morro de Santo Antônio antes do desmonte. (Fonte: Kfuri, s.d.)

1948: Planos de Reidy

Em 1945, o Serviço Técnico do Plano da Cidade foi transformado no Departamento de Urbanismo (DU). Dois anos depois, a diretoria foi assumida pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy, durante o governo do prefeito Ângelo Mendes de Moraes (1894-1990), cujo mandato durou de 1947 a 1951.

No ano de 1948, Reidy detalhou uma solução de urbanização da Esplanada de Santo Antônio, que, para ele, tratava-se da última oportunidade de criação de uma nova área no centro da cidade, com consequências que poderiam variar desde os maiores benefícios até os maiores malefícios ao conjunto urbano.

Depois das duas Guerras Mundiais, a necessidade de reconstrução rápida e de baixo custo era razão suficiente para que as idealizações urbanas e soluções arquitetônicas fossem associadas à repetição, uniformidade e aplicabilidade universal. No Plano de Reidy para o território do Morro de Santo Antônio, como em muitos outros planos urbanos contemporâneos, é possível perceber uma sedução pelo projeto baseado em mais uma condição ideal: a *tabula rasa*, como instrumento de resolver o aparente caos (FIGURA 23). O arquiteto criticava a postura pouco arrojada das propostas materializadas nas urbanizações dos Morros do Castelo e do Senado — lembra-se que em 1936, Reidy, de maneira independente, já havia ensaiado propostas urbanas de ocupação da área do Morro do Castelo.

De maneira similar a essa proposta para a área do Castelo, segundo o arquiteto, os planos para o Morro de Santo Antônio deveriam ser entendidos como um plano geral para a cidade e não como uma ação pontual (CENIQUEL, 1996). Enfatizava a importância da ligação fluida entre as zonas Norte e Sul, e Leste e Oeste (entre a Praça Cruz Vermelha e a Esplanada do Castelo), com vias que se cruzavam ortogonalmente no centro do território do Morro. É a primeira vez que esse cruzamento em superfície apareceu em planos oficiais — já que a proposta de 1916 trazia o cruzamento em túnel e a de 1938 era um plano não oficial. Reidy defendia também a constituição de um Centro Cívico no local, somado a áreas de habitação, comércio e equipamentos que viabilizassem o território como uma unidade de vizinhança¹³. Ressaltava a importância da preservação do Convento de Santo Antônio, dos Arcos, do Passeio Público e da Igreja da Lapa. Como o projeto foi desenvolvido dentro do DU, tem um PAA correspondente, o 4809, de 1948. No entanto, o pouco aproveitamento do

13 Unidade de vizinhança é um conceito formulado originalmente por Clarence Arthur Perry (1872-1944), em 1929, em plano para Nova Iorque. Trata-se de área residencial com relativa autonomia em relação às necessidades cotidianas, com a distância máxima de meia milha (aproximadamente 800 metros) entre as habitações, as áreas de lazer e a escola primária, sem necessidade de atravessar vias de alto fluxo.

solo, gerando apenas 60% do potencial de área construída proposto por Saboya Ribeiro, foi razão da sua não aprovação e do afastamento de Reidy do cargo de diretor do DU

FIGURA 23: proposta inicial de Reidy para a Esplanada de Santo Antônio, bastante similar à sua proposta para a Esplanada do Castelo, de 1936: a oeste um edifício *rédent* para habitação, com infraestrutura adjacente e passagem contínua elevada em relação à vida Leste-Oeste; ao centro, torres para escritórios; a leste um Centro Cívico, adjacente ao Convento. (Fonte: Bonduki, 1999)

Em 1949, a fim de contornar essa divergência com o prefeito Mendes de Moraes, Reidy apresentou uma segunda proposta, com a mesma estrutura viária básica, mas substituindo a área do Centro Cívico e do museu por edifícios de escritórios, que deveriam também ocupar a área de aterro (FIGURA 24). Essa proposta foi aceita pela prefeitura, no PAA 5028, de 1949, mas posteriormente rejeitada parcialmente pelo prefeito sob alegação de problemas estéticos e financeiros. Ceniquel (1996) explica que o custo alto era devido às desapropriações e ao desnível entre a Avenida Norte-Sul e sua perpendicular. Por conta disso, Reidy se demitiu da Diretoria. Nos anos 1950, ele voltou ao cargo, mas não conseguiu viabilizar suas propostas.

FIGURA 24: segunda proposta de Reidy para a Esplanada de Santo Antônio, a proposta de interligação urbana permanece, mas é retirado o Centro Cívico para o aumento das torres verticalizadas. (Fonte: Bonduki, 1999)

1950: Planos durante o desmonte

O PAA 5408, de 1950 (FIGURA 25), posterior à saída de Reidy do DU, traz o recorte já sem a elevação da Avenida Norte-Sul proposta por Reidy, mas com o rebaixamento da Avenida Chile. A proposta de aterro da orla não aparece na proposta, mas os desdobramentos da obra mostram que a intenção de construir aterros na orla permaneceu.

FIGURA 25: PAA 5408, de 1950 - as vias ganham maior calibre e somam-se a maior adensamento e uniformidade na proposta de ocupação. (Fonte: Ceniquel, 1996)

Se até 1952 o ritmo das intervenções físicas ligadas ao arrasamento do Morro de Santo Antônio era lento, com o governo do Major Dulcídio Cardoso (1896-1978), que durou até 1954, deu-se início às grandes obras (FIGURA 26). Inicialmente, a prefeitura fez o uso de jatos d'água para a remoção da terra, que seria levada do Morro em direção à beira-mar sobre uma ponte metálica elevada. Abandonada essa opção, estudou-se a construção de uma grande galeria de cimento armado (do Morro até a Praça Paris) que escoaria todo o material escavado por esteira rolante. Essa opção tampouco teve continuidade, levando, então, ao uso de caminhões a partir de 1954.

A permanência de moradores ainda não removidos da favela ali existente e as dificuldades técnicas ampliaram a previsão de conclusão das obras logo no início do processo (FIGURA 27).

Ao assumir a prefeitura, em 4 setembro de 1954, Alim Pedro acelerou os trabalhos, mesmo com o Morro ainda ocupado por mais de mil famílias. (...) Em 1957, com Negrão de Lima na prefeitura, as obras da capital federal, inclusive o desmonte do Morro de Santo Antônio, passaram a ser geridas pela Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN), criada por ele e subordinada diretamente a ele, mas com ampla autonomia de comando. Uma das premissas de sua criação era a de facilitar a burocracia na realização das obras planejadas. A autarquia tinha liberdade de ação para aplicar os recursos postos à sua disposição, prestando contas a posteriori ao Tribunal de Contas. Autorizada pelo prefeito, abre várias concorrências, entre elas, a da complementação do aterro da Glória e da construção da Praia do Flamengo, orçadas em Cr\$ 22.700.000,00.

Em 30 de janeiro de 1959, na administração de Sá Freire Alvim, foi inaugurada, pelo presidente Juscelino Kubitschek, a nova pista do Aterro da Glória, ligando a Av. Presidente Antônio Carlos ao Flamengo. Em maio, 4.000.000 m³ (2/3 do total) do Morro já tinham sido postos abaixo e o custo da obra, incluindo a explosão de uma rocha com dinamite e a demolição de prédios, atingido a cifra de Cr\$ 245 milhões. Quanto à construção do enrocamento de sete quilômetros, necessário para a execução do aterro, também com dois terços da obra já concluídos, os gastos foram de Cr\$ 350 milhões. Até aquele momento já tinham sido aterrados 800.000 m² de área, inclusive uma de 110.000 m², acrescida ao Aeroporto Santos Dumont, com uma muralha de enrocamento com cerca de 1 quilômetro de extensão, onde foram colocados, aproximadamente, 1.000.000 m³ de terra. Essa obra acrescentou mais 350 m à pista do aeroporto. Em 18 de abril de 1959, o aterro, que já alcançava a Rua Paissandu e dava fim à praia do Flamengo, presenteava os moradores com uma extensa nuvem de pó, ocasionada pelos caminhões que trabalhavam no transporte da terra. Problema que infernizou durante muitos anos a vida no centro da cidade. A previsão era de que até o final daquele ano, o aterro alcançaria a orla do Morro da Viúva. (Parque do Flamengo, 2018)

→ Figura 26: vista aérea do Morro de Santo Antônio no início das obras de demolição. (Fonte: Kfuri, s.d.)

→ Figura 27: ocupações na encosta sudoeste do Morro de Santo Antônio. Foto data do mesmo ano da intensificação das obras de desmonte, 1952. (Fonte: O Globo, 1952)

Mesmo com as obras em andamento (FIGURA 28), os projetos para a área continuavam como objeto de trabalho e de indefinição. Em 1958, José de Oliveira Reis, no PAA 7214 (FIGURA 29), retomou a ideia de se elevar a Avenida Norte-Sul, dando atenção às intersecções entre as perpendiculares, com rampas e trevos. Paradoxalmente, Oliveira Reis teve que lidar com o mesmo problema de viabilização de proposta que havia criticado anos antes no trabalho de Saboya Ribeiro. Por conta disso, a ocupação é definida por um conjunto homogêneo de blocos de escritórios, numa organização similar ao PAA anterior, com a finalidade de obter um retorno econômico do investimento realizado pela Prefeitura nas obras do arrasamento do Morro. Não há mais, na proposta, a presença de conjuntos residenciais, nem edifícios de caráter cívico.

Último plano antes da transferência da capital para Brasília, o PAA 7214 é também o último dos projetos para a Esplanada que reconheceu a autoria de um arquiteto. Desde 1930, todos os projetos tinham como origem uma proposta de autoria individual, mesmo dentro da organização municipal. A partir de 1960, os projetos passaram a ser associados à chefia administrativa correspondente. Essa mudança de postura caracteriza, segundo Ceniquel (1996), o aumento da relevância de decisões políticas nos projetos urbanos e marca um novo momento nos planos para o Morro de Santo Antônio.

Inicia-se o processo de “intervenção legislativa”, ou seja, o urbanismo virtual que legisla, antes que projeta, que escreve antes que desenha: inicia-se a “partilha” da cidade, onde sua morfologia será (com frequência) decidida nos gabinetes, em função do preço da terra e áreas totais edificáveis. (M. Ceniquel, 1996, p. 181)

FIGURA 28: foto aérea do desmonte do Morro de Santo Antônio e concomitante obra do Aterro da Glória. Data provável, 1957. (Fonte: Rio que passou, 2017)

FIGURA 29: o PAA 7214, de 1956, como entroncamentos distintos do PAA anterior, é assinado por José Oliveira Reis. (Fonte: Ceniquel, 1996)

PARTE II

Edifícios para uma capital *per se*

Em 21 de abril de 1960, a inauguração de Brasília foi anunciada em jornais e revistas como um grande feito nacional (FIGURA 30). A campanha de Juscelino Kubitschek construía a imagem de uma nova capital ideal, despolitizada, sem problemas locais, nem vontades próprias, voltada exclusivamente à administração da nação — tal como Campos Sales havia proposto para o Rio de Janeiro anos antes (MOTTA, 2004). Idealizado nos mesmos moldes, o traçado da nova cidade e os seus edifícios passaram a estampar capas de revistas e campanhas publicitárias.

O que por um lado era motivo de otimismo, fruto de uma “vontade indômita” nacional; por outro, era encarado com apreensão e saudosismo. Duvidava-se que uma Brasília nova em folha poderia substituir uma capital estabelecida, culturalmente efervescente, com um longo passado histórico, como o Rio de Janeiro. Nesse cenário, um autodenominado “exilado” em Brasília escreveu para o Correio da Manhã a Canção do Brasília — uma paródia da Canção do Exílio, de Gonçalves Dias, descrevendo seu saudosismo:

Canção do Brasília

Brasília não tem palmeiras, onde canta o sabiá; aves aqui não gorjeiam, por aqui aves não há.	sem os encantos do Rio, sem passeios no Juá? Não permita Deus que eu morra, sem que volte para lá, sem que desfrute os primores da terra do Mem de Sá, onde tudo é belo e alegre, sem favor do J.K.
Terá talvez ‘mais estrelas’ o céu de Paranoá, mas nada de ‘mais amores’ que mulher não há por cá.	
‘Mais flores’ também não temos, porque nem grama aqui dá. Brasília não tem palmeiras, onde canta o sabiá.	O meu Rio tem de tudo, outra terra assim não há. Que saudade sinto dela, que vontade de ir p’ra lá... Minha terra tem palmeiras, onde canta o sabiá.
Em cismar, sozinho, à noite, quer prazer cá se terá,	

(CANÇÃO do Brasília, *Jornal da Manhã*, 1960)

Brasília ainda não estava estabelecida, e o Rio de Janeiro seguia na incerteza: qual seria o seu novo papel na federação? Não havia blocos coesos. Alguns defendiam a transformação da ex-capital e território da Guanabara por dez anos, sem poder político ou autonomia nem de estado nem de capital. Outros acreditavam que a melhor opção seria transformar a ex-capital em Estado da Guanabara (conforme previsto constitucionalmente) semelhante aos outros da federação, ou em uma cidade-estado. Um terceiro grupo propunha transformar a ex-capital em uma cidade do Estado do Rio de Janeiro. Essa discussão ganhou proporções nacionais no início dos anos 60 no campo político, insistindo-se na relevância daquela que teria sido até então a capital da nação, como discute Motta (2004):

A identificação do Rio de Janeiro como símbolo do Brasil constituía não apenas um importante componente da identidade da cidade, mas também do país como um todo. Nunca é demais lembrar que a construção do Rio de Janeiro como cidade-capital havia se dado, entre outros, pelo fato de aí estarem sediadas instituições culturais de dimensão nacional, como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Letras. Por isso mesmo, embora deixando de ser a capital federal de direito, o Rio de Janeiro deveria manter a aura da capitalidade, continuando a exercer, de fato, a função de cidade-capital, qual seja, a de encarnar a síntese da nação. O risco de seu “enclausuramento” no âmbito “provincial” deveria ser evitado, já que significaria a perda da principal referência de identificação do país. (...) No fundo, o que estava sendo discutido era uma nova identidade do país. Como seria o Brasil sem a sua tradicional “vitrine”, sem o seu “centro irradiador de civilização”? (M. Motta, 2004, p. 48 e 49)

A antiga capital continuou sendo um importante centro cultural — vivendo um momento de excepcional destaque — e econômico do país. Mesmo sucumbindo a São Paulo em termos econômicos e industriais, concentrava serviços sofisticados, sedes de grandes empresas e bancos; e continuou sendo alimentada pelo governo federal com generosos investimentos em infraestrutura. Lessa (2000) defende que os investimentos direcionados ao Rio se justificavam inclusive para conter a ascensão econômica e industrial destoante de São Paulo em relação aos demais estados.

A grande lentidão na transferência da capital, os momentos culturais e econômicos e o caráter já institucionalizado do Rio de Janeiro enquanto território nacional favoreceram a negação, por parte da sociedade carioca, da mudança da capital. Acreditava-se na vocação do Rio como centralidade, independentemente da oficialidade da sua condição de capital — ou seja: tratava-se de uma capital *per se*. A Brasília, portanto, foi concedido o apelido de

← Figura 30: anúncios comerciais com referências a Brasília. (Fonte: Correio da Manhã, 1960)

Novacap, enquanto ao Rio, a “capital eterna”, de *Belacap* — apelidos esses que rendiam anedotas na mídia:

“As ‘caps’ estão na moda. Novacap, Velhacap, Belacap, Supercap, Primacap, etc., etc. Niterói, esburacada, suja, sem condução e ameaçada de ‘black-out’ é a Pobrecap.” (CAP do dia, *Jornal da Manhã*, 1960)

Em paralelo, as obras de desmonte e aterro continuavam com o apoio federal. Em janeiro de 1960, 90% do Morro já tinha sido desmantelado — as porções restantes estavam ocupadas pelo Convento, por assentamentos irregulares e pela Estação de Bondes de Santa Tereza (PARQUE DO FLAMENGO, 2018). As obras geravam transtornos na região: a retirada de terra levantava poeira e atrapalhava o comércio, as vias sofriam com os caminhões carregados de terra, despejos e desapropriações eram temas constantes de discussão, com repercussão constante na mídia.

Essa esfinge [do Morro de Santo Antônio], que olha com indiferença para o Largo da Carioca é um imenso pedaço de rocha e barro. Fica junto da estação de bondes de Santa Teresa e há muito que as escavadeiras da SURSAN [Superintendência de Urbanização e Saneamento] desistiram de morder-lhe os flancos. O desmonte do Morro vai perrengando, devagarinho, à mercê da existência de dinheiro nos cofres da antiga Prefeitura. Os empreiteiros há tempos pararam de trabalhar porque não eram pagos. Essa greve fez aparecer alguns recursos, e as obras recomeçaram. Mas em ritmo de desalento. Alguns caminhões carregam sem pressa nacos do Morro para a baía. O Rio de Janeiro, agora Estado da Guanabara, continua o grande esquecido desse governo, que tem dinheiro para colonizar desertos, mas não dá verbas para a cidade que abrigou-o durante tanto tempo.

Prometeram, em discurso amplamente divulgado, três bilhões para endireitar esse pobre estado, desmontado pelo desprezo do Governo Federal e pela política nomeativa comandada pelo mesmo Governo Federal. Cadê os bilhões? Gato comeu. (ESSA esfinge..., *Correio da Manhã*, 1960)

Em alguns momentos, as obras também eram alvo de críticas positivas, principalmente ao tratar da venda de lotes e novos empreendimentos na região. Nesses casos, eram descritas como uma demonstração de força local independente à transferência da capital para Brasília:

Vai ganhando vida o verdadeiro centro da cidade

O Rio de Janeiro é a cidade que mais se transforma no mundo. Pessoas ausentes do País, quando retornam alguns anos depois, já não reconhecem mais a nova fisionomia arquitetônica da Cidade Maravilhosa. Ainda agora, em plena fase de incremento do Plano de Obras da Cidade, eficientemente cumprido pela SURSAN, a antiga capital brasileira parece não se ressentir, nem mínimo que seja, da mudança da sede do Governo para Brasília. Novos empreendimentos imobiliários, obras públicas, reparos, novos túneis, tudo prossegue naquele trepidante ritmo que sempre caracterizou esta bela cidade, onde a natureza e a moderna arquitetura se rivalizam.

Ainda agora, quando a mais nova artéria do centro da cidade — a Avenida República do Chile — surge com tão promissoras perspectivas, os olhos dos principais incorporadores imobiliários dirigem-se para toda aquela cercania que, de um momento para o outro, graças à queda do secular tabu que era o Morro de Santo Antônio, transformou-se no verdadeiro centro da cidade. Dali, com características plenas de empreendimento definitivo, irradiar-se-ão todas as novas futuras avenidas radiais, Norte-Sul e Leste-Oeste. (VAI ganhando vida..., *Correio da Manhã*, 1960)

Em agosto de 1960, Juscelino Kubitschek inaugurou a pista mais próxima da Av. Beira-Mar da área aterrada. Meses mais tarde, o governo do Estado da Guanabara foi assumido por Carlos Lacerda, opositor de JK. Foi, então, criado um grupo de trabalho que, juntamente de Lotta de Macedo Soares e da Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN), deu andamento às obras de desmonte, aterramento e implementação do Parque do Flamengo¹⁴.

Mesmo com as obras e com o gradual estabelecimento das áreas aterradas, ainda não se tinha clara qual seria a ocupação do vazio deixado pelas obras no Morro de Santo Antônio (FIGURA 31). A indefinição para a área era tamanha que, em 1962, ainda se discutia a construção de um centro cívico, agora estadual, na Esplanada.

Durante a última reunião do secretariado, foi examinada a construção da Sede Central da Administração do Estado, a ser instalada na Esplanada de Santo Antônio, onde ficariam concentradas todas as secretarias da Guanabara. A área já está reservada e os técnicos estudam, no momento, a elaboração da planta de construção do edifício. O Palácio Guanabara será reservado para o gabinete do governador e destinado a grandes solenidades e recepções a pessoas ilustres em visita ao Rio. (SEDE Central, *Correio da Manhã*, 1962)

14 As obras nos aterros só foram concluídas em 1965, com mais de 2.000.000 de metros quadrados de área, com largura média de 250 metros e espessura de 6 metros ocupado pelo Parque do Flamengo e as Praias do Flamengo e de Botafogo.

Menos de um ano depois, foi anunciado que não seriam construídos edifícios na área do Morro, com exceção da Catedral Metropolitana:

A Esplanada de Santo Antônio será considerada *non aedificandi* e terá apenas uma construção autorizada pelo Governo da Guanabara: a Catedral do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, lado oposto da estação inicial dos bondes de Santa Teresa. Extensa área será urbanizada com *playgrounds*, jardins artísticos e lagos. (ESPLANADA só terá Catedral, *Correio da Manhã*, 1963)

Tais atualizações divulgadas pela imprensa não resultaram, no entanto, em PAAs para o território.

Duas características ficam evidentes nos planos dessa década: a primeira é que, em geral, não apresentam mais alterações estruturais da organização viária; a segunda é a volatilidade das decisões aprovadas. Essa indefinição fica visível tanto na escala do território — com os estudos de continuidade das vias ortogonais, que são aprovados e ignorados intermitentemente — quanto na escala dos lotes. Os estudos de ocupação e planos massa dos quadrantes vazios se adaptavam completamente a cada nova requisição encaminhada por agentes externos ao DU. Essa falta de coesão e linearidade entre os planos

FIGURA 31: vazio deixado pelo desmonte do Morro de Santo Antônio. Vista desde a Cinelândia em direção à Central do Brasil. (Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, s.d.)

indicam que os PAAs eram resultado de negociações com ampla margem de manobra, dissociados de um projeto urbano estruturante e autoral, ao contrário do que se havia proposto entre Agache (1930), Reidy (1948 e 49) e os desdobramentos até Oliveira Reis (1958). Não se tratava de condição excepcional: à época, engavetamentos, abandonos e substituições eram destinos corriqueiros de projetos encomendados por instituições vinculadas aos governos vigentes.

◆

Em janeiro de 1964, foi lançada a pedra fundamental da Catedral Metropolitana, que ocupou a área central do quadrante sudoeste da área (FIGURA 32). A doação do terreno foi anunciada em 1960, mas efetivada somente em 1963, pelo governador Carlos Lacerda.

Meses depois, no mesmo ano de 1964, foi instaurado o Regime Militar no Brasil, caracterizado por obras de grande porte e com tecnologia de ponta, símbolos da força do próprio governo. As propagandas ufanistas “Brasil Grande” e “Ame-o ou deixe-o” foram acompanhadas por obras como a ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, hidrelétricas e usinas de energia nuclear. No embalo nacionalista, durante o ano de 1965, o Governador Carlos Lacerda, investiu na manutenção do caráter nacional da ex-capital, agora estado da federação, quando o Rio de Janeiro completava o quarto centenário de fundação.

FIGURA 32: lançamento da pedra fundamental da Catedral Metropolitana em 1964. (Fonte: O Globo, 1964)

(...) nos numerosos artigos publicados em jornais e revistas, bem como nos livros ‘comemorativos do IV Centenário’ lançados ao longo de 1965, buscou-se construir um passado do Rio de Janeiro capaz de garantir ao agora Estado da Guanabara o lugar de ‘eterna’ cabeça do país. (...) Conhecida nacional e internacionalmente por seus encantos naturais, a Belacap precisava provar que era mais que uma ‘cidade maravilhosa’. Não é de surpreender, portanto, que os dois lugares elevados à condição de principais marcos do IV Centenário da cidade houvessem sido o Morro do Castelo e o Aterro do Flamengo. Essa escolha não foi aleatória, uma vez que atendia perfeitamente a dois requisitos essenciais: confrontava o ‘coração do Rio antigo’ com a ‘face da Guanabara moderna’, e glorificava a vitória da intervenção humana sobre a natureza. (...) Objetivo era colocar o governador carioca e candidato a presidente, Carlos Lacerda, no altar dos grandes homens que construíram o Rio quatrocentão. (...) Para tanto contava com túneis, viadutos, avenidas, parques que havia construído durante seu governo e que reformularam o desenho urbano carioca. Tal como no passado, essa constante renovação urbanística era considerada um elemento indispensável para que a Guanabara, na condição especial de *estado-capital*, continuasse a ser a ‘face do Brasil’. (M. Motta, 2004, p. 50-54)

A partir de 1966, os PAAs mostram intervenções que mantêm as vias ortogonais da proposta de Reidy, mas com continuidade comprometida. O PAA 8049 (FIGURA 33) é o primeiro que mostra a posição da Catedral, com acesso de estacionamento pela Rua do Lavradio. Não há, nessa versão, propostas de grandes alterações para a ocupação, mantendo grande parte das edificações adjacentes. Ele funciona quase como um levantamento dos planos posteriores. Para o quadrante noroeste, é prevista a manutenção do Conjunto de Santo Antônio, e para o sudoeste, o Terminal de Bondes de Santa Tereza. A maior alteração que a proposta mostra é o rebaixamento da Avenida Norte-Sul, até então elevada em relação à Avenida Chile, e sua derivação a sul e interrupção a norte.

FIGURA 33: PAA 8049, de 1966. (Fonte: SMU, 2016)

O PAA seguinte (8382), do mesmo ano (FIGURA 34), exibe uma proposta que envolve a desapropriação de lotes para ocupação com torres soltas, de oito a doze pavimentos, sobre embasamento de dois pavimentos, intercaladas com áreas de vegetação. Especifica-se que os edifícios deverão estar parcialmente sobre pilotis. No quadrante nordeste, delimita-se área para torre com até 20 pavimentos e 100 mil metros de área construída.

FIGURA 34: PAA 8382, de 1966. (Fonte: SMU, 2016)

O PAA 8399, também de 1966 (FIGURA 35), altera a ocupação do quadrante noroeste, adjacente ao Convento de Santo Antônio, propondo uma torre em cruz com térreo de pilotis e comércio, dois pavimentos de sobreloja em uma direção, e torre de 25 pavimentos na outra direção. Destacam-se as anotações presentes nesse plano, indicando que as coberturas deveriam ser em terraço, as casas de máquinas deveriam ser embutidas no último pavimento, e que nas lojas e sobrelojas só seriam permitidos comércios de luxo.

FIGURA 35: PAA 8399, de 1966. (Fonte: SMU, 2016)

No PAA 8530, de 1967 (FIGURA 36), é a primeira vez que a antiga Avenida Norte-Sul é chamada de Avenida República do Paraguai. Não é apenas no nome que a avenida sofre alterações: se a norte ela já estava interrompida desde o primeiro plano da década, a sul ela sofre um desvio e dupla derivação que tangencia a Avenida Mem de Sá. Além disso, ela emerge novamente, enquanto a Avenida Chile é rebaixada. Nos planos seguintes (PAA 8772, de 1969, e PAA 8940, de 1970) foi estudado o loteamento da área.

Em 1967, voltou a se anunciar a construção do Centro Cívico:

O governador designou grupo de trabalho para proceder a estudos relativos à instalação de repartições estaduais e construção do edifício-sede do estado, na Esplanada do Santo Antônio. Está assim constituído: Waldyr Leal da Costa, Serafim Dulton Netto, Jayme Albeck, Duarte Fuad, Gabriel Koury e Eugênio Lins Batista de Oliveira. (GUANABARA, *Correio da Manhã*, 1967)

FIGURA 36: PAA 8530, de 1967. (Fonte: SMU, 2016)

Em meio a tais especulações, foram instalados parques de diversões, circos e exposições na área arrasada. Houve pressão para se utilizar os terrenos para o Palácio da Cultura e para o Museu de Arte Popular, sem sucesso. Em 1969, foram descritas as obras para a Esplanada de Santo Antônio no jornal *Correio da Manhã*, com destaque ao papel “nacional” conferido ao conjunto de edifícios ali concentrados.

Rio Antigo e Rio Novo

Com a urbanização da Esplanada de Santo Antônio, onde ficará a nova Catedral, o Rio ganhará nova feição. Em 1970 haverá cidade nova dentro do Rio.

Até o final do próximo ano, o carioca terá uma visão diferente do centro da cidade, com a Avenida Norte-Sul, em seu primeiro estágio cortando a atual Avenida Chile, ligando a Rua da Carioca aos arcos, e com prosseguimento da Avenida Perimetral até a Praça Mauá.

Para tanto, serão demolidos os prédios do lado ímpar da Rua do Lavradio, no trecho de Mem de Sá à Rua da Relação, e os de número 55 a 87 da Rua da Carioca. A Esplanada de Santo Antônio será urbanizada, devendo nela se localizar a futura *Wall Street* brasileira e a Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro. Para permitir o escoamento dos veículos, serão demolidos os prédios situados entre as Ruas Visconde de Maranguape e Mem de Sá, na Lapa.

(...) A nova Av. Chile foi construída em plano inferior, mas suas calçadas foram mantidas elevadas, para que fiquem na altura da Norte-Sul, que a cortará com um viaduto, construído entre as duas passarelas já existentes. O viaduto ligará a Rua da Carioca com os Arcos, projeto aprovado pela SURSAN, e deverá estar pronto em fins de 1970. Existe um projeto que dará prosseguimento à Avenida Chile, já aprovado na SURSAN, e a ligará ao Túnel Frei Caneca — Henrique de Valadares. O túnel já está sendo construído e vai obrigar mais tarde a execução de obras na Rua da Relação, entre o trecho compreendido entre a Av. Gomes Freire e Rua do Lavradio, para fazer o escoamento do tráfego. (...) Na Rua da Carioca começará a Av. Norte-Sul, que já está sendo construída, indo até os Arcos, passando pela Av. Chile. Sua extensão total é de 600 metros, e terá uma largura de 2,20 m, com pistas nos dois sentidos. A avenida terá calçadas de 4 metros de largura, e segundo seu traçado, passará pelo lado esquerdo da futura Catedral Metropolitana. Naquela avenida, que em 1970 estará concluída, ficará localizado o complexo financeiro da Guanabara. Entre as firmas que já compraram lotes figura a Petrobras, que ali construirá sua futura sede, o BNH, o BNDE e a Faculdade de Ciências e Letras, sendo o gabarito fixado em 30 andares. (RIO Antigo e Rio Novo, *Correio da Manhã*, 1969)

Apesar da impressão de definição veiculada pelo jornal *Correio da Manhã*, não havia oficialmente uma decisão objetiva e duradoura sobre quais peças comporiam a Esplanada. Mantinha-se, no entanto, a intenção de se consolidar um território simbólico e concentrar edifícios representantes do poder nacional. Com a transferência da capital, tais representantes eram outros, já que os edifícios-sede do Governo Federal em si estavam reunidos em Brasília. Quanto às instituições políticas, não era um processo de reversão negociável, e os graduais efeitos do esvaziamento político — decadência econômica e de representatividade — tornavam-se mais evidentes a cada entidade que se mudava do Estado da Guanabara.

Ao Rio de Janeiro restava a possibilidade de manter a sua influência por meio de outras instituições federais que pudessem ser mantidas em território carioca. Porém, essa chance não foi percebida apenas pelo governo da Guanabara: outros estados da federação viram nessa operação carioca de oposição, uma oportunidade de entrar na disputa e de aumentar a relevância no cenário nacional. O argumento pela permanência das estatais no Estado da Guanabara, que havia se tornado membro da mesma classe hierárquica dos demais estados da federação, passaria a valer para qualquer outro estado. Se não em Brasília, por que na Guanabara e não em outro estado?

Esse processo arrastou a incerteza durante a primeira metade da década de 1960, mas, até a década de 1970, definir-se-ia a permanência de ao menos quatro empresas estatais de relevância na ex-capital: a Petrobras, o BNH, o BNDE e a Caixa Econômica Federal (CEF). As justificativas para a permanência das sedes das estatais na antiga capital se fortaleciam pelas redes estabelecidas, pelos funcionários e pelas facilitadas conexões com os grandes centros nacionais e internacionais. Não há um documento oficial incisivo que demonstre essa permanência em bloco ou que justifique por que especificamente essas quatro empresas permaneceram, e não outras. Essa postura ficaria registrada na cidade e no discurso daqueles que viveram esse período. É o caso de Helio Brasil, que participou desse processo a serviço do BNDE, de 1955 a 1984, e que relata:

O Projeto do Reidy (...) ia exigir uma obra a longo prazo. O Lacerda, quando assumiu a Guanabara, deve ter percebido que precisava fazer caixa — isso estou supondo. (...) Aí criaram esse PA [Plano de Alinhamento] com esses grandes lotes e fizeram leilão. Todo mundo sabia que politicamente havia um interesse da Petrobras e do BNDE de não sair do Rio. Não deixariam as grandes empresas públicas de ter representações e/ou escritórios no Rio de Janeiro, porque ainda era um centro prestigiado. E havia o interesse do empresariado em geral de que elas não se deslocassem. E esses grandes lotes foram oferecidos. O BNDE foi o único que apresentou lance pro lote da Avenida Chile. O mesmo deve ter acontecido com Petrobras e BNH. Lá no fundo da Rua Chile, haveria dois prédios de cinquenta pavimentos da Companhia

Siderúrgica Nacional. Enfim, as grandes empresas estariam ali. (...) Estava mais ou menos acertado que a Petrobras ficaria com esse, que o BNDE ficaria com aquele, o BNH com o outro, a Catedral ganhou... Não sei por qual razão a Siderúrgica não foi pra frente. (H. Brasil, 2017)

Sem recursos para continuar com as grandes obras da Esplanada e incapacitada de levar adiante a ideia de centro cívico nacional, a municipalidade encaminhou o parcelamento da Esplanada em grandes lotes, posteriormente leiloados e comprados por tais remanescentes entidades de poder. Foi uma vitória do Rio de Janeiro na busca de preservar a sua representatividade perante a nação. Os planos a partir do fim da década de 1960 seguiram, portanto, se adaptando mais às negociações de loteamento — e até mesmo aos projetos dos edifícios que seriam ali instalados — do que o contrário.

A Catedral Metropolitana, projeto de 1964 do arquiteto Edgar de Oliveira da Fonseca, levou 16 anos para ser construída, a partir da doação do terreno em 1960. Em 1968, a Petrobras anunciou sua nova sede para o quadrante sudeste, inaugurada em 1974, um ano após a sede do BNH no quadrante noroeste — projeto de Haroldo Cardoso e Rogério Marques —, e três anos após a inauguração da Sede da CEF — concurso vencido por Ney Fontes Gonçalves, J. A. Ortigão Tiedeman e Paulo Cardoso Mourão. Em 1974, foi contratado o projeto para o Edifício do BNDE, concluído em 1982.

Outras torres privadas ocuparam as áreas do Morro e do seu entorno e contribuíram com a consolidação da Esplanada: o Edifício Avenida Central, de Henrique Mindlin, em 1959; o Edifício Henry de Paulo Casé, em 1966; o Edifício Rodolpho de Paoli, de Marcelo De Paoli e Mário de Andrade Figueira Silva, em 1970; o Edifício-sede do Citybank, de Pontual Associados, em 1979 (GUIMARAENS, 2002). Em 1985, o Edifício Cidade de São Sebastião, também projeto da Pontual Associados e construído pela iniciativa privada, foi ocupado pelo Banco do Brasil e passou a ser chamado de SEDAN — juntando as primeiras sílabas da rua em que se localiza, Senador Dantas. Tem-se ainda o Edifício Metropolitan, de Paulo Casé, de 1993; e o Ventura Corporate Towers, projeto em conjunto de Aflalo Gasperini e Kohn Pedersen Fox, de 2008. A Figura 37 mostra a evolução da ocupação do território por tais edifícios.

Em meio a todas essas equipes de projeto, duas encontravam-se mais afastadas do contexto de perda de representatividade da ex-capital e das conseqüentes disputas políticas e econômicas. Originárias de Curitiba, essas equipes eram compostas por um grupo de arquitetos que conquistou atenção nacional com sua presença constante entre os premiados em concursos de arquitetura, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980. O projeto da Petrobras, resultado de concurso, é assinado por Abrão Assad (n. 1942), José Sanchotene (n. 1943), José Maria Gandolfi (n. 1933), Luiz Forte Netto (n. 1936), Roberto Gandolfi (n. 1936) e Vicente de Castro (n. 1943). No caso do BNDE, tratou-se de um desdobramento do concurso para a sede da empresa em Brasília, vencido por Alfred Willer (n. 1930), Ariel Stelle (n. 19--), Joel Ramalho (n. 1934), José Sanchotene — único membro participante das duas equipes —, Leonardo Oba (n. 1949), Oscar Mueller (n. 19--), e Rubens Sanchotene (n. 1946).

Esses arquitetos foram responsáveis por dois projetos emblemáticos e definidores da paisagem da Esplanada de Santo Antônio. Trabalharam sobre esse território por mais de uma década e colaboraram na consolidação do conjunto que representava a resistência do Estado da Guanabara enquanto entidade de representação nacional. Ou seja, explorar os trabalhos dessas equipes durante o desenvolvimento desses projetos é também explorar a história por detrás da aglomeração dessas duas peças tão relevantes na consolidação da Esplanada de Santo Antônio.

← FIGURA 37: edifícios da Esplanada: evolução da ocupação ao longo do tempo. (Fonte: A autora, 2017)

FIGURA 38: capa da revista Construção Região Sul, com os projetos do BNDE e da Petrobras. (Fonte: CONSTRUÇÃO, 1973)

(Mudanças de) Planos para a Petrobras

A criação da Petrobras, em outubro de 1953, pelo Presidente Getúlio Vargas, foi resultado de uma longa campanha nacionalista iniciada na década de 1940, sob o slogan “O

petróleo é nosso!”, pelo monopólio estatal do petróleo. Ao ser criada, a estatal herdou, do Conselho Nacional do Petróleo, duas instalações responsáveis exclusivas pela exploração, o refino e o transporte do petróleo: Mataripe (Bahia) e Cubatão (São Paulo). Durante a década de 1960, o otimismo nacional contagiou também a empresa, que passou a explorar novas possibilidades em campos de petróleo, em terra e na plataforma continental. Em 1961, foi fundada a Refinaria de Duque de Caxias (Rio de Janeiro), com o objetivo de produzir combustíveis para o Rio de Janeiro e sua área de influência.

Apesar dos avanços técnicos e em infraestrutura, o setor administrativo da empresa carecia de uma organização centralizada, estando presente em diversos imóveis alugados espalhados pelo centro do Rio de Janeiro. Ainda em 1961, Salvador foi indicada por Jânio Quadros como futura sede da empresa, sob o argumento de ser o único estado de fato produtor de petróleo. O movimento opositor foi violento, constantemente presente na mídia, enfatizando perdas, não apenas econômicas, mas também políticas, decorrentes da possível mudança. Outro grupo argumentou que se a Petrobras fosse retirada da Guanabara, seria para instalação na atual capital do país.

O presidente da República determinou, em um bilhete lacônico, a mudança da direção da Petrobras para Salvador, Bahia.

Sem a menor vontade de fazer trocadilho, afirmamos que essa medida não salvará Salvador. Apenas aumentará o prestígio político do governo baiano, que soube conseguir tanto em Brasília como o governo mineiro conseguiu no caso da Vale do Rio Doce.

(...) a Petrobras é a maior empresa industrial do Brasil. Seu funcionamento depende de facilidades bancárias e de múltiplas operações financeiras. Não as encontrará em Salvador assim como as encontra no centro bancário do país, no Rio de Janeiro.

O petróleo no Brasil não é questão baiana. É questão nacional. (...) E o centro da vida nacional ainda é o Rio de Janeiro, queiram ou não queiram admiti-lo os desastrados fanáticos da interiorização.

Quando da transferência da Companhia Vale do Rio Doce para Belo Horizonte, já se previa a evacuação gradual de todas as grandes entidades do Rio de Janeiro, deixando aqui um vácuo. Que significa isso? Hostilidade sistemática? Não podemos acreditar em tamanho absurdo. Fidelidade ao famoso ou notório programa de governar o Brasil de costas para o mar? Mas no caso da mudança da Petrobras para Salvador já não se viram as costas ao mar. Apenas ao longo do litoral se transferem os órgãos de comando, como se fossem peões no xadrez. E é isso mesmo. Um xadrez político.

(...) A transferência da Petrobras para onde o Governo da Bahia a deseja ter segue-se naturalmente à transferência da Vale do Rio Doce para onde o Governo de Minas a quis ter. Eis mais um passo, e passo em falso, da nova política dos governadores. E ainda não se passaram 24 horas desde que o Sr. Jânio Quadros afirmou não ter vocação política. (TRANSFERÊNCIA Política, *Correio da Manhã*, 1961)

A soma de três bilhões da ‘operação mudança’ será absorvida em gastos obrigatórios: passagens para 600 funcionários e familiares; indenizações a servidores que serão despedidos por impossibilidade de aproveitamento e assim condenados ao desemprego (...); melhorias salariais, que serão exigidas pelo pessoal técnico ou categorizado. (...) Com a mudança, não somente a empresa e os funcionários serão prejudicados. O Estado da Guanabara perderá na arrecadação do imposto de vendas e consignações (...). (PAÍS despenderá 3 bilhões com mudança da Petrobras, *Correio da Manhã*, 1961)

Informa-se que vários estados com representação na entidade irão protestar contra a transferência da sede da Petrobras. Entre eles, o Estado de São Paulo, o maior acionista da companhia depois da União. (PROTESTO contra ida da Petrobras para Bahia, *Correio da Manhã*, 1961)

Com a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, a proposta de transferência da Petrobras foi abandonada, mas disputas políticas similares por cargos e sedes seguiram em outras instâncias.

Os políticos da Bahia tiveram ontem um dia alvoroçado, tendo como centro de atividades o gabinete do ministro Oliveira Brito (Educação). Lá estiveram quase todos os deputados federais da bancada baiana, mais o Sr. Antônio Balbino, que por duas vezes esteve em conferência reservada com o ministro. O assunto era um só: Petrobras. Os baianos, que já não têm esperanças na transferência da sede da Petrobras para Salvador, não querem perder a presidência da empresa. (BRANDÃO, *Correio da Manhã*, 1961)

As bancadas federais de Santa Catarina e Paraná solicitaram ao ministro da Indústria e Comércio a transferência dos Institutos do Pinho e do Mate para os respectivos centros-geoeconômicos. Não é tese nova. Ainda há poucos anos pretendeu-se transferir, com argumentos similares, a Petrobras para a Bahia e a Cia. Vale do Rio Doce para Minas Gerais. Ficou apenas a pretensão. (TRANSFERÊNCIAS, *Correio da Manhã*, 1964)

Os custos e o desgaste decorrentes das desapropriações para abertura de novas vias no tecido consolidado eram empecilhos para se dar continuidade às obras das Avenidas República do Paraguai e Chile. Até então se defendia o desmonte de morros para criação de novas áreas centrais para ocupação. O Plano Piloto de autoria de Lucio Costa, a partir de 1969, passou a indicar a Baixada de Jacarepaguá e a Barra da Tijuca como principais áreas de ocupação nos próximos anos (PINHEIRO, 2010). Com o espalhamento da cidade, o adensamento da área central não era mais fundamental. Nessas novas ocupações, as grandes vias podiam ser traçadas livremente, sem esbarrar em áreas já ocupadas ou gerar obras na cidade já consolidada.

As dúvidas sobre as desapropriações refletiram nos planos do fim da década de 1960 e início da década de 1970, que variam em calibre, percurso e extensão das vias ortogonais da Esplanada. Reduções de otimismo aparecem também na quantidade de edificações previstas para intervenção da administração local, conferindo maior liberdade à ocupação dos lotes da Esplanada por edifícios federais ou privados. Confirmada a permanência da Petrobras no Rio de Janeiro, iniciou-se o processo de estabelecimento de uma nova sede, centralizando os serviços e contribuindo para a consolidação da Esplanada.

Petrobras na Avenida Presidente Vargas

Já durante o Regime Militar, em 1965, o jornal *Correio da Manhã* publicou a primeira matéria falando da nova sede.

Grande é a expectativa nos meios arquitetônicos acerca do critério a ser adotado pela Petrobras na concorrência para o projeto do seu edifício-sede. A obra será imponente, ocupando todo um quarteirão entre a Avenida Presidente Vargas, Rua dos Andradas, Teófilo Otoni e Conceição. O terreno foi adquirido por mais de um bilhão de cruzeiros e, segundo consta, foi concedido gabarito especial para a construção. A tendência geral dos Srs. Elcio Valadares Barroca e Bernardo Gaiser Filho, chefes do departamento especializado, seria para uma concorrência privada entre um grupo de arquitetos de gabarito e com escritório apto a desenvolver o projeto, no gênero adotado pelo Banco de Londres. Teriam sido ouvidos os arquitetos Jorge Moreira e Henrique E. Mindlin, além de Aldary Toledo, que é também arquiteto da Petrobras. (SEDE da Petrobras, *Correio da Manhã*, 1965)

No ano seguinte foi lançado o concurso de arquitetura para projeto da nova sede da Petrobras no Rio de Janeiro. Na primeira fase, seriam selecionados cinco estudos preliminares para serem desenvolvidos como anteprojetos para a fase posterior, na qual seria selecionado o vencedor. A comissão julgadora era composta pelos arquitetos João Batista Vilanova Artigas (1915-1985) — ironicamente, apesar dos relatos de perseguição, presidente da comissão em nome da instituição

liderada por militares —, Lucas Mayerhofer (1902-1982), Hélio Ribas Marinho e Ernani Vasconcelos (1912-1989), pelo engenheiro-arquiteto Mauro Ribeiro Viegas (n.1919), e pelos engenheiros Ruy Guaraná e Antonio Tinoco Netto. Pacheco (2010) descreve a contribuição individual profissional dos membros desse grupo:

Com exceção dos engenheiros representantes da Petrobras [Ruy Guaraná e Antônio Tinoco Netto] e do Clube de Engenharia [Mauro Ribeiro Viegas], todos os arquitetos da comissão já haviam prestado serviços importantes da área da arquitetura. Artigas, sem dúvida o mais produtivo deles, vinha de uma fase bastante fértil em que dotara as técnicas do concreto de uma expressão formal bastante particular. Exemplo disso estava na FAU-USP, projetada entre 1961 e 1962, e, então, em adiantada fase de execução (1965-1968). Nesse mesmo ano de 1967, além da Casa Elza Berquó, Vilanova Artigas, em parceria com Fábio Pentead e Paulo Mendes da Rocha, também se ocupava do projeto do Conjunto Habitacional CECAP “Zezinho Magalhães Prado”. Lucas Mayerhofer, além de Professor da Faculdade de Arquitetura da UFRJ, era reconhecido por seus trabalhos de restauração junto ao Museu das Missões Jesuíticas (RS), projetado por Lucio Costa. Por sua vez, Hélio Ribas Marinho se destacara internacionalmente por ocasião do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (1956-1960), projeto também originado de um concurso realizado em parceria de Marcos Konder Netto. Arquiteto, pintor e muralista, Ernani Vasconcelos (1912-1989) compôs a equipe capitaneada por Lucio Costa no projeto para o Edifício Gustavo Capanema (MEC) (1937-1943). (P. Pacheco, 2010, p. 228)

Como terreno, foi escolhido o lote atualmente ocupado pelo Banco Central do Brasil, na Avenida Presidente Vargas, esquina com a Rua da Conceição. A área havia sido desapropriada com o objetivo de viabilizar a Avenida Norte-Sul, prevista no Plano Reidy na década de 1940, mas as demais desapropriações nunca se efetivaram. O PAA 8114, de 1963 (FIGURA 39), unifica os lotes e define o perímetro do terreno utilizado nessa primeira fase.

Sobre o lote com mais de três mil metros quadrados, o novo edifício deveria atingir 100 mil metros quadrados de área construída, com térreo e sobreloja recuados conformando galeria coberta junto à Avenida Presidente Vargas. Pacheco (2010) enfatiza que se tratava de desafio imodesto, já que, até então, concorria em magnitude com os concursos internacionais para a sede da Peugeot em Buenos Aires e o Centro Turístico Euro Kursaal em San Sebastian, com 140 mil e 90 mil metros quadrados de área construída, respectivamente — nenhum dos dois edificado. Nota-se também que ultrapassava em área o Edifício Avenida Central (1959), de Henrique Mindlin, o maior da região da Esplanada, com aproximadamente 70 mil metros quadrados.

FIGURA 39: PAA 8224, de 1963, unifica os lotes do terreno da primeira fase do concurso para sede da Petrobras. (Fonte: SMU, 2017)

Em 1967, foram entregues e julgados os estudos preliminares da primeira fase. Das 136 equipes inscritas, 32 entregaram seus trabalhos, sendo 24 distribuídos entre São Paulo e Rio de Janeiro. Durante a primeira fase, apenas cinco equipes foram classificadas (FIGURA 40): Paulo de Mello Bastos (SP), os irmãos David e Dácio Ottoni (SP), Roberto Gandolfi, José Sanchotene e Abrão Assad — esse escultor, ainda estudante de arquitetura — (PR), Manoel R. de Siqueira Figueiredo e Noêmio Xavier (SP), e Miguel Alves Pereira e Ivan Mizoguchi (RS)¹⁵.

FIGURA 40: cinco propostas selecionadas na primeira fase do concurso para a Sede da Petrobras na Avenida Presidente Vargas. (Fonte: Pacheco, 2010)

GANDOLFI, SANCHOTENE E ASSAD

¹⁵ O processo de seleção bem como as propostas são apresentados em detalhes nos trabalhos de Ceniquel (1990) e Pacheco (2010). Santos (2011) traz maior riqueza de material gráfico sobre a proposta de Roberto Gandolfi e José Sanchotene.

BASTOS

FIGUEIREDO E XAVIER

IRMÃOS OTTONI

PEREIRA E MIZOGUCHI

FIGURA 41: croquis do memorial descritivo da equipe paranaense. (Fonte: Santos, 2011)

Os croquis do memorial (FIGURA 41) e a perspectiva (FIGURA 40) mostram que, de maneira similar às demais equipes, o time de Curitiba chegou à solução de lâmina sobre embasamento de mesma projeção. No entanto, apostou em um volume com altura reduzida e maior área de pavimento, o que possibilitou a diminuição na quantidade de elevadores. Há menção à possibilidade de ocupação variada dos pavimentos, desde que seguindo uma mesma modulação estrutural, sem interferir na volumetria externa do edifício. A variabilidade volumétrica externa concentra-se nas caixas sólidas em balanço propostas sobre a galeria que fazia a Avenida Presidente Vargas. Esse arranjo livre e independente era evidenciado pela diferença do seu material (concreto) em relação à torre (envidraçada), e pela solução estrutural, que interioriza os apoios verticais. Nota-se ainda a marcação da parte superior da torre em concreto, completando a clara organização de embasamento, torre e coroamento.

Kenique (1990) defende que o júri estabelecera como critério de primeira seleção das propostas o não cumprimento das recomendações do Plano Agache. A descontinuidade na galeria porticada ao longo da Avenida Presidente Vargas permitiria acesso mais nobre e monumental ao edifício. Pacheco (2010), no entanto, refuta o argumento, apontando que foram classificadas para a segunda fase propostas que adotaram soluções com continuidade das galerias.

De qualquer forma, a não adoção de estruturas de apoio no perímetro do edifício proposto pela equipe curitibana, deixando balanços e a possibilidade de perímetro livre em planta e em corte, seria explorada com ainda mais força na fase seguinte do concurso.

Adotado pela equipe de Curitiba nesse primeiro projeto para a Petrobras, o esqueleto estrutural em concreto independente data de muitos anos antes. O pioneirismo em sua utilização, gerando possibilidades diversas em planta e em corte, é atribuída a Auguste Perret (1874-1954). O arquiteto franco-belga incorporou esse racionalismo estrutural de elementos independentes articulados aos princípios clássicos de composição. Em escala reduzida, seu aprendiz Le Corbusier (1887-1965), a princípio juntamente com os engenheiros Max Du Bois e Juste Schneider, aplicou a lógica de Perret no sistema modular chamado Dom-Ino (INFOGRÁFICO 2), sem

as preocupações de atualização do vocabulário clássico. Em maior escala, o conceito estrutural de Perret, passível de replicabilidade sistemática, foi aplicado em estruturas, em concreto e metálicas, de edifícios verticalizados ao longo dos anos seguintes.

Em próprio solo carioca, apesar de origem distinta da francesa (FREITAS, 2011), a estrutura independente em concreto foi adotada em altura já em 1936, no Edifício Gustavo Capanema (INFOGRÁFICO 2), projeto de Lucio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Ernani Vasconcelos, Jorge Machado Moreira e Oscar Niemeyer, sob influência direta de Le Corbusier.

Em solo paulistano, no ano de 1959, o Edifício Quinta Avenida (INFOGRÁFICO 2), por Pedro Paulo de Melo Saraiva e Miguel Juliano e Silva, conquistou um pavimento comercial em concreto protendido, sustentado apenas por duas linhas de pilares. Essa minimização de apoios permitiu que a torre fosse suspensa em relação ao embasamento e que o espaço público permeasse o térreo de maneira bastante semelhante à proposta inicial para a Petrobras na Presidente Vargas.

Quase concomitantemente, o primeiro prêmio no concurso para o edifício-sede do Jockey Club (INFOGRÁFICO 2) foi concedido à equipe de Jorge Wilhelm, Carlos Millan e Maurício Tuck Schneider, com uma

proposta de torre vertical com quatro apoios que, em pares, funcionariam em conjunto com a circulação e suportariam lajes nervuradas com vãos internos de 21 metros e balanços periféricos de 6 metros.

Depois de certo tempo sem retorno por parte dos organizadores do concurso, os finalistas, convocados por Miguel Pereira, prepararam em conjunto um documento cobrando seu prosseguimento, demanda apoiada pela mídia e pelo Instituto de Arquitetos do Brasil. Os autores relatam essa atuação conjunta e o apoio das entidades e da mídia pela continuidade da disputa.

Fomos classificados entre as cinco equipes — o [Roberto] Gandolfi, o Abrão, que era estudante, e eu. Mas aquilo ficou parado. Um dia, o Miguel Pereira, que era um dos participantes, fez uma reunião com os demais concorrentes para ver como que estavam as coisas e fez um documento. A primeira fase foi na Presidente Vargas. (...) Mas teve um compasso de espera porque eles adquiriram outro terreno — e realmente ficou muito melhor ali. (J. Sanchotene, 2017)

O concurso ficou um ano parado. Mas teve pressão. A Folha de São Paulo falou ‘concurso em caso de espera’. O Instituto de Arquitetos reclamou com a Petrobras ‘por que parou o concurso? Faz o concurso!’. Era tudo porque eles tinham mudado de terreno. (R. Gandolfi, 2017)

Modificações significativas nas bases do concurso, decorrentes de negociações com a municipalidade, atrasaram o andamento do concurso. Seria dada continuidade ao processo no ano seguinte, sem mais abranger o terreno da Avenida Presidente Vargas. A sede deveria ser implantada em outra localidade, ainda nas proximidades, disponível para receber edifícios com tamanha demanda de área e visibilidade.

Petrobras na Esplanada de Santo Antônio

Em 1967, a SURSAN ofereceu à Petrobras o terreno do quadrante sudeste da Esplanada de Santo Antônio e o acordo foi feito. A nova sede deixaria de ser implantada, portanto, em um contexto densamente urbanizado para ser uma das primeiras peças de um território ainda indefinido, em construção. Quando houve a convocação da nova fase do concurso, em 1968, a Catedral já estava em obras, com projeto de 1964, mas o projeto do BNH ainda estava em elaboração.

O crescimento em área do terreno, de 3 mil para 10 mil metros quadrados, foi acompanhado e justificado pelo crescimento no programa de necessidades: de 75 mil para 115 mil metros quadrados¹⁶. Outro complicador foi adicionado nessa segunda fase do concurso: o edifício-sede deveria ser passível de construção em duas etapas, uma com 75% da área e, posteriormente, os 25% restantes. Percebe-se que os crescimentos do terreno e do programa não são proporcionais. Isso porque o padrão de ocupação esperado na Esplanada diferia muito daquele proposto por Agache para a Avenida Presidente Vargas, bastante adensada. Como já se indicava desde os estudos de Reidy, previa-se no território do Morro demolido a implantação de torres soltas, visíveis, com fartas áreas de fruição pública e ajardinamento. Willer (2017), mesmo sem participar do projeto, associa os condicionantes urbanísticos já definidos desse novo cenário aos ideais de cidade moderna aplicados em Brasília:

FIGURA 42: PAA 8772, de 1969. (Fonte: SMU, 2016)

16 Ceniquel (1990) fala em 100 mil e 150 mil metros quadrados respectivamente, contestados por Pacheco (2010).

Na Petrobras, a equipe do Sancho e do Roberto já tinha em discussão ideias mais recentes que a Carta de Atenas em termos de urbanismo. No entanto, tiveram que optar por edifício cercado de jardins. (A. Willer, 2017)

FIGURA 43: PAA 8940, de 1970. (Fonte: SMU, 2016)

Sua colocação é endossada por José Sanchotene (2017):

Era um outro tipo de urbanização: era Carta de Atenas, tipo Brasília. (...) Mas nós recebemos o bonde andando, sabendo que era um erro urbanístico. Acho que a criação desse espaço, a construção da Catedral era decorrente de uma vontade de tirar favela, mangue, cortiço, e fazer uma renovação urbana. (...) Acho que era uma vontade anterior a Brasília, era a Carta de Atenas. (J. Sanchotene, 2017)

Os planos de alinhamento da época contam com a manutenção da mesma proposta de maior verticalização e espaçamento, modificando pontualmente sua ocupação. No PAA 8772, de 1969 (FIGURA 42), estuda-se a implantação no terreno do Quartel da Polícia com cinco torres paralelas de 30 pavimentos sobre pilotis. O PAA 8940 do ano seguinte (FIGURA 43) propõe redesenho de vias e quadras na interface noroeste do território com a Rua da Carioca. O PAA 8944, ainda de 1970 (FIGURA 44), mais amplo, estuda a continuidade a Norte da Avenida Norte-Sul e a urbanização das áreas adjacentes. Esse mesmo plano não associa o terreno do quadrante sudeste da Esplanada à Petrobras, mesmo com as obras em andamento, mas já indica propriedade dos lotes dos quadrantes nordeste e noroeste por parte do BNDE e do BNH, respectivamente.

FIGURA 44: PAA 8944 de 1970. (Fonte: SMU, 2016)

As alterações nas bases do concurso resultaram em posturas diferentes entre as equipes classificadas (FIGURA 45). Os trabalhos de Paulo de Mello Bastos e da dupla Manoel S. Figueiredo e Noêmio Xavier mantiveram o partido adotado na fase anterior. Miguel Pereira e Ivan Mizoguchi propuseram alterações formais, mas não de organização funcional. Enquanto todas essas equipes apostaram em uma torre única, a equipe dos irmãos Ottoni mudou completamente o partido, explorando duas torres paralelas: uma delas mais baixa, resultado da posterior ampliação do programa.

A equipe vencedora, de Roberto Gandolfi, José Sanchotene e Abrão Assad, contou com alterações importantes, que começaram com a incorporação de novos membros à equipe: Luiz Forte Netto, José Maria Gandolfi e Vicente de Castro. José Maria Gandolfi, irmão de Roberto, e Forte Netto já tinham escritório estabelecido em Curitiba e contavam com o ex-desenhista Vicente de Castro, agora arquiteto recém-formado.

Outra alteração é quanto à proposta volumétrica na nova localidade. Na etapa anterior, como o terreno era menor, com grande área de programa, era necessária maior verticalização e pouca maleabilidade no formato da torre. Como solução, a equipe optou por fazer o maior pavimento possível dentro do lote dado, para reduzir tanto a altura quanto a demanda de elevadores. Na segunda fase, o terreno não mais

FIGURA 45: propostas enviadas à segunda fase do concurso, para a Sede da Petrobras na Esplanada de Santo Antônio. (Fonte: Pacheco, 2004)

IRMÃOS OTTONI

FIGUEIREDO E XAVIER

PEREIRA E MIZOGUCHI

BASTOS

demandava uma solução laminar. A equipe, mesmo assim, manteve o raciocínio da etapa anterior: conquistar a maior área contínua de pavimento. Como resultado, chegaram a uma torre com altura semelhante à da primeira etapa, mas em base quadrada, como exposto na prancha de memorial descritivo (FIGURA 46). Vicente de Castro (2017) justifica a decisão de permanecer horizontalizado, mesmo com as questões simbólicas ligadas à altura da torre.

Com o golpe militar houve a ideia de reforçar as estatais. A ideia nacionalista de que as estatais tinham que ser motores de desenvolvimento do país era muito forte. Empresas como a Petrobras queriam ter marca forte no Rio de Janeiro. Então, durante a elaboração do projeto, o pessoal reclamou que o prédio era baixo, eles queriam que fosse um prédio alto para dominar a paisagem. Mas desde o concurso tinha-se a preocupação em equilibrar as circulações horizontais e verticais. E a Petrobras tinha departamentos muito grandes, que se fossem divididos em andares pequenos exigiriam muitas circulações verticais. Então fizemos aquele maciço mais avantajado horizontalmente, evitando crescer verticalmente. (V. Castro, 2017)

FIGURA 46: prancha do memorial descritivo da proposta vencedora do concurso. (Fonte: Castro, 2017)

O volume solto em meio à área aberta, apesar de variado por conta dos vazios, apresenta faces de igual hierarquia, defendida pela equipe como solução mais adequada para o objeto nesse novo contexto (FIGURA 47). Com áreas de escritórios em todo o perímetro, as faces diferenciam-se apenas quanto à presença e à orientação dos *brise-soleils* em alumínio (verticais na face norte, horizontais nas faces leste e oeste, e ausentes na face sul). O volume é robusto, com proporções atarracadas, de altura quase equivalente à base. Os fechamentos do embasamento foram recuados, gerando certo sombreamento no térreo. Caixas em concreto elevadas do piso, com tratamento de superfície semelhante ao coroamento — relevos característicos do trabalho de Assad —, marcam os acessos.

Mesmo sem altura, o edifício deveria, segundo Assad (2017), ser grandioso como a empresa que representava.

FIGURA 47: perspectiva da proposta da equipe de Curitiba para a Sede da Petrobras na Esplanada de Santo Antônio. (Fonte: Pacheco, 2010)

Eu não estava preocupado com questões de paisagem urbana; mas em gerar uma forma que, além de contemplar as necessidades, fosse inovadora (...). Eu não estava preocupado com quem estava do lado porque não havia ninguém do lado! Havia o ímpeto de arquiteto de marcar o lugar: é aqui a Petrobras. (A. Assad, 2017)

Castro (2017) menciona como as escolas paulista e carioca influenciaram o trabalho, e José Sanchotene (2017) relaciona a escolha por uma torre única ao seu caráter simbólico.

A intenção do majestoso sempre foi forte. Estávamos fazendo um prédio para a empresa mais importante do Brasil, e a maior empresa sul-americana. Acabou ficando com 150 mil metros quadrados, o que é grande em qualquer lugar do mundo. E tinha que mostrar esse 'grande' de maneira majestosa, com presença. (...) O prédio da Petrobras tem um partido de Arquitetura Moderna. Se considerar os cinco elementos — planta livre, pilotis, *brise-soleils*, terraço-jardim, etc. — está tudo lá. Houve a intenção de fazer uma releitura. Na época, o edifício mais importante — ao menos para mim — era o Ministério da Educação, com esboço de Le Corbusier e traço de Oscar Niemeyer, Lucio Costa, etc. Então, essa questão de prestigiar o padrão da Arquitetura Moderna era um ponto importante. Associou-se a isso, aquela corrente brutalista de São Paulo de grandes empenas em concreto, e os desenhos escultóricos feitos pelo Abrão Assad — que é um excelente artista e escultor — que deram uma característica diferente, tropicalizada, à Arquitetura Moderna. (V. Castro, 2017)

A gente ganhou esse concurso por dois aspectos. Eles pediram um edifício e um anexo para a ampliação. Mas achamos que não poderia ter um anexo um edifício-símbolo da Petrobras, um prédio que fosse ícone. Então, procuramos fazer um prédio único, num esforço muito grande. (...) E o segundo aspecto era que o cálculo de elevadores era muito alto, porque, enquanto prédio de uma entidade única, as pessoas circulam dentro do prédio. A gente sentiu que eles estavam imaginando um prédio alto, mas nas simulações dava uma área perdida de 40, 50 e até 60% na planta tipo (...). A relação área útil-área construída diminuía bastante. E nós conseguimos fazer um prédio com 19% de área perdida por andar. (J. Sanchotene, 2017)

O prisma quadrangular tem 75 metros de lado, dividido em um grid regular de 25x25 m. As plantas acusam a alternância de perímetros cheios (quadrados), em "cruz" e em "H", em conjuntos alternados de lajes. Os vazios resultantes permitiriam a entrada de luz e ventilação às áreas mais internalizadas da torre, bem como consolidariam áreas ajardinadas, promovendo ambientes de trabalho mais agradáveis aos usuários da sede — tal ambientação dos espaços internos foi questão-chave na proposta e recorrente na produção do grupo de arquitetos. Nota-se, entretanto, que na perspectiva de apresentação do projeto, os fechamentos e os vazios são mais variados do que nas plantas do concurso, e que foram ainda mais regularizados para a construção do edifício. Os autores acusam participação da Petrobras na redução da variabilidade dos vazios ao longo do processo a fim de facilitar a construção, como explica José Sanchotene (2017):

A estrutura poderia ser preenchida depois. Era mais orgânica, mas o pessoal da Petrobras pediu para fazer mais simples aquele jogo de

volumes. Então ficou, simplesmente, prédio cheio, prédio em “H” e prédio em cruz. (J. Sanchotene, 2017)

Outra característica, mantida da primeira fase, foi a independência da estrutura em relação às vedações, evidenciada pelos vazios escavados na volumetria da torre. Cada módulo de 25x25 m foi dotado de 4 pilares em cruz, distanciados 12,5 m entre si e a 6,25 m dos limites. Já no anteprojeto, associou-se os pilares com a passagem de tubulações e cabeamentos, o que facilitaria sua instalação e manutenção. As circulações verticais e áreas de apoio permaneceram em um bloco único e internalizado.

A proposta é organizada em subsolos, embasamento, torre e coroamento, num total de 26 andares. Nos dois subsolos localizam-se garagens, carga e descarga e serviços gerais de apoio para funcionários e técnicos. No embasamento, composto pelo térreo e pelo piso superior, estão as áreas de atendimento ao público, de exposições e o setor cultural. Uma escada escultórica em concreto leva ao mezanino, que abriga a biblioteca e o auditório. No solo, a planta se desenvolve de maneira fluida, permitindo que se permeiem as calçadas, os jardins e o foyer, mesmo com alturas variadas. Essa característica é explicada pelos autores:

Havia uma preocupação nossa em permitir que os jardins avançassem sob o volume do edifício. Resolvemos colocar o corpo do auditório

FIGURA 48: corte original da proposta, sem todos os pavimentos tipo construídos. (Fonte: Santos, 2011)

mais para baixo para integrar com esse espaço. Agora parece que tem grades que foram sendo acrescentadas. (A. Assad, 2017)

(...) a parte paisagística do Burle Marx conferiu ao edifício outra qualidade. Tive brigas com o Roberto [Burle Marx] porque eu queria que o desenho dele de piso da Esplanada permeasse para dentro do prédio, porque daria uma continuidade espacial boa, mas ele disse “não misturo arquitetura com paisagismo”. Então o desenho termina na linha da esquadria, dali para diante é outra coisa. (V. Castro, 2017)

Seguindo as orientações do edital da segunda fase, o corpo da torre não estaria preenchido até o topo. No entanto, sua proporção volumétrica já era final: acima dos pavimentos vazios já se encontrava instalado o coroamento suspenso, com as salas nobres da diretoria e da presidência e os setores de engenharia e comunicação (FIGURA 48). Essa solução de crescimento e transformação ao longo do tempo de um mesmo edifício vinha sendo explorada com recorrência e otimismo em muitas partes do mundo (como os trabalhos dos Metabolistas e do Archigram presentes no Infográfico 2), e encontraria no grupo de arquitetos de Curitiba um campo fértil para desenvolvimento ao longo das décadas de 1960, 70 e 80.

Outras vantagens e justificativas dos vazios são elencadas pelos autores:

O apelo maior, em termos proposta arquitetônica, estava em conseguir resolver a obrigação de construir um prédio em duas etapas em um corpo só. (...) Imagine um prédio de 100x100x100 m, um cubo: teríamos pouca iluminação e ventilação se fizéssemos um volume regular. Ligando os fatos de que era um corpo volumoso e de que teria que ser construído em duas etapas, criamos vazios e reentrâncias intermediárias que poderiam ser complementados de acordo com necessidades posteriores. (...) O prédio foi feito em uma etapa só, mas esses vazios foram utilizados durante a obra como canteiros de obra intermediários. (A. Assad, 2017)

O concurso, quando saiu da Presidente Vargas e foi para Esplanada de Santo Antônio, cresceu em área. Mas a Petrobras não queria ocupar o prédio todo, queira ocupar 75% e deixar 25% de área vazia para uma construção posterior. (...) Isso complicou muito o projeto, porque um prédio que ficasse bem com um enorme buraco de 25% da área era muito difícil. Como a gente pensou em isolar a parte de escritórios da parte de diretoria e presidência, para não ficar um buraco isolado, criamos outros vazios para fazer uma composição mais harmoniosa. Além disso, havia a intenção de criar uma maneira de iluminar e criar ambientes em que os usuários não se sentissem perdidos, mas ao lado de um jardim. (V. Castro, 2017)

Esse partido volumétrico de cheios e vazios nasce de um raciocínio anterior. Em 1962, o escritório de Eduardo Kneese de Mello, Joel Ramalho Júnior e Sidney de Oliveira, contou com Fábio Canteiro, Luiz Forte Netto e José Maria Gandolfi no desenvolvimento de proposta para o concurso internacional para a sede da Peugeot em Buenos Aires (FIGURA 49/INFOGRÁFICO 2), vencido por Aflalo Gasperini — lembrando que Forte Netto e José Maria Gandolfi trabalharam na segunda fase do concurso da Petrobras. Na ocasião, o edital demandava maior verticalização possível em lote definido, para se construir o edifício mais alto da América Latina. A equipe de Kneese de Mello propôs a extrema verticalização, dando conta de uma área útil de escritórios de 140 mil metros quadrados em 90 pavimentos. O desafio era não ultrapassar a área máxima de construção permitida ao lote e não se reduzir em demasia a seção da torre, o que poderia acarretar em problemas estruturais devido à altura. Como solução, uma mesma planta tipo foi rotacionada em torno de um eixo contínuo central, resultando em uma torre porosa, com grande variabilidade nos vazios. Pacheco (2010) narra essa derivação:

Em busca de um edifício de grande altura, ali [na sede da Peugeot em Buenos Aires], pela primeira vez seria esboçada a ideia de um corpo sólido perfurado por vazios profundos, localizados em diferentes partes do edifício, segundo uma organização falsamente aleatória. Esses vazios, além de permitirem a existência de jardins elevados, também possibilitavam a entrada de luz natural nas partes mais centrais da planta tipo. Esse mesmo argumento seria reutilizado alguns anos mais tarde pelos paranaenses, em 1968, por ocasião da segunda fase do concurso para a sede da Petrobras, no Rio de Janeiro. Mais evoluído, esse estratagema funcional voltaria a comparecer em 1973, no concurso para a sede do BNDE Brasília. (P. Pacheco, 2010, p. 106)

FIGURA 49: fotografia da maquete da proposta para a sede da Peugeot em Buenos Aires. (Fonte: Pacheco, 2010)

Roberto Gandolfi (2017), em depoimento, endossa a referência:

Um colega nosso do Mackenzie tinha feito um prédio espetacular girando os andares¹⁷. Então eu falei ‘vamos girar!’ — para mudar, para gerar cheios e vazios. Mas não deu. Então o que nós resolvemos fazer? Resolvemos em sucessão (...): tinha andar em cruz, andar em agá, andar cheio... eram poucos andares. Tinha três ou quatro em cruz, depois um em agá, depois girava... fomos estudando. (R. Gandolfi, 2017)

Além das lógicas distintas de geração de forma — rotação na Peugeot e sobreposição na Petrobras — vale evidenciar outras diferenças entre as duas sedes. Na sede da Peugeot, interessava-se pela máxima altura do edifício; enquanto no caso da Petrobras, a intenção era conquistar a maior área de pavimento, para reduzir a altura da torre. Se, na Peugeot, o núcleo central seria rodeado de pilares coincidentes com os vértices dos módulos ora ocupados ora extraídos, na Petrobras, os pilares são recuados da fachada, fortalecendo sua independência em relação às vedações. As soluções de térreo e coroamento são opostas, enquanto para Buenos Aires propõe-se o alinhamento e o embasamento em relação à torre e o recuo do coroamento, no Rio de Janeiro, alinha-se o coroamento e recua-se as vedações transparentes do térreo, como um objeto flutuante.

Há outros exemplos brasileiros posteriores que utilizaram lógica semelhante para atingir variação volumétrica, de fachada e de ocupação interna, sem o mesmo porte proposto pelos edifícios institucionais. Um deles é o Edifício Morumbi em São Paulo (INFOGRÁFICO 2), de 1973, projeto de Jerônimo Bonilha Esteves e Israel Sancovski. Erguido gradualmente por colunas de seção circular sobre o terreno de grande desnível, contempla variações nas fachadas, quanto a aberturas e chanfros que reforçam a liberdade de apropriação dos pavimentos. Ao centro da planta quadrangular estão as áreas molhadas, enquanto o núcleo de circulação é lateralizado.

De maneira similar, no Edifício Springfield em Curitiba (INFOGRÁFICO 2) — de Luiz Forte Netto, Orlando Busarello e Dilva Cândido Slomp Busarello, em 1975 — as áreas molhadas foram internalizadas enquanto o núcleo de circulação de serviços foi segregado em um volume independente. No caso curitibano, no entanto, as fachadas seriam regulares se não fosse a alternância dos balcões, conferindo ao conjunto maior variabilidade, mas por adição e não por subtração, como na Petrobras ou na Peugeot.

◆

17 Referência a Joel Ramalho e à proposta para o edifício-sede da Peugeot em Buenos Aires.

Abrão Assad, José Sanchotene, José Maria Gandolfi, Luiz Forte Netto, Roberto Gandolfi e Vicente de Castro foram contratados para desenvolver a proposta para Petrobras. José Maria Gandolfi e Vicente de Castro se mudaram para o Rio de Janeiro a fim de fazer a ponte entre a Estatal e o escritório curitibano.

Em 1969, a obra foi iniciada, sob responsabilidade da construtora Odebrecht, coordenada pela própria Petrobras (FIGURAS 50-56). As notícias que circulavam na mídia exaltavam o porte e o aparato tecnológico do edifício.

A PETROBRAS assinou contrato com a Construtora Norberto Odebrecht S/A Comércio e Indústria, para a fundação e estrutura de seu edifício-sede, localizado na Avenida Chile, com 125 m de frente por 80 m de fundos, onde anteriormente se localizava a estação de bondes para Santa Teresa.

A localização do edifício junto a vias de tráfego rápido, por onde passarão grandes massas humanas, colocará o prédio em posição de evidência, destacando-se dos demais do conjunto arquitetônico em seu entorno.

A área edificável será de 100 mil metros quadrados, sendo reservados para escritórios, aproximadamente, 65 mil metros quadrados de área útil. Sua altura será de 110 m, com 27 andares e mais outros dois situados no subsolo. Na cobertura, haverá uma área própria para pouso de helicópteros. O prazo de entrega da estrutura está previsto para 660 dias, sendo consumido um volume total de concreto da ordem de 33 mil metros cúbicos.

Instalações diversas, como sistema de música funcional, central copiadora, central de radiocomunicações, instalações de caixa-forte, sistema de para-raios, além de jardins na plataforma e terraços, são algumas das características que tornarão o edifício-sede da Petrobras um dos maiores empreendimentos da engenharia nacional.

O prédio será equipado com um perfeito sistema de comunicação, estando previstas instalações de rádio, telex e televisão em circuito fechado. Vinte e quatro elevadores atenderão ao transporte interno.

A garagem, localizada nos subsolos, terá capacidade para o estacionamento de 450 veículos. (PETROBRAS assina contrato de seu edifício-sede, *Correio da Manhã*, 1969)

FIGURA 50: registros fotográficos do andamento das obras da sede da Petrobras, entre 1969 e 1972. (Fonte: Fotógrafo Raimundo Nonato / Banco de Imagens da Petrobras, 2017)

FIGURAS 51, 52, 53:
registros fotográficos
do andamento das
obras da sede da
Petrobras, entre 1969 e
1972. (Fonte: Fotógrafo
Raimundo Nonato /
Banco de Imagens da
Petrobras, 2017)

FIGURAS 54, 55 e 56:
registros fotográficos
do andamento das
obras da sede da
Petrobras, entre 1969 e
1972. (Fonte: Fotógrafo
Raimundo Nonato /
Banco de Imagens da
Petrobras, 2017)

FIGURA 57: campanha publicitária com foto da construção da sede da Petrobras. (Fonte: Correio da Manhã, 1970)

É tempo de cimento MAUÁ

GRANT

É tempo de construir.
E aí está a nova sede da Petrobras crescendo.
Uma jóia de arquitetura, esculpida com Cimento Mauá, pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. Comércio e Indústria.
E aí estão as represas, as pontes, os viadutos, os edifícios, as universidades, as fábricas, os estádios esportivos...
Progresso subindo paredes e chaminés.
Tempo concreto. Tempo de construir.
Tempo do Brasil hoje.

CIA. NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

No início da década de 1970, o edifício da Petrobras protagonizou campanhas publicitárias de empresas de construção civil, como Cimento Mauá e Alumínio Ajax (FIGURA 57). Foi o primeiro edifício de grande porte (120 mil metros quadrados) no Brasil a utilizar automação predial e isopor como agregado no concreto. A equipe relata disponibilidade por parte da Petrobras em realizar testes de esquadrias com jatos de água e dos mais diversos serviços relacionados a tecnologias construtivas e de controle de qualidade do edifício.

Do anteprojeto selecionado no concurso para a elaboração do projeto executivo, poucas foram as alterações. A mais relevante delas foi a eliminação da construção em etapas, ou seja, a torre foi construída toda de uma vez. Outra diferença que pode ser notada é a maior regularidade dos vazios. Conjuntos de quatro lajes em “cruz” e em “H” formam vazios de igual proporção na torre, sem a mesma variação da proposta inicial. Os pilares em cruz, ainda associados às instalações, receberam fechamento em aço inoxidável formando colunas octogonais. O mesmo material é usado no revestimento do núcleo de circulação vertical. De maneira consoante, a equipe defende que o projeto foi rigorosamente respeitado e que não enfrentaram dificuldades com a construtora nem com a equipe contratante.

Resolvemos padronizar as plantas em “cruz” e “agá” e “cheia” para facilitar a construção. A principal preocupação da equipe da Petrobras a respeito da obra era sobre a qualidade da construção e dos materiais. (V. Castro, 2017)

O edifício começou a ser ocupado em 1973, mas considera-se inaugurado em 1974 (FIGURA 58). Não houve um evento de inauguração formal. José Faraco, engenheiro-chefe da obra, justifica:

Na época, a Petrobras tinha vergonha do prédio. Havia muita crítica em relação à companhia. Dizia-se que a empresa era eficiente do solo para cima e ineficiente do solo para baixo, ou seja, nas áreas de E&P [exploração e produção]. Havia também muita rixa política. O ministro Eugênio Gudin, um dos pais da economia brasileira, já falecido, era um dos principais críticos do prédio. (J. Faraco, 2003)

FIGURA 58: Edise finalizado. (Fonte: L. Oba, 2016).

O porte da obra era resultado das demandas da empresa na época, ricamente financiadas pelo governo e exaltadas pela mídia como superação dos limites da tecnologia de construção brasileira.

Os seguintes dados estatísticos e comparativos dão uma ideia geral do vulto do edifício-sede da Petrobras:

o volume de concreto aplicado, cerca de 32 mil m³, seria suficiente para a construção de 30 edifícios médios de 10 andares;

as 3 mil toneladas de aço para armadura de concreto empregadas na estrutura, considerando o diâmetro médio de 1/2", teriam a extensão de 3 mil km, o que equivale à distância entre Rio de Janeiro e Belém do Pará;

os elevadores sociais poderão transportar em uma só viagem 506 pessoas, bastando portanto oito viagens, com lotação completa, para conduzir ao local de trabalho todos os empregados que trabalharão na sede da empresa;

os 15 mil kW de potência elétrica dos transformadores equivalem à demanda de uma cidade de 120 mil habitantes, nas condições médias nacionais;

os pisos empregados no edifício cobririam as pistas de rolamento da Avenida Presidente Vargas da Praça Onze até a Igreja da Candelária; serão utilizados 11 km de dutos de piso para o sistema de distribuição elétrica do prédio;

para a fabricação dos dutos de ar-condicionado foram adquiridas cerca de 1 mil toneladas de chapa de aço galvanizado;

a área envidraçada do prédio atinge 27 mil metros quadrados, o suficiente para envidraçar mil apartamentos do tipo médio de três quartos com esquadrias panorâmicas;

serão previstos 45 mil metros quadrados de paredes divisórias removíveis para constituição dos diversos escritórios;

durante a execução das fundações e estrutura foram rompidos 6200 corpos de prova do concreto utilizado na obra. (ESSES SÃO os números do novo edifício, 1972)

Posteriormente, as críticas ao edifício passaram a acompanhar aquelas direcionadas à política instaurada pela ditadura militar, como se fossem associadas.

Este prédio é um bom exemplo da grandiloquência arquitetônica da produção pós-Brasília, sobre bases conceituais já esgotadas. Para ser mais preciso: a sua concepção como que estetiza (expressa formalmente) a pesada máquina da tecnoburocracia nativa, ou seja, dá a sensação de que formula uma certa estética do desperdício. O volume do prédio, em vidro e brise metálico, e com proporções (relação altura-largura) dignas de crítica, possui, ritmando as suas fachadas homogêneas, grandes

vazios (varandas administrativas?), talvez numa tentativa de ser menos Mies. Esse esburacamento do volume do prédio, ao invés de garantir mais originalidade ao seu partido plástico, pelo contrário, reforça a sensação que se distorceu uma determinada linguagem arquitetônica, tal que, com a distorção, se conseguisse fazer reviver seus princípios. (E. Mandolfo, 1987, p.41)

Apesar dessa postura desconfiada em relação ao edifício, é importante considerar que se trata de um exemplar subvalorizado em relação às riquezas da sua proposta arquitetônica. Conta com princípios de espacialidade — principalmente na aproximação entre espaços internos e externos, independentemente da altura —, de fachada livre — permitindo maior riqueza e força na composição, em oposição a torres burocráticas — e de sustentabilidade, que similarmemente guiariam Norman Foster (n. 1935) no desenvolvimento do bem-recebido projeto de Commerzbank Headquarters, em Frankfurt, duas décadas mais tarde (1991).

O chamado Edise — sigla para Edifício-sede —, mas oficialmente denominado Edifício Marechal Ademar Queiroz, permanece em funcionamento, mas as suas áreas livres e ajardinadas no térreo, concebidas como continuação das áreas públicas de fruição, foram dissociadas do entorno por grades. José Sanhotene (2017) atribui a instalação de grades à proposta urbana do recorte, com grandes lotes institucionais e afastamentos proporcionais.

Se tivesse uma integração com o tecido urbano da cidade tradicional ninguém ia ter que ficar cercando prédio. A cerca se mostra como uma medida de correção para um erro urbanístico. (J. Sanhotene, 2017)

Nos anos 2000, foi desenvolvido o projeto de reforma do prédio, pelo escritório de Roberto Gandolfi. Além da atualização de infraestrutura na torre (novos *layouts*, cabeamentos, sistemas de pisos elevados, ar-condicionado e redimensionamento das saídas de emergência), contou-se com a reformulação do auditório, bem como a criação de uma sala de imprensa logo no térreo, com acesso mais direto. A alteração mais visível, no entanto, foi uma torre metálica de circulação vertical, adjacente à face sul do edifício (FIGURA 59). De acordo com o arquiteto, ela parte da ideia original da segunda fase do concurso, em que o edifício seria passível de ampliação. A nova torre não seria parte definitiva do edifício, mas feita exclusivamente para viabilizar as obras de sua reforma. Não se trataria, portanto, de uma saída a mais de emergência — como se especula —, essa já resolvida internamente

ao edifício. A torre anexa teria sido mantida pela não conclusão das obras de reforma — interrompidas, segundo o arquiteto, três níveis antes de chegar ao térreo — e por conta da sucessão dos gestores e das equipes envolvidas, que incorreu na perda da memória dos processos que levaram à construção da torre e que levariam ao seu posterior desmantelamento.

FIGURA 59: torre externa de circulação em estrutura metálica. (Fonte: A autora, 2017).

Eu fiz uma estrutura metálica por fora com elevador de obra externo. O Beto¹⁸ desenhou. Era a mesma ideia que já tinha lá no começo. Era para poder levar material e poder trabalhar. Começaram a obra desde a presidência, e fizeram toda a modernização do prédio até o terceiro andar. (...) Mas até agora a estrutura está lá. Todo mundo morreu ou se aposentou. Agora eles pensam que é do prédio, mas não é: aquilo é para fazer o prédio. (R. Gandolfi, 2017)

Outra alteração é quanto às varandas adjacentes às áreas de trabalho. Elas encontram-se hoje fechadas ao acesso, restritas a eventos, com abertura condicionada a agendamento.

Algum tempo atrás, houve uma reclamação publicada no jornal *O Globo* sobre os vazios. Aí eu enviei uma série de fotos, de arquitetura mais recente com jardins elevados, que mostra que o uso de jardins elevados é uma característica de arquitetura atual. Naquela época, pensamos na criação de microclimas, mas as restrições técnicas eram complicadíssimas. Estudamos junto com a Dupont um tipo de elastômero que fosse isolante de água, que desse estanqueidade aos jardins e que suportasse as variações de temperatura. Foi um cálculo técnico muito grande, que era novidade na época. Ninguém pensava em fazer jardins num escritório. (V. Castro, 2017)

18 Roberto Luiz Gandolfi Junior, também arquiteto e filho de Gandolfi.

(Mudanças de) Planos para o BNDE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 1952¹⁹, durante o governo de Getúlio Vargas. Seguindo as intenções centralizadoras e nacionalizantes, que resultariam também na criação da Petrobras no ano seguinte, o objetivo da nova autarquia federal era formular e executar a política nacional de desenvolvimento econômico.

Desde 1960, a sede do banco já estava prometida a Brasília, como registrado pelo *Correio da Manhã*:

Apesar de a sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em Brasília ainda estar em construção, posso adiantar que, no próximo dia 21 de abril, a diretoria do BNDE já estará transferida, em caráter definitivo, para a nova Capital — afirmou o almirante Lúcio Meira, a propósito da transferência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para Brasília. Prosseguindo, disse o presidente do BNDE: “Já tomei as providências para a minha instalação em Brasília. Concomitantemente, ordenei que fossem tomadas medidas para a aquisição de terrenos para construção de apartamentos e casas para os funcionários do Banco, de modo que a sua transferência seja efetuada com condições perfeitas”. (BNDE vai para Brasília, *Correio da Manhã*, 1960)

O projeto do edifício que abrigaria a instituição, publicado em abril do ano anterior pela revista *Módulo*, teve autoria dos arquitetos Alcides Rocha Miranda, Elvin Mackay Dubugras e Fernando Cabral Pinto (FIGURA 60).

A solução para este projeto da sede do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico em Brasília foi ditada pela necessidade de se fornecerem pequenos gabinetes individuais para todas as categorias de funcionários profissionais — engenheiros, economistas, etc. O Banco ocupará inicialmente 12 andares-tipo, mais térreo, sobreloja e subsolo, ficando um pavimento para o Conselho de Desenvolvimento. Três pavimentos destinam-se à expansão futura e os dois últimos às dependências de restaurante, cozinha e salão de estar de funcionários. No subsolo haverá um auditório para 320 pessoas, arquivos, oficinas, tipografia e casa-forte. A área total de construção compreende 19.100 metros quadrados do lote 30 do Setor Bancário Sul. (BANCO Nacional de Desenvolvimento Econômico em Brasília, *Módulo*, 1959)

19 Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952.

Depois de executado o edifício, o Banco compartilhou sua ocupação com outras duas empresas: Agência Nacional e Polícia Federal. O aumento da estrutura do Banco e a imobilidade dos demais inquilinos alimentou um crescente interesse na construção de um edifício-sede exclusivo e centralizador, que evitasse o desmembramento da estrutura institucional.

No fim da década de 1960, ensaiou-se a construção de uma nova sede, dessa vez no Rio de Janeiro, onde a empresa já ocupava uma série de escritórios pulverizados pelo centro. Em 1967, o BNDE adquiriu o último quadrante livre da Esplanada de Santo Antônio.

A maior transação imobiliária na Guanabara foi realizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que comprou do Governo do Estado um terreno na Esplanada de Santo Antônio (Avenida Chile), por NCr\$ 5.525.000,00, em concorrência pública, para construir a sua nova sede. (A COMPRA maior, *Correio da Manhã*, 1967)

Helio Brasil (2017) explica que já havia um acerto informal sobre a distribuição de instituições sobre os quadrantes da Esplanada de Santo Antônio:

Criaram esse PA [Plano de Alinhamento] com os grandes lotes e fizeram leilão. Todos sabiam que a Petrobras tinha interesse. (...) O interesse do empresariado em geral era que não se deslocassem o BNDE e a Petrobras, então os lotes foram oferecidos. E o BNDE foi o único a dar o lance para aquele lote da Rua Chile. Assim como teria acontecido com a Petrobras, com o BNH, e os demais. (...) As grandes empresas iriam se instalar ali, então o BNDE comprou o lote. (...) Estava mais ou menos acertado 'a Petrobras fica com esse, o BNDE com aquele...' e a Catedral ganhou o terreno. (H. Brasil, 2017)

No entanto, três anos depois (1970), o Presidente General Médici (1905-1985) determinou que todas as estatais deveriam deslocar suas novas sedes para Brasília. Isso retardou os planos da consolidação do Banco no Rio de Janeiro e resultou na compra de um terreno na nova capital.

FIGURA 60: foto da maquete do edifício construído originalmente para sediar o BNDE em Brasília. (Fonte: Módulo, 1959)

BNDE em Brasília

Em 1973, foi anunciado o concurso público nacional para a sede do BNDE em Brasília, coordenado pelo arquiteto Antônio Pedro Alcântara, indicado pelo IAB. O júri foi presidido pelo engenheiro do BNDE, Jorge Chataignier, e composto pelos arquitetos Alcides Rocha Miranda, Jorge Moreira e Jorge Wilhelm, além dos membros da Comissão Supervisora da Transferência dos Serviços do BNDE (COTRAN). O *Jornal do Brasil* apresentou detalhes do concurso:

O BNDE, em colaboração com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, promoverá um concurso público para escolha do projeto que obedecerá na construção de sua nova sede, a ser localizada num amplo terreno reservado pela Novacap, no Setor Bancário Norte, desta capital. (...) Os anteprojetos poderão ser elaborados individualmente ou por equipes de arquitetos. Foram estipulados, para os trabalhos que obtiverem as cinco primeiras colocações, estes prêmios: 1º lugar, Cr\$ 50 mil; 2º lugar, Cr\$ 40 mil; 3º lugar, Cr\$ 30 mil; 4º lugar, Cr\$ 20 mil; 5º lugar, Cr\$ 10 mil. (O BNDE..., 1973)

O terreno de 9 mil metros quadrados, de proporções quase quadradas, estava localizado à margem do Eixo Rodoviário Norte²⁰. A construção deveria respeitar o afastamento mínimo de 10 metros em todas as divisas e permitir estacionamento para automóveis. A área útil do programa se aproximava de 30 mil metros quadrados, contemplando áreas nobres e presidência em um só pavimento, área administrativa organizada em cinco diretorias, acesso interno e externo para o auditório e para as áreas de socialização; garagem para 300 automóveis, áreas de apoio, seis elevadores e heliponto.

O edital determinava expectativas quanto à significação do edifício e das qualidades espaciais dos ambientes de trabalho.

Deverá ainda, o edifício, revestir-se de caráter monumental e expressará, em suas linhas arquitetônicas, a posição de destaque e vanguarda que a empresa ocupa na economia e no crescimento do País; assim, suas instalações deverão apresentar as mais altas concepções do que seja propício ao ambiente de trabalho, proporcionando conforto, propriedade, racionalidade e funcionalidade na disposição e interligação dos espaços. Entretanto, além do caráter monumental do edifício, deverão também ser levadas em consideração as vantagens técnicas e econômicas de sua arquitetura. (Edital *apud* P. Pacheco, 2010)

20 De acordo com a revista *A Construção — Região Sul* (1973), trata-se do lote A, Quadra 4 do Setor de Autarquias Norte, em Brasília, Distrito Federal. A planta de situação apresentada no concurso, no entanto, não coincide com o arruamento atual.

Essa demanda por caráter vanguardista e monumental teria sido fator relevante na elaboração das propostas.

A gente não tinha muito conhecimento sobre o porquê de tudo isso. Mas entendíamos que se desejava mostrar que o Brasil era um país que ia para a frente, um poderio econômico. A Petrobras anos antes já havia mostrado isso. A grandeza do país, essa ideia militar de grandes obras, como a ponte Rio-Niterói, Transamazônica, Itaipu. (A. Stelle, 2017)

Durante o julgamento, foram ainda considerados os espaços de trabalho que facilitassem a comunicação e favorecessem a sensação de unidade e o espírito de equipe; a possibilidade de expansão diversificada da equipe e eventuais alterações do programa do Banco; a relação com as demais construções do entorno e a integração aos princípios do plano de Brasília. Sobre esse último aspecto, Leonardo Oba (2018) explica:

Brasília, inaugurada em 1960, estava no imaginário de todos nós arquitetos. Eu a visitei por volta de 1970, ainda estudante. Joel costuma lembrar que viajou de Kombi com um grupo de arquitetos paulistas para a inauguração. Uma cidade criada do zero em cima de um território virgem, sem história, uma folha em branco. Em 1973, o BNDE lançou o concurso para a sua sede a ser construída no Setor de Autarquias Norte de Brasília. O edital ressaltava o “caráter monumental” do edifício e “a posição de vanguarda” que a entidade ocupava na economia do país. Esse postulado institucional instigou mais ainda a imaginação dos concorrentes. A busca do novo é um estado natural dos arquitetos. Em se tratando de concurso, torna-se uma condição imperativa. Não é uma prática cotidiana de ofício. É como que o momento de escrever uma nova página. Construída ou não, a obra torna-se uma referência. (L. Oba, 2018)

O resultado foi publicado em julho do mesmo ano, com equipes paranaenses conquistando quatro dos cinco prêmios: 1o, 2o, 4o e 5o lugares (FIGURA 61).

O anteprojeto vencedor foi elaborado pela equipe composta por Alfred Willer, Ariel Stelle, Joel Ramalho, José Sanchotene, Leonardo Oba, Oscar Mueller e Rubens Sanchotene, com assessoria estrutural da empresa Tesc (Técnica de Estruturas Sociedade Civil) e de instalações do engenheiro Léo Contin (FIGURA 62).

FIGURA 61: propostas premiadas em 2º, 4º e 5º lugares no concurso para a sede do BNDE em Brasília. (Fonte: Pacheco, 2004)

2º LUGAR: CASTRO, D. BUSARELLO, FORTE NETTO, J. GANDOLFI, O. BUSARELLO

4º LUGAR: BELLO, BONGESTABS, COELHO, LERNER

5º LUGAR: FISCINSKI, R. GANDOLFI

FIGURA 62: foto da maquete do projeto do BNDE Brasília. (Fonte: L. Oba, 2016)

Sobre o projeto vencedor para Brasília, o júri apresentou os seguintes comentários:

O partido adotado, de altura reduzida e serena variedade das fachadas, dará ao edifício-sede do BNDE, um destaque entre os demais edifícios congêneres de Brasília, enriquecendo sua paisagem urbana. Excelente a distribuição de volumes, criando espaços dignos, variados e adequados ao trabalho, promovendo contato e participação entre funcionários sem impedir o fechamento de salas e áreas mais privadas. A estrutura, que deverá ser protegida, especialmente contra fogo, é bem imaginada, objetiva e ritmada, permitindo flexibilidade nas instalações do Banco. (Parecer do júri *apud* P. Pacheco, 2010)

O grupo propôs solucionar o programa em menor altura, adotando andares maiores e mais flexíveis na organização das áreas de trabalho. Leonardo Oba (2018) justifica:

A grande dúvida era se o partido deveria ser horizontal ou vertical. Em termos simbólicos, a paisagem de Brasília com seu horizonte infinito e desimpedido parecia pedir um elemento vertical (torre ou lâmina). Porém, a torre pressupõe um “embasamento” com áreas maiores do que a projeção do andar-tipo, para atender adequadamente as demandas do programa junto ao térreo. Analisando as características do programa e as novas tendências na organização de áreas de trabalho, lajes maiores ofereciam mais vantagens: maior flexibilidade na organização e expansão de setores, melhor proporção entre área útil e área de apoio

(circulação vertical, prumadas). (...) O resultado do concurso indica que essa dúvida conceitual entre edifício alto ou baixo deve ter permeado todo o julgamento. Tanto que os três outros projetos paranaenses classificados eram torres. (L. Oba, 2018)

De acordo com o arquiteto, a escolha pela não verticalização do edifício teria também condicionado a sua organização interna e estrutural.

A área maior de laje aumentava a distância horizontal de distribuição de infraestrutura e das rotas de fuga a partir de um núcleo central. Outra dificuldade seria a zona de penumbra na área central como consequência da profundidade das salas. A solução foi o desmembramento da infraestrutura em quatro núcleos que seriam ao mesmo tempo, estrutura de sustentação, circulação vertical e prumadas. Esses quatro “pilares” sustentam a grande cobertura em grelha que por sua vez ancorava os tirantes de sustentação dos andares inferiores. Um grande vazio com aberturas zenitais garantiu a iluminação natural da área central do edifício até o térreo. (L. Oba, 2018)

O projeto propunha que a grelha quadrada, de 62,5 m de lado e em concreto armado aparente, fosse sustentada por quatro elementos verticais de planta quadrada, esses com 7,5 m de lado, nos quais seriam embutidas as circulações verticais, áreas de serviço e descidas de instalações. As sete lajes de perímetros variáveis, traçados de acordo com a necessidade do programa, seriam suspensas por tirantes presos à estrutura superior (FIGURA 63). Os terraços poderiam ser preenchidos ou remanejados de acordo com a evolução da ocupação do edifício.

Os pavimentos superiores seriam destinados às atividades normais do Banco e à direção, com os espaços internos organizados por painéis móveis respeitando o módulo geral do projeto de 1,25 m. Na cobertura ficariam a casa de máquinas e o heliponto. Dois subsolos abrigariam a garagem, o auditório, o centro de processamento de dados, o salão de festas e a agremiação e os centros de operações e controle de instalações. Os quase 7 metros de desnível de um lado para o outro do terreno permitiram o acesso ao auditório pelo nível da rua, do lado mais baixo, diretamente a um dos subsolos. Aproveitando a altura dos dois subsolos, o auditório teria mezaninos para assistência e

FIGURA 63: pranchas do projeto vencedor do concurso. (Fonte: L. Oba, 2016)

camarotes. O térreo comportaria o hall principal, o de autoridades e a portaria geral, por onde passariam todos os visitantes. Destaca-se a presença de jardins sobre a laje do subsolo e o seu encontro com o lado mais baixo da calçada, em forma de talude (FIGURA 64).

É visível que as propostas classificadas procuraram evitar, cada qual à sua maneira, a tipologia embasamento/torre. O terreno em desnível permitiu que muito dos serviços, auditórios, estacionamentos, ficassem no subsolo. Essa continuidade do terreno parece reforçar o caráter público do solo de Brasília e que faz parte do repertório moderno. (L. Oba, 2018)

FIGURA 64: foto da maquete do projeto do BNDE Brasília, mostrando o talude adjacente à calçada. (Fonte: H. Brasil, 2017)

Essa priorização pela continuidade do nível do solo seria posteriormente resgatada no projeto para o Rio de Janeiro.

É frequente a associação desse projeto ao da Petrobras, por conta do jogo de volumes externo, entremeados de terraços, num sistema organizado modular que privilegia a independência estrutural. No entanto, o porte, o partido estrutural e de espacialidade interna são bastante diferentes, se não opostas. O argumento da adoção de pavimentos maiores para eficientização das circulações verticais é válido para ambos os projetos. No entanto, a área do programa do BNDE representava um terço da demanda na Petrobras, o que reduzia ainda mais a necessidade de verticalização.

Quanto ao partido estrutural, os pilares que transpassam os terraços da Petrobras foram eliminados no BNDE. Além disso, em vez de ocupar o centro com o maciço de circulações verticais — como acontece na Petrobras —, optou-se pela sua pulverização, livrando um vazio constante central ao longo do edifício, iluminado zenitalmente por domos translúcidas. Esses elementos estruturais verticais, além de ponto de apoio, abrigam circulações e espaços secundários auxiliares ao funcionamento do edifício. Para eles, adota-se neste trabalho a nomenclatura *colunas servidoras*: que sobrepõem as funções de descarga vertical dos esforços estruturais e de abrigo das prumadas de infraestrutura do edifício — concentrando as tubulações e organizando os ramais derivados de cada pavimento —, e as combina com a organização sugerida por Louis Kahn (1901-1974) de espaços servidos e servidores. No caso do BNDE, as colunas servidoras assumem papel de mastros, que sustentam uma estrutura secundária — grelha superior — à qual são atirantados os pavimentos inferiores, num esquema bastante similar ao de barcos com mastros, vergas e velas.

Em referência a essas colunas servidoras, Zein (2005) adota a nomenclatura “colunas ocas portantes”. No entanto, o termo “oco” sugere um espaço vazio, ausente de usos, o que poderia gerar falsa interpretação quanto aos espaços servidores contidos nos elementos estruturais. Já Pacheco (2010), para a produção dos arquitetos de Curitiba, utiliza “pilones”, na composição de sistemas nomeados “super-Dom-Ino”. Essa nomenclatura também foi evitada para desviar da associação a elementos arquitetônicos de outros momentos — como “pilone” na arquitetura egípcia antiga, ou “super-Dom-Ino” como desdobramento robusto das propostas de Le Corbusier.

A utilização das colunas servidoras é recorrente na produção arquitetônica da década de 1960. Kenzo Tange (1923-2005) adotou um sistema de robustez similar na sede do Press & Radio Center (1961-1967) — atualmente Yamanashi Cultural Center (INFOGRÁFICO 2). O edifício é agrupado em torno de 16 colunas servidoras cilíndricas que abrigam elevadores, escadas e prumadas de infraestrutura. No entanto, esses elementos conformam uma grelha estrutural desde o perímetro até o centro, dentro da qual o edifício acontece — diferentemente do BNDE, em que os pavimentos são engastados nas colunas servidoras interiorizadas e atirantados no perímetro até a grelha no topo do edifício. A proposta de Tange deveria abrigar ao mesmo tempo três empresas — uma gráfica, uma rádio e um estúdio de televisão —, assim os pavimentos foram organizados livremente, mas setorizados de acordo com a quantidade de maquinário e demanda de aberturas. A ocupação interna é sugerida pela variação na volumetria e no tratamento das fachadas. Localizado em área bastante urbanizada, o lote com quatro testadas livres é ocupado em quase sua totalidade, com áreas envidraçadas próximas ao acesso, em uma das esquinas. Os vazios deixados entre os setores, previstos para possíveis ampliações, nunca foram ocupados.

Muitas décadas antes, El Lissitzki (1890-1941) explorou a combinação entre circulações verticais e apoios, para facilitar o crescimento livre e horizontal, no edifício *Wolkenbügel* (*Cloud Iron*), de 1925 (INFOGRÁFICO 2). No conjunto proposto para Moscou, entretanto, buscava-se a dispersão do edifício, com a composição de um sistema de arranha-céus horizontais interligados, conformando uma “nuvem” edificada. No BNDE, e na maioria das obras das décadas de 1960 e 70 aqui apresentadas, não se pretendia um crescimento sistêmico horizontal e indefinido, de alastramento, mas a variação em torno de uma centralidade constante, a conformação de um objeto independente com dinâmica própria.

Outro exemplo que, a um primeiro olhar, parece correlato é a sede para os Laboratórios Richards da Universidade da Pensilvânia, de 1960 (INFOGRÁFICO 2), por Louis Kahn (1902-1974). Nele, os espaços de pesquisa estão concentrados em torres de planta quadrada (espaços servidos) engastados em volumes opacos que abrigam circulações verticais e serviços (espaços servidores). Tal organização sugere a possibilidade de crescimento horizontal posterior, mas pela reprodução das torres independentes, não pela extrusão horizontal, como proposto no projeto russo, ou pelo crescimento do próprio pavimento, como nos casos anteriores. Outra diferença é que Kahn não concentra a função de distribuição de cargas verticais nas torres de circulação, mas propõe pilares nas faces externas de cada um dos blocos de laboratórios.

Em Buenos Aires, Clorindo Testa, Francisco Bullrich e Alicia Cazzaniga propuseram, em 1962, a aplicação do sistema com colunas servidoras, de maneira mais próxima ao BNDE Brasília, na Biblioteca

Pública Mariano Moreno (INFOGRÁFICO 2). Resultado de concurso público realizado em 1961, teve sua inauguração apenas em 1992. O acervo foi enterrado — o que possibilitaria sua expansão posterior — e as salas de leitura elevadas como um mirante. Como resultado, maior legibilidade externa e menor ocupação do térreo, livre e contínuo ao parque adjacente. Essa possibilidade de alteração ou crescimento posterior não acarretaria em mudança visível ao edifício.

No Brasil, o Tribunal de Contas de São Paulo — de Plínio Croce, Roberto Aflalo e Giancarlo Gasperini, de 1971 (INFOGRÁFICO 2) — combina, de maneira similar com a biblioteca de Buenos Aires: colunas servidoras com a forma de pirâmide invertida e a monumentalidade do edifício solto em grande área aberta. Seus quatro apoios, compostos por colunas servidoras opacas e de seção quadrada, ultrapassam a cota superior da cobertura e contêm as circulações verticais. Os sanitários ficam em um volume adjacente, não estrutural. A cobertura delimita o maior perímetro, suportando pérgolas em balanço e uma aba em concreto para sombreamento do último pavimento. Apesar da limpeza externa dos volumes horizontais, os espaços internos dos dois últimos pavimentos apresentam riqueza de vazios e desníveis. O pavimento mais inferior, menor e mais regular, fica na altura aproximada do terceiro pavimento. No térreo, um embasamento é deslocado e fortalece a presença dos apoios e a monumentalidade do conjunto. Esse edifício é citado pelos autores do BNDE Brasília como correlato, mas não como inspiração, com críticas à reduzida área útil do edifício e questionamentos sobre as justificativas volumétricas e estruturais.

Vale lembrar que anos antes (1968), no concurso para o Edifício-sede SESI-CIESP (INFOGRÁFICO 2), a mesma equipe paulista já havia desenvolvido uma proposta com semelhante adoção das colunas servidoras. No conjunto bem mais verticalizado, os volumes sólidos têm diferentes alturas e seções e alternam os usos inscritos entre circulações verticais e espaços de apoio. Diferentemente, os volumes suspensos não caracterizam a fragmentação e a subtração de um volume originador, como no BNDE Brasília ou na Petrobras, mas volumes independentes engastados nos apoios verticais.

A esse conjunto de projetos que adotaram de maneiras distintas as colunas servidoras pode-se associar outra proposta desenvolvida pelos arquitetos de Curitiba em 1968: o terceiro lugar no concurso para a Biblioteca da Bahia (INFOGRÁFICO 2) — por Roberto Gandolfi, José Sanchoetene e Abrão Assad —, não apenas pelo sistema estrutural, mas também por conta da sua proporção mais horizontalizada e da redução da ocupação térrea em relação à projeção do edifício. Da mesma forma, no BNDE Brasília, a equipe curitibana explorou concomitantemente a estrutura robusta de poucos apoios e a volumetria variável, já ensaiada para as sedes da Peugeot e da Petrobras. Apesar dos pontos coincidentes, os dois projetos apresentam características-chave de diferenciação.

Na perspectiva de apresentação do projeto (FIGURA 65), a Biblioteca da Bahia é representada por exótica e densa vegetação, em área imediata à rua. A cobertura ganha destaque na composição: volume denso, sólido, em concreto e dotado de relevos na superfície de todo o perímetro, ultrapassa o perímetro do restante da edificação, num esquema de pirâmide invertida. Os volumes variados e bem marcados variam em todas as direções e são justapostos a um corpo regular sustentado solidariamente por pilares e pelos núcleos de circulação.

Já a sede do BNDE Brasília é mostrada, em perspectivas (FIGURA 66), como um edifício em meio a um contexto plano e árido, com ares de esplanada. O coroamento segue o alinhamento do edifício e mantém-se como uma grelha, mas sem abrigar programa algum. A variação na volumetria não mais é adicionada ao corpo do edifício: o próprio corpo é escavado em uma malha regular, mantendo os alinhamentos e a austeridade do conjunto. Não se aposta apenas em adições, como na Biblioteca da Bahia, mas se vale das possibilidades tanto de adições quanto de subtrações. Nesse caso, é possível identificar qual seria a composição total ou completa, enquanto na Biblioteca assemelha-se mais à aglomeração, ao cacho. A distribuição dos esforços verticais está associada aos núcleos, somados a tirantes localizados no perímetro do edifício — sem utilização de malha de pilares complementar. Leonardo Oba (2004) resalta essas diferenças:

(...) o BNDE Brasília se libertava de um certo “decorativismo” presente na arquitetura paranaense do período. A sua estética seria a clareza na expressão estrutural e a legibilidade de sua síntese como edifício administrativo estatal. (L. Oba, 2004)

Intenções de adoção das colunas servidoras continuaram sendo revisitadas nos anos seguintes. No 2o lugar do Concurso Edifício-sede da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/1978), Aldo Matsuda, Jurandir Nogueira, Renato Mueller e Alberto Foloni Junior (INFOGRÁFICO 2) propuseram duas caixas cúbicas sólidas nas laterais, atirantadas a quatro colunas servidoras, que, de maneira similar ao BNDE Brasília, funcionam como mastros. No concurso da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro (1985), Telésforo Cristófani e José Carlos Ludovici (INFOGRÁFICO 2) concentraram toda a carga em caixas aparentemente esbeltas em demasia, contendo elevadores, em duas linhas, num arranjo de pirâmide invertida, mas retangular.

Kiyonori Kikutake (1928-2011) — que já havia apostado na estrutura elevada com poucos apoios na sua própria casa, em 1958 (INFOGRÁFICO 2), bem como na polivalência dos espaços internos — décadas mais tarde, propõe uma estrutura grandiosa para o Edo Tokyo Museum (1993), alinhando os apoios às laterais do edifício e deixando frente e fundos em balanço, num monumental volume suspenso. Com esse exemplo, não se tenta estabelecer relação de influência direta, mas ilustrar a recorrência da exploração do tema no meio arquitetônico.

FIGURA 65: perspectiva do terceiro lugar no concurso para a Biblioteca da Bahia. (Fonte: Pacheco, 2010)

FIGURA 66: perspectiva do primeiro lugar para BNDE Brasília. (Fonte: Oba, 2016)

O projeto da sede do BNDE Brasília, apesar de inteiramente desenvolvido até o projeto executivo, nunca saiu do papel. Willer (2017) explica a razão:

Houve uma determinação do governo militar para mudar o BNDE para Brasília. Eles consideravam importante ter esses órgãos adjuntos ao governo, tão relevantes ou até mais do que os ministérios, em Brasília. Mas estavam trabalhando com uma equipe totalmente carioca, que não queria sair do Rio. Eu me lembro dos comentários do pessoal da comissão do concurso. Quando você quer ganhar tempo para lidar com um problema, nomeia-se uma comissão ou faz-se um concurso. O projeto do BNDE Brasília foi vítima desse processo burocrático. Não se tinha intenção de ir para Brasília. Eles queriam permanecer no Rio de Janeiro. (A. Willer, 2017)

BNDE na Esplanada de Santo Antônio

Desde 1967, o BNDE detinha o quadrante nordeste da Esplanada de Santo Antônio, mas foi oficialmente registrado somente no PAA 8944, de 1970 (FIGURA 44, página 114). Os PAAs seguintes, entre a década de 1970 e início de 1980, apresentam pequenas alterações quanto ao traçado viário e à intenção de ocupação dos lotes vagos da Esplanada pela iniciativa privada, numa tentativa de rápida ocupação do vazio e aumento da arrecadação — especialmente nos lotes ainda não vendidos. O PAA 9091, de 1972 (FIGURA 67), propõe três edifícios em vez de cinco no lote do quartel e cinco torres no lote da Grande Oriente. No mesmo ano, o PAA 9219 (FIGURA 68) altera o encontro entre as vias República do Paraguai e Evaristo da Veiga. O PAA 9446, de 1974 (FIGURA 69), faz novo estudo para o terreno do quartel, dessa vez com um conjunto em lote único composto por duas torres: uma ocupada por hotel e outra, mais alta, com cota máxima superior de 200 metros acima do meio fio.

Em 1971, durante as obras da Catedral e das demais sedes, o jornal *Correio da Manhã* já adiantava o que viria a acontecer anos mais tarde.

O congestionamento do tráfego nas duas pontas da Avenida Chile está trazendo sérios problemas para o Departamento de Trânsito. No final da Avenida, altura da Rua Senador Dantas, a situação parece insolúvel. A pista se estreita e os veículos que se dirigem para a Almirante Barroso, Antônio Carlos e 10 de Março provocam engarrafamento a qualquer hora do dia.

No começo da Avenida Chile, na altura da Rua do Lavradio, o problema se repete, mas há uma solução, embora a longo prazo. A Avenida Chile faz parte de um plano da SURSAN que visa à construção de uma pista de velocidade paralela à Avenida Presidente Vargas (continuação da Henrique Valadares), que ligará, no futuro o bairro da Tijuca com o Centro da Cidade. Segundo os técnicos da SURSAN, a realização desse plano levará vários anos, pois a construção da pista exige várias desapropriações.

Dentre em breve, estarão sendo concluídas no novo trecho da Avenida Chile três das maiores obras da engenharia brasileira. A primeira delas é a sede da Petrobras, considerada como a terceira estrutura do mundo em tamanho e a maior do Brasil. A Catedral de São Sebastião, com uma área de construção de 10 mil metros quadrados, figura entre os maiores templos do mundo. A terceira grande obra é a sede do Banco Nacional da Habitação, já famosa pelos painéis externos e que se encontra também em fase de construção. (TRÁFEGO na Av. Chile é desafio, *Correio da Manhã*, 1971)

FIGURA 67: PAA 9091, de 1972. (Fonte: SMU, 2016)

FIGURA 68: PAA 9219, de 1972. (Fonte: SMU, 2016)

FIGURA 69: PAA 9446, de 1974. (Fonte: SMU, 2016)

Até o início da década de 1970, o lote do BNDE na Esplanada servia como estacionamento, livre de edificações (FIGURA 70). Uma cláusula de retrovenda na escritura de aquisição do terreno, que indicava a perda do lote em caso de não ocupação, e a pressão por parte do governo local levaram o comando do BNDE a decidir, em 1974, pela imediata ocupação do lote. Helio Brasil (2017) explica:

O BNDE não queria começar a construir com o Médici no poder, então seguiu a obra o quanto pôde. Quando saiu o Negrão de Lima, entrou o Antônio Chagas Freitas [no governo da Guanabara], supostamente da oposição, que ameaçou o BNDE com a retrovenda. Eu estava torcendo! O BNDE pediu e eu fiz um parecer dizendo que o banco tinha investido num terreno que havia se tornado privilegiado — com a Petrobras praticamente pronta — e que não havia nenhum impedimento legal ao BNDE de fazer investimentos imobiliários. Para mim, não havia lugar melhor para fazer a obra, desde que contratada uma equipe competente. (...) A gente tinha na mão um contrato vigente que permitia por lei fazer extensão contratual. Para sorte nossa, deu certo. (H. Brasil, 2017)

Nessa época, o BNDE já havia se tornado uma empresa pública, com mais flexibilidade na contratação de pessoal, mais liberdade nas operações de captação e aplicação de recursos e menos interferência política. Mesmo assim, para evitar conflitos com o governo vigente, optou-se pela construção do Edifício de Serviços no Rio de Janeiro (EDSERJ). O nome já trazia a justificativa embutida: não se tratava oficialmente da sede da empresa, mas de um edifício operacional e que, portanto, poderia ser edificado no Rio de Janeiro sem contradizer as determinações federais de concentração das sedes em Brasília. Helio Brasil, participante desse processo, narra o encaminhamento dos trabalhos:

A comissão encarregada de acompanhar projetos e obras para Brasília fora nomeada em 1969, pelo ex-presidente Jayme Magrassi de Sá, e denominou-se, abreviadamente, COTRAN (Comissão Supervisora da Transferência dos Serviços do BNDE), presidida pelo diretor Admardo Caldeira e, logo depois, pelo engenheiro Luiz Carlos Rodrigues. Ao lado do administrador e Estatístico Antônio Augusto Marques da Costa (coordenador) e do engenheiro Francisco de Souza Cunha, integrei, na qualidade de arquiteto, a Comissão Supervisora que acompanhou os projetos e a obra. A missão, iniciada com vistas à transferência para Brasília e, depois, inteiramente voltada para a obra no Rio de Janeiro, perdurou até 1981, quando foi inaugurado o então chamado EDSERJ (Edifício de Serviços no Rio de Janeiro). Usamos essa denominação para não conflitar com o título de Sede, ostentado pelo já mencionado prédio de Brasília. Éramos “membros-natos” da COTRAN. Outros colegas serviram à Comissão, dentre eles, os já falecidos: Camilo Gomes de Almeida (contador) e, por algum tempo, o arquiteto Manoel Marques. (H. Brasil, s.d., p.3 e 4)

FIGURA 70: foto aérea do terreno do BNDE antes das obras (Fonte: H. Brasil, 2017)

Com contrato vigente e bom relacionamento estabelecido no desenvolvimento da sede brasiliense, a equipe curitibana teve o contrato estendido. Tratava-se de novo projeto, com programa específico e em lote peculiar. Joel Ramalho (2017) explica como negociaram o enxuto calendário para o início das obras:

Estávamos, eu e o José Sanchotene, no Rio, tratando do detalhamento do projeto de Brasília. Fomos surpreendidos pela notícia de que se as obras de ocupação do terreno da Rua Chile não comessem, o contrato de posse caducaria e o BNDE perderia o terreno. Fomos questionados se era possível começar a construir o prédio com tanta rapidez. (...)

Respondi que era possível. Estávamos muito acostumados a desenvolver propostas em pouco tempo por conta dos concursos. Argumentei que em duas semanas poderíamos entregar uma proposta para eles. Se em uma semana eles aprovassem, ao menos parcialmente, em pouco tempo poderiam abrir a concorrência para movimentação de terra e fundações. Nesse intervalo, conseguiríamos definir a quantidade de subsolos e o posicionamento da estrutura. (...) A obra demorou, mas o projeto foi entregue em pouco tempo, para liberar a fundação, a movimentação de terra. (J. Ramalho, 2017)

Helio Brasil (2017) complementa, expondo o ponto de vista do contratante:

Nós começamos a obra de uma maneira arriscada, logo depois da entrega do anteprojeto. (...) Fizemos uma concorrência baseada no projeto estrutural, que era mais formas do que detalhamento. Concorreram as de sempre: Mendes Junior, Odebrecht... umas três ou quatro. A Odebrecht ganhou com o melhor preço. (...) Aí aceleramos os projetos de estruturas e de fundações. Então, não foi uma concorrência global. Só depois de concluídos os projetos de instalações e o arquitetônico, é que fizemos a concorrência do resto das obras. Mas a Odebrecht ganhou o resto porque já estava instalada lá, e tinha custos menores. (H. Brasil, 2017)

Diferentemente dos outros quadrantes da Esplanada de Santo Antônio, o lote nordeste apresenta características específicas que não foram anuladas pelo arrasamento do Morro. A primeira delas é decorrente de sua localização: ele é vizinho do único fragmento restante do Morro, onde se localiza um conjunto franciscano do século XVII, com as igrejas de Santo Antônio, São Francisco da Penitência e o Convento. Os planos de urbanização da área em quase sua totalidade previam a manutenção do conjunto, mas não solucionavam suas interfaces. Como resultado, um desnível de 30 metros, entre taludes e contenções, se tornou o limite entre o Convento e o lote plano (FIGURA 71).

A segunda condição singular é que no desenvolvimento do projeto os arquitetos encararam uma Esplanada muito mais consolidada, visto que as avenidas ortogonais e os outros três edifícios no seu cruzamento já estavam construídos. Willer (2017) associa a ocupação pré-BNDE aos princípios urbanísticos da Carta de Atenas, com edifícios soltos em meio a áreas públicas:

FIGURA 71: foto da interface entre o lote do BNDE e o Convento de Santo Antônio antes das obras (Fonte: H. Brasil, 2017)

O traçado urbano já existia, a Catedral, o BNH, a Petrobras. Era um pouco a concepção da Carta de Atenas. Procurava-se abrir a vista para o mar — embora o mar tenha sido “recuado” — para a Glória, para a Avenida Rio Branco. Tudo aquilo foi apropriado visualmente no projeto urbanístico. Todos eram fiéis discípulos de Le Corbusier, e queriam implantar edifícios-monumento em meio a um parque. Cada vez que saía um projeto novo, tinha-se que aceitar essa proposta. (A. Willer, 2017)

Por fim, o edifício do BNDE foi construído adjacente e concomitantemente à estação de metrô da Carioca — projeto de Sabino Barroso, José Leal e Jayme Zettel (AS ESTAÇÕES do Metrô do Rio de Janeiro, *Módulo*, 1979) — inaugurada em 1981. Isso significa que havia condicionantes em todos os níveis: o complexo preservado no alto do Morro e, nas adjacências as torres, as avenidas com cruzamento em desnível e o transporte de massa subterrâneo. De acordo com os membros da equipe, essas fortes e estabelecidas condicionantes do entorno foram decisivas na definição dos fluxos do conjunto, da volumetria e da textura do edifício. Leonardo Oba (2018) explica a postura da equipe frente a esse desafio:

O contexto era totalmente outro. O terreno destinado ao BNDE era parte do que restava do Morro do Convento de Santo Antônio. Havia preexistências físicas, históricas sedimentadas em mais de quatro séculos!

Ao contrário de Brasília, o horizonte da cidade do Rio de Janeiro está no mar. Em terra firme o que a define são os morros. Alguns já tinham sido desmontados para aterros para expansão urbana. O Morro do Convento de Santo Antônio, ou o que dele restou, se achava “encurralado” entre o tecido histórico ao norte e as grandes obras de renovação urbana.

As obras de arquitetura se realizam como resultado nem sempre previsível de inúmeras variáveis e circunstâncias históricas. Rememorando hoje, é de se pensar como uma jovem equipe paranaense, de repente se via numa encruzilhada histórica tão fascinante? E lá estavam eles diante de um morro, (“... havia uma pedra no caminho”) e era preciso pensar sobre ela, saber o que fazer com ela.

Era o espaço do Plano de Reidy que se redefinia com a mudança da capital federal para Brasília. Lucio Costa, ainda ativo no IPHAN, mediava a transformação da cidade enfrentando os dilemas e conflitos entre o “novo x antigo”, da “construção x preservação”. (L. Oba, 2018)

De modo similar aos demais edifícios da Esplanada, os contratantes pediram por um símbolo emblemático que representasse a empresa ideal: desenvolvida, forte e progressista. O time de arquitetos, no entanto, considerou fundamental manter o edifício discreto em

FIGURA 72: perspectiva aérea da estação de metrô no Largo da Carioca publicada na Revista Módulo. Ao fundo, os três edifícios no cruzamento entre as avenidas Chile e República do Paraguai: Catedral, BNH, Petrobras e BNDE. Apesar de não ser totalmente fiel a essa representação, a versão construída da estação mantém-se oculta pelo jardim contínuo ao do BNDE. (Fonte: AS ESTAÇÕES do Metrô do Rio de Janeiro, Módulo, 1979)

meio ao contexto cheio de informações e de épocas diferentes. Um talude mesclaria o embasamento do edifício ao fragmento de Morro. Sobre ele, flutuaria uma torre esbelta solta e lisa, austera e discreta na paisagem consolidada (FIGURA 72).

Os autores explicam que as diferenças entre os partidos adotados nos projetos para o Rio de Janeiro e para Brasília derivam, em grande parte, do próprio entorno e enfatizam o contraste com a Petrobras:

Não deveríamos repetir o desenho de Brasília, com os jardins. No Rio de Janeiro já tinha o projeto da Petrobras que trabalhava os vazios. Deveria ser um desenho neutro por conta do entorno, em que já havia a Catedral, a Petrobras, o BNH e o Convento. Marcante, mas neutro, que não brigasse com os vizinhos. (A. Stelle, 2017)

Por conta da topografia e do programa, que exigia centro de convenções, clube dos funcionários, agência bancária e auditório, tinha-se uma justificativa mais urbana para o edifício — o que foi uma diferença grande em relação à Brasília. São respostas muito diferentes a contextos da Carta de Atenas. A solução da Petrobras é mais escultural. No caso do BNDE, como um edifício de serviços, queríamos um caráter mais neutro. (A. Willer, 2017)

Leonardo Oba (2018) destaca a relação com o Morro e o patrimônio preservado:

O principal objetivo conceitual do projeto foi, portanto, fazer a transição da nova área revitalizada e o Morro que tinha como foco o Convento de Santo Antônio no seu alto. O novo edifício deveria se colocar de forma mais discreta possível sem competir, sem obstruir a visão do conjunto histórico. Por isso, o edifício é uma torre, não uma lâmina. Uma torre pura, neutra e sem adereços colocada no canto sudoeste, mais afastada possível do convento. A altura máxima e o tamanho do andar tipo também respeitaram as indicações do IPHAN. A proposta de um edifício mais baixo e volumoso como a de Brasília não era cabível aqui. (L. Oba, 2018)

Um ponto, no entanto, mantém-se constante entre as duas propostas, como explica Oscar Mueller (2017):

Havia uma relação com o projeto de Brasília, com o coroamento reforçado para pendurar o edifício. O projeto do Rio fez parte da mesma sequência do projeto. Para não perder essa ideia que tínhamos na cabeça, eles propuseram uma torre central e lajes em balanço, que permitiu áreas de escritório-paisagem lá dentro. Bem no começo pensamos também em fazer os buracos nessas lajes, mas, graças a Deus, ficou em croqui. Ficou um edifício muito simples e claro para conservação. (O. Mueller, 2017)

Manteve-se, assim, o partido estrutural do projeto em Brasília, em versão compacta e verticalizada: lajes livres de apoios na área de escritórios, atirantadas pelo perímetro a uma estrutura superior em grelha, por sua vez suportada por uma única coluna servidora, conformando um *core* central de circulação vertical e infraestrutura. Apesar de concebida em aço, a estrutura foi posteriormente modificada para concreto. Isso levou as lajes a serem construídas em balanço, e não atirantadas, perdendo a característica de mastro único da coluna servidora. Willer (2107), José Sanchotene (2017) e Joel Ramalho (2017) narram essa alteração no projeto:

A gente tinha proposto na etapa de anteprojeto fazer o prédio todo atirantado ao coroamento — que trazia nos últimos dois andares restaurante e serviços — formado por uma grelha apoiada no núcleo central. Achamos que a solução em concreto seria muito dispendiosa. Prevíamos que haveria muitas instalações passando entre o forro e as lajes. Imaginamos que adotando estrutura metálica, que permitisse a passagem da infraestrutura pelo meio das treliças, não precisaríamos separar a função portante da passagem de tubulação e ganharíamos muita altura em cada um dos 30 andares. Mas na época, o BNDE tinha preocupação de dar um toque nacionalista ao projeto, e achavam que a estrutura metálica não era muito brasileira. Essa foi a justificativa que nos deram, mas mantiveram o conceito original de apoio central. (...) Na época havia também certo preconceito com estrutura metálica em prédios altos, ainda não se dominava a tecnologia. (A. Willer, 2017)

O projeto era diferente. Tinha andares vazados, mas por dentro. No anteprojeto era pendurado, formava vazios e era metálico. Eles não quiseram fazer metálico. O núcleo era mais parecido com o da Petrobras, mas eles pediram que a gente fizesse como está hoje. Eu não gosto, acho que perde muitos espaços, porque cria o hall e cria outro hall igual no térreo. Então teve modificações. Acabou ficando em concreto protendido, em balanço. Um balanço que era assustador — me deixou várias noites sem dormir. Eu sonhava que ia despencar uma laje lá de cima e ia derrubar tudo. O núcleo foi feito em formas deslizantes, que para fiscalizar também era assustador. Você subia lá, aquilo mexia tudo. Enfiava o dedo no concreto e afundava, e nós estávamos apoiados naquilo. Subia dois metros por dia. E o térreo aconteceu todo integrado, até com o metrô. (J. Sanchotene, 2017)

No BNDE Brasília, nós tínhamos feito pendurais de 30x30 cm presos a uma viga alta em cima. Aí quando ganhamos o concurso, aumentaram a seção para 80x140 cm, porque havia caído Gameleira — uma tragédia para a construção e para a arquitetura — e todos os calculistas aumentaram suas margens de segurança — estava todo mundo desconfiado. Mas aquilo caiu por conta da fundação, que afundou. (...) Depois de muita discussão com a Tesc, fui a São Paulo e procurei o escritório do [Roberto Rossi] Zuccolo, que tinha sido meu professor no Mackenzie, e

eles fizeram uma proposta para prestar assessoria sobre protensão. No fim das contas, a Tesc abriu mão do projeto, e assumiu uma equipe já conhecida do BNDE [Seebla]. Na hora de fazer o BNDE Rio, a mesma equipe de calculistas foi chamada, mas eles não trabalhavam muito com metálica e queriam fazer em concreto. (...) Seria uma facilidade para passar os dutos, cabeamentos e toda a infraestrutura [pela estrutura metálica]. No fim das contas, acabaram abaixando o orçamento da estrutura em concreto (...). Fizeram em concreto protendido mesmo, em balanço, com esquadrias telescópicas. Foi uma alteração que a gente engoliu. (J. Ramalho, 2017)

Outra alteração se deu por conta do Convento de Santo Antônio, vizinho ao lote. O IPHAN orientou a equipe que reduzisse a altura da torre dos originais 29 para 22 pavimentos, coroados por um restaurante, áreas técnicas e um heliponto, adicionado posteriormente. Vale lembrar que, em 1966, a municipalidade havia aprovado um edifício de 25 pavimentos para o lote, no PAA 8399. Essa falta de consenso teria aparecido também ao longo das negociações, como relata Willer (2004):

Nós fomos limitados pela comissão de patrimônio histórico e tivemos que reduzir a altura e a planta. O Lucio Costa era a favor da nossa proposta, e o Jorge Moreira era contra, achava que iríamos interferir na preservação do entorno. (A. Willer, 2004)

Segundo José Sanchotene (2017), outros aspectos teriam também desagradado Lucio Costa:

Na reunião, o Lucio Costa, ele disse: “eu não gosto do prédio de vocês, acho muito feio. (...) Primeiro porque tem esse módulo muito pequeninho, de janelinha. E tem muito banheiro. E é muito alto.” Aí eu respondi: “Os banheiros que têm são da norma. A modulação é DIN, é a que nós sempre usamos.” (...) No fim das contas, chegamos a uma altura que o Lucio Costa acabou aprovando. Mas não foi fácil. (J. Sanchotene, 2017)

Ariel Stelle (2017) enfatiza que a interferência do IPHAN não extrapolou a limitação da altura, ao contrário do que teria sido publicado à época, de que também a implantação fora produto de determinações alheias à equipe.

Ao contrário do que dito logo depois da construção, não houve restrição do IPHAN sobre a implantação. A implantação foi nossa, não houve interferência quanto ao posicionamento da torre e dos acessos. Eles pediram para reduzir a altura, nada mais. A torre era deslocada para esquerda para tornar o Convento mais visível. O acesso da garagem pelo lado da Carioca criava uma canaleta de acumulação para a garagem de 600 vagas. A saída e o sistema de rampas liberavam o resto do terreno para organizar o programa. (A. Stelle, 2017)

Helio Brasil (2017) coloca que também o BNDE posicionou-se contra essa redução de altura.

Havia uma conversa de não tirar a vista dos fundos do Convento. Mas isso só era visível quando se ia a Santa Tereza e descia de bondinho! Havia construções no entorno. Então, dizer que o prédio estava tampando uma vista do Convento que nunca aconteceu era absurdo. Mas o IPHAN argumentou que se tratava de equilíbrio de massas. No fim das contas, os arquitetos concordaram e nós também. (H. Brasil, 2017)

A contragosto, todos os envolvidos acataram a redução de altura e foi conferida à torre proporções mais atarracadas. Para Oscar Mueller (2017), no entanto, não houve perda significativa.

Conseguimos manter o objetivo de permitir a visual do mosteiro a partir da calçada. Isso foi fundamental. (...) Quando fomos chamados para fazer o BNDE Rio, já havia uma proposta do Edson Musa com uma superlâmina, que não tinha essa preocupação: deixaria a Avenida Chile ainda mais como corredor, mais sem graça. Então, pode-se criticar o projeto sob muitos aspectos, mas essa liberação do visual foi muito importante, e permanece lá direitinha. (...) A relação entre pescoço e torre deveria ser outra — o que para mim foi uma grande pena. O edifício foi podado. Mas ele tem a grande vantagem de ser muito discreto. (...) Hoje em dia, na paisagem da cidade, a altura dele tanto faz. (...) Quando se anda no Largo da Carioca, em meio a tanto movimento e tanta gente, quando se passeia lá, não chega a perceber o edifício porque ele fica discreto atrás do mosteiro. (O. Mueller, 2017)

A ausência de colunas ou estruturas de transição nos pavimentos inferiores permite que a torre envidraçada de 100 metros de altura flutue sobre a reconstrução artificial do Morro (FIGURA 73). A coluna servidora abriga a estrutura principal, circulações — 12 elevadores centrais, um elevador privativo para as autoridades, outro para serviços e um monta-carga para pequenos transportes —, *shafts*, vestiários e áreas técnicas. Executada em 30 dias com formas deslizantes, suspende a torre no ar, antes que toque a laje inclinada. Essa laje inclinada coberta por vegetação vai do Morro adjacente até a calçada, fazendo com que os pedestres percebam o Morro e os jardins da estação de metrô e do BNDE como um único elemento, como descreve Leonardo Oba (2018):

A torre de escritórios é o único elemento que “aflora” por sobre a grande cobertura em laje-jardim que cobre todo o resto. A laje-jardim começa no nível do passeio junto aos alinhamentos prediais das avenidas e segue inclinada até se integrar às cotas originais em direção ao alto do morro. Grande parte do programa se distribui nos subsolos e “desaparece” como volume construído da paisagem urbana. A laje-jardim também se integra à estação de metrô formando um conjunto paisagístico em toda a frente da quadra de frente para a Rua Chile. (L. Oba, 2018)

FIGURA 73: corte do estudo preliminar — com variação interna — e demais desenhos do anteprojeto. (Fonte: L. Oba, 2017)

← Figura 74: vista do acesso principal a partir da passarela entre Petrobras e BNDE. (Fonte: A autora, 2017)

O acesso principal, pela Avenida Chile, leva diretamente à recepção do edifício (FIGURA 74). O grande vão é fechado por uma porta metálica enrolada e com trilhos somente nas pontas. Logo após o foyer, há uma praça descoberta ladeada por taludes ajardinados, resultado de um desmoronamento da contenção de divisa norte durante a construção (FIGURA 75). Joel Ramalho (2017) explica o acidente:

O Morro já estava cortado, mas precisava cortar mais e fazer um arrimo: eram cinco pavimentos de subsolos. Ia cortando, fazendo a cortina e ancorando a cortina no próprio barranco. Depois, as lajes do subsolo travariam tudo, mas durante a construção ficou tudo ancorado no barranco. Um dia, chegamos lá e tinha estourado um daqueles cabos e feito um angu. O barranco desceu, mas ninguém se machucou. Puseram a culpa no Morro, que teve uma reação inesperada, e, curiosamente, foi um grande negócio. O subsolo era todo bloqueado e de repente tínhamos luz e ventilação boa no primeiro e no segundo subsolo. O primeiro subsolo tem uma série de usos do banco e auditório. Depois reconstruímos o Morro em concreto com jardins do Burle Marx em cima. (J. Ramalho, 2017)

FIGURA 75: pátio criado na área do desmoronamento. (Fonte: FINOTTI, 2017)

O falso talude exibe jardins de Burle Marx, responsável também pelo projeto de paisagismo da Estação e do Largo da Carioca. No BNDE, faz a cobertura de oito níveis: os três subsolos mais profundos são ocupados por garagens; os outros dois abrigam uma área comercial, um auditório, uma agência bancária e serviços de apoio, como almoxarifado e gráfica; no térreo encontram-se os diferentes acessos, foyers, recepção, praças, áreas de exposição e lojas; nos dois pavimentos superiores estão a enfermaria, o atendimento médico e áreas técnicas. Helio Brasil (2017) explica que houve a tentativa de ser menos agressivo na escavação, sem sucesso:

Quando das difíceis gestões para a aprovação do projeto, a Comissão [de Transferência — COTRAN] tentou negociar com a Prefeitura uma alternativa: construir nas cercanias, onde houvesse lote disponível (era uma época de derrubadas, no Centro), um edifício-garagem. Seriam, assim, evitados pelo menos 2 subsolos, uma vez que ficou decidido um estacionamento para a administração e a permanência de veículos para emergências. Nossas gestões fracassaram e foi cumprido o projeto. A população fixa, permanente, sem prejudicar o bom funcionamento predial é de 3 mil ocupantes, com tolerância de 5 a 10%. (H. Brasil, s.d., p.5)

José Sanchotene (2017) concorda que as alterações resultantes do imprevisto foram positivas:

Foram 40 mil metros cúbicos de terra que caíram lá em baixo. E tivemos uma semana para dar uma solução. O que era muro virou um buraco enorme. Mas foi uma coisa muito feliz porque pudemos fazer iluminação até o quinto subsolo. Levamos uma semana para fazer aquele pátio, para não parar a obra. (...) Ficou um espaço muito bonito. (J. Sanchotene, 2017)

Helio Brasil (2017), no entanto, frisa outras consequências decorrentes do desmoronamento:

Como a encosta estava monitorada, não morreu nenhum operário. Eu estive na encosta na sexta-feira de manhã com o professor Costa Nunes, e a Odebrecht já tinha evacuado a obra. No sábado de manhã desceu o Morro, a cidade ficou cheia de terra e o Banco teve um prejuízo enorme. Por conta disso, a obra atrasou em pelo menos um ano. (H. Brasil, 2017)

Esse espaço criado na divisa norte permite que os pavimentos inferiores sejam iluminados naturalmente. É ali, também, que três acessos se encontram: o da Avenida Chile, o da Avenida República do Paraguai e o do Largo da Carioca, que passa pelos jardins da cobertura da estação de metrô, ladeando a praça do espelho d'água, sob o furo na laje inclinada.

O último acesso proposto pela equipe conectaria o pavimento público inferior — do auditório — e o centro comercial que antecede o embarque do metrô. Por motivos de segurança, a conexão, efetivamente construída, sempre esteve lacrada — mesmo sendo muito oportuna às recentes mudanças no caráter cultural da instituição, que tem promovido exposições de arte e eventos culturais no edifício. A conexão com a Petrobras também era prevista no projeto do metrô (AS ESTAÇÕES do Metrô do Rio de Janeiro, *Módulo*, 1979), mas não saiu do papel. Helio Brasil justifica a ausência da conexão no caso do BNDE.

O túnel está pronto, mas não dá para perceber porque está fechado dos dois lados. A ideia dos arquitetos inicialmente é de que o primeiro subsolo poderia ser comercial. Se você trabalhasse no Banco, entraria no edifício; se não, seguiria adiante. Mesmo sem a conexão com o metrô, hoje em dia muita gente faz esse percurso por dentro do Banco, passando pelos jardins. (...) Acabou que as empresas filiadas ao BNDE começaram a crescer, e o interesse de explorar como área comercial diminuiu. A conexão com o metrô, então, passou a ser questionada pela diretoria. (H. Brasil, 2017)

A intenção de favorecer as conexões cruzadas ainda é reforçada pelo papel assumido pelo território como um grande terminal intermodal — devido à largura das avenidas e ao reduzido comprimento, que permitem a parada de vários veículos em sequência. Essa característica de terminal intermodal, ainda mais forte a partir dos anos 2010, como reforça Lassance (2012), é descrita em matéria publicada pela Revista Módulo na edição de 1978/9.

No Largo da Carioca, a construção da principal estação de metrô devolveu ao local sua antiga importância como centro de transportes e seu poder de concentração e irradiação, suprimido com a retirada dos bondes. A construção da estação, por outro lado, permitiu a nova remodelação do largo com a eliminação dos edifícios que prejudicavam a visão do Convento de Santo Antônio e da Igreja de São Francisco da Ordem Terceira da Penitência.

De acordo com as determinações do Plano de Circulação da Área Central, o Largo será transformado em praça de pedestres, sendo previstas pistas de circulação restrita para acesso ao Convento e à futura sede do BNDE e estacionamento para ônibus especiais. Os elementos que afloram à superfície (acessos e torres) haviam sido projetados tendo em vista a presença de monumentos tombados e a circulação de pedestres. Quanto ao conjunto arquitetônico do Morro de Santo Antônio, dada a sua significação histórica e artística, foram adotados critérios rigorosos para a sua valorização e adequação paisagística ao novo ambiente criado, após entendimentos com o IPHAN e a Prefeitura Municipal. (AS ESTAÇÕES do Metrô do Rio de Janeiro, *Módulo*, 1979)

O acesso de veículos ao BNDE se dá tanto pela Avenida República do Paraguai quanto pela Avenida Chile. Esse último, previsto inicialmente para acontecer pelo Largo da Carioca, teve suas modificações registradas nos planos de alinhamento da Secretaria de Urbanismo e participou das definições quanto aos desenhos do conjunto preservado do Morro, do Largo da Carioca e da Estação da Carioca. Os planos PAA 10107, de 1980 (FIGURA 76), e PAA 10122, de 1981 (FIGURA 77), registram essas alterações no traçado viário.

FIGURA 76: PAA 10107, de 1980. (Fonte: SMU, 2016)

FIGURA 77: PAA 10122, de 1981. (Fonte: SMU, 2016)

No mesmo ano, o PAA 10600 (FIGURA 78) excluiu da sua área de atuação o território do antigo Morro de Santo Antônio, chegando até suas bordas. Tratava-se do projeto do Corredor Cultural — plano de preservação paisagística e ambiental para as áreas consideradas de interesse histórico e arquitetônico localizadas no centro da cidade. O projeto adotou uma postura oposta ao que havia sido feito da Esplanada: rejeitou a renovação drástica do centro e a elevação dos gabaritos (FREIRE *et* LIPPI, 2002). A partir daí, não há mais planos aprovados pela municipalidade para o território do Morro de Santo Antônio.

Datada de quase duas décadas depois, a planta cadastral municipal de 1999 traz as vias consolidadas e apenas quatro edifícios: a Catedral Metropolitana, o Convento de Santo Antônio e os edifícios-sede da Petrobras e do BNDE. A presença exclusiva desses edifícios no mapa evidencia sua representatividade no entorno (INFOGRÁFICO 1).

Petrobras e BNDE Brasília foram enquadrados por Pacheco (2010) em um grupo de projetos que seguiam a mesma tipologia estrutural, com quantidade de apoios reduzidos e maior robustez. O projeto do BNDE Rio, por sua vez, foi associado pelo autor a outro conjunto de obras, com tipologia estrutural centralizada. No entanto, ao se analisar a evolução do projeto, verifica-se que o exemplar carioca coloca-se como desdobramento de um mesmo partido estrutural do seu precedente brasiliense — de colunas servidoras funcionando como mastros — mas em uma versão centralizada e única.

O apoio único central foi utilizado de maneira pioneira em edifícios verticalizados por Frank Lloyd Wright (1867-1959) em 1950, na torre construída para expandir o centro de pesquisas da empresa SC Johnson — *Johnson Wax Headquarters* (INFOGRÁFICO 2). Na ocasião, a estrutura permitiu que lajes internas em mezanino não tocassem a fachada externa e que seu perímetro fosse variável. Externamente, uma fachada translúcida contínua revela em vultos a organização interna. Próximo ao solo, essa fachada é interrompida por um volume que ultrapassa sua projeção e dá início a um térreo recuado. O apoio central é revelado, sem conferir a ele destaque em relação à volumetria como um todo.

A lógica centralizada foi também adotada recorrentemente nos anos 1960 e 1970 por grupos que especulavam a associação entre cidades, edifícios e máquinas em megaestruturas, como o Archigram e os Metabolistas. Fazem parte desse conjunto projetos como *Plug-in City* (1960-74), do Archigram (INFOGRÁFICO 2); *Clusters in the Air* (1960), de Arata Isozaki (n. 1931) (INFOGRÁFICO 2) — que retoma

FIGURA 78: PAA 10600, de 1981. (Fonte: SMU, 2016)

as conexões aéreas já propostas por El Lissitzky; *Tower-shaped Community* (1958) (INFOGRÁFICO 2) e *Tree-shaped Community* (1968), de Kiyonori Kikutake (1928-2011). Em 1966, Kenzo Tange foi capaz de materializar parte das intenções no *Shizuoka Press and Broadcasting Center* (INFOGRÁFICO 2). No pequeno edifício — se compararmos seus 1.500 metros quadrados ao porte das propostas urbanas desenvolvidas pelos Metabolistas — o arquiteto explorou a estrutura centralizada como suporte de unidades independentes.

Associando duas colunas servidoras, Kisho Kurokawa (1934-2007) seguiu a mesma lógica, em 1972, no *Nakagin Capsule Tower* (INFOGRÁFICO 2), permitindo que unidades habitacionais pré-fabricadas fossem acopladas aos núcleos estruturadores, conformando duas torres justapostas. A diferença em relação às demais estruturas em árvore é que, nesses casos, a coluna servidora justifica-se não como apoio para as lajes contendedoras das funções principais, mas como a entidade mais fundamental e nobre do edifício. Ao prédio, se previu o acoplamento, ou não, de unidades independentes pré-fabricadas, que poderiam ser deslocadas ou substituídas ao longo do tempo. Não à toa, portanto, que a estrutura vertical ganhe mais evidência dentro do conjunto de projetos, com maior altura, visibilidade e diferenciação plástica.

Os autores do BNDE indicam o projeto nova-iorquino de 1967, desenvolvido por Paul Rudolph (1918-1997), *Graphic Arts Center* (INFOGRÁFICO 2), como referência na variabilidade volumétrica. O projeto conta com escala similar às propostas urbanas Metabolistas, no entanto, não há ênfase quanto à estrutura centralizadora, de acoplamento das variações presentes na torre. Ela se revela próximo ao solo, sem enfatizar sua regularidade.

Em relação a torres com estrutura centralizada no Brasil, tem-se o edifício-sede do Banco América do Sul (INFOGRÁFICO 2), projetado pelo engenheiro Ernest Mange e pelo arquiteto Ariaki Kato, em 1965, que abriga atualmente a Procuradoria Regional da República da 3ª Região, em São Paulo. O apoio central dá origem a uma transição chanfrada, que recebe as cargas de doze esbeltos pilares, aparentes nas quatro fachadas. As lajes, nesse caso, precisam ir necessariamente até o perímetro da torre para se apoiarem na estrutura periférica, não seguindo a mesma lógica de independência dos casos anteriores e originalmente prevista para o BNDE. Nos pavimentos próximos ao térreo, um embasamento horizontal é deslocado lateralmente e deixa visível a coluna servidora. Solução semelhante é adotada por Paulo Casé no Edifício Asahi (1973), na Avenida Paulista. A complexa estrutura que faz a transição entre os apoios periféricos para o centro, no entanto, fica menos evidente por conta do embasamento proeminente e pelo volume opaco adjacente à torre.

Em meio às propostas desenvolvidas para concursos pelas equipes de projeto curitibanas, mas não edificadas, é possível identificar casos

que também adotam o apoio central. Dentro desse grupo, destaca-se o caso do terceiro lugar para o Concurso Pavilhão do Brasil na Expo 70 (INFOGRÁFICO 2), desenvolvido por José Hermeto Palma Sanchotene, Alfred Willer e Oscar Mueller, em 1969. Para a estrutura que deveria ser erguida em Osaka, a equipe curitibana propôs uma única coluna servidora central, contendo elevador, que sustentaria pavimentos em estrutura metálica decrescentes em área, de baixo para cima, formando uma helicóide. Um vértice de cada piso ficaria engastado na coluna servidora, enquanto os demais seriam atirantados ao seu topo. Uma lona branca daria conta das vedações externas. Nesse projeto é possível identificar características dos dois projetos para o BNDE: a lógica de mastro único da versão carioca, combinada com as proporções horizontalizadas em corpo piramidal da versão brasileira.

O projeto que tirou, em 1971, o terceiro lugar no concurso da Casa da Moeda (INFOGRÁFICO 2), por Luiz Forte Netto, José Maria Gandolfi, Roberto Gandolfi, Joel Ramalho e Vicente de Castro, é apontado também pelos autores do BNDE Rio como precursor no uso do “pescoço” entre a torre e o embasamento. Nesse caso, separava-se a área de escritórios — na torre — da área de maquinário. No entanto, diferentemente da obra do Rio, essa estrutura apresenta uma grande transição chanfrada — similar à do Banco América do Sul — para suportar grid regular de pilares internos, sem coluna servidora central.

No Concurso para a Sede do CREA em São Paulo (1978), Aldo Matsuda, Jurandir Nogueira, Alberto Folloni Júnior e Renato Mueller conquistaram o 4º lugar com uma proposta formada por embasamento horizontal linear, ladeado por torre com proporções achatadas suspensa por coluna servidora central.

Dos casos correlatos, no entanto, um dos projetos que mais chama a atenção quanto à semelhança ao BNDE Rio de Janeiro, é o segundo lugar no concurso BNDE Brasília (1973), de Luiz Forte Netto, José Maria Gandolfi, Vicente de Castro, Orlando Busarello e Dilva Slomp Busarello. Leonardo Oba (2018) descreve a proposta:

É importante destacar a qualidade plástica e simbólica da proposta classificada em segundo lugar [no Concurso para o BNDE Brasília] (de Luiz Forte Netto e equipe). Uma cúpula que se eleva suavemente do solo a partir do alinhamento formando a cobertura do que seria o embasamento. Do topo dessa cúpula nasce a torre de vidro. A forma lembrava a cúpula do Senado Federal, assim como as ondulações do relevo remetiam ao criado por Paulo Mendes da Rocha e equipe no Pavilhão Brasileiro para o Expo70 em Tóquio. (L. Oba, 2018)

A semelhança do projeto, composto por embasamento em forma de colina e torre lisa envidraçada apoiada em coluna servidora central, é assumida sem constrangimento pela equipe do BNDE Rio. No entanto, na versão brasileira, a torre flutuaria acima do cume da

colina, enquanto na carioca seria um prisma solto sobre a falsa encosta. Outro ponto é que o embasamento brasiliense conformava contraste em relação ao entorno plano, e não camuflagem e reconstrução das adjacências. Ariel Stelle (2017) e José Sanchotene (2017) explicam como o partido se justificava no entorno carioca de maneira distinta ao projeto de Brasília.

A ideia era liberar as visuais do Convento de Santo Antônio a partir da calçada da Rua Chile, para que se percebesse aquele patrimônio no Morro, e que o edifício não fosse implantado até o chão de tal forma que se prejudicasse aquelas visuais. Por isso, o volume vertical foi dissociado o máximo possível do embasamento para permitir perceber a continuidade visual. Queríamos reconstituir o Morro que foi cortado. Ele vinha descendo do Convento, mas antes do projeto já haviam sido construídas as Rua Chile e a Avenida República do Paraguai, e as passarelas. (...) O terreno do BNDE havia sido aplainado no nível da calçada e tudo aquilo era um estacionamento do Banco. (...) A equipe estava muito influenciada pela proposta do segundo lugar para Brasília. A forma do embasamento foi desenhada no anteprojeto mais suave, mais curvilínea, mais orgânica, não como tronco de pirâmide, como foi desenvolvido no executivo. (...) A concepção original foi sendo modificada. Estava difícil de ajustar com a linha do Morro e acabou ficando uma forma mais trapezoidal. (A. Stelle, 2017)

O terreno que nós recebemos era um remanescente do Morro de Santo Antônio que foi demolido, um estacionamento plano. Nós sentimos necessidade de refazer o Morro. O segundo lugar do BNDE Brasília trazia uma proposta muito semelhante a essa, mas eles fizeram um cocuruto. Mas não foi por causa disso. É que a gente queria criar um espaço maior no térreo, tinha o Morro ao lado... e queria que o prédio fosse solto de tal maneira que mantivesse a visual do Convento de Santo Antônio. Então foi o que aconteceu. (J. Sanchotene, 2017)

Esse tipo de reconstrução topográfica já havia sido ensaiada dentro da produção dos arquitetos de Curitiba no projeto que conquistou o 2o lugar no Concurso do SESC/ARGB (Administração Regional da Guanabara), de 1970, por Luiz Forte Netto, José Maria Gandolfi, Joel Ramalho Júnior e Vicente de Castro, mas sem associar-se a uma torre. O tema seria ainda explorado em oportunidades subsequentes, como no Centro de Convenções de Pernambuco (1977-83), de Guilherme Zamoner, Joel Ramalho e Leonardo Oba.

O projeto do BNDE Rio levou 8 anos para sair do papel, sendo inaugurado em 1982, completando a ocupação dos quatro quadrantes da Esplanada de Santo Antônio — um ano após a incorporação do “S” na sua sigla, tornando-se o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Helio Brasil (2017) destaca as conquistas técnicas do edifício e a fundamental participação de alguns colaboradores na viabilização da obra:

Muitos destaques poderiam ser feitos aos aspectos técnicos e artísticos do edifício, mas para não pecarmos pelo excesso, salientamos: o uso do concreto aparente (sem revestimento), obtido com o uso do concreto com dosagem racional, oriundo das melhores usinas do Rio e moldado em formas metálicas; a execução do “miolo”, onde se concentram os elevadores, através de Formas Deslizantes, concluída em 30 dias; as esquadrias de vidro duplo (a folha externa na tonalidade fumê), sendo os caixilhos de alumínio anodizado, com desenho especial, elaborado pelos arquitetos a partir da patente da desaparecida Fichet; a elaborada (para a época) central de energia elétrica, um sistema provido de transformadores, segurança e apoio em equipamentos auxiliares (geradores e *no-break*, esse apoiando, principalmente, o Centro de Processamento de Dados); sistemas de segurança contra incêndio e uso de materiais não inflamáveis ou com retardo de combustão; o belo auditório com capacidade para mais de 400 lugares, cujo estudo acústico apoiado no especialista Igor Srenewsky, ganhou elaborado desenho por parte dos arquitetos; o sofisticado desenho dos aerofusos do ar-condicionado nos pavimentos da torre, criado pelo arquiteto José Sanchotene e testado com sucesso nos EEUU e nos laboratórios da CEBEC. Um detalhe artístico de notável delicadeza é o “logotipo tridimensional” (em dois tamanhos, um para cada entrada), em aço inoxidável, com as iniciais do Banco. Os designers são os arquitetos, membros da equipe, Ariel Stelle e Rubens Sanchotene, na época, muito jovens.

(...) O projeto de fundações e contenções foi realizado pela Tecnosolo, o de estrutura e de instalações pela SEEBLA, Serviços de Engenharia Emilio Baumgart (já extinta), também encarregada da coordenação dos projetos especiais.

Muito devemos aos colegas Antonio Augusto e Francisco Cunha. (...) À Construtora Norberto Odebrecht coube a execução esmerada da obra. A perícia de seus técnicos comprovou a competência da equipe. Um dos gerentes de obra há mais tempo à frente dos trabalhos foi Alessandro Chiapero, figura jovial e hábil na condução dos tensos momentos vividos no decorrer dos trabalhos. (...) Ressalto aqui a dedicação de dois estagiários, que nos acompanharam desde os primórdios: a arquiteta Ângela Martins e Luiz Carlos Batista, ainda hoje prestando seus serviços ao Banco. (...) Felizmente, a competência do falecido professor Costa Nunes (eminente catedrático da Escola de Engenharia e presidente da Tecnosolo) e a de seus técnicos previram o acidente e não tivemos perdas de vidas, só perdas materiais. (H. Brasil, 2017, p.5 e 6)

Leonardo Oba (2018) e Oscar Mueller (2017), amparados pelos demais arquitetos participantes, reforçam a boa relação e o entrosamento entre os membros das equipes da instituição, do projeto e de execução da obra:

Os concursos para os paranaenses eram um desafio a ser enfrentado coletivamente. Deve-se ressaltar a reunião feliz desses arquitetos. Era uma grande equipe com vivências e linguagens comuns e que compartilhavam os mesmos valores e pensamentos. Acredito que o projeto só foi possível com a formação dessa equipe e a soma das qualidades individuais dos seus membros. O Guilherme Zamoner chegou um pouco atrasado. Ele era estudante na época, mas colaborou com a belíssima maquete que ajudou a vencer o concurso, além de contribuir no detalhamento subsequente dos projetos. Essa equipe trabalhou por cerca de uma década desde o concurso de Brasília e a conclusão do Edifício de Serviços no Rio de Janeiro. (...) Acredito que durante o desenvolvimento do projeto de Brasília havia se estabelecido uma relação de confiança profissional entre as partes e havia muita receptividade do BNDE para as propostas da equipe para o lugar [Esplanada]. (L. Oba, 2018)

Havia uma piada, quando estávamos fazendo o projeto para o Rio, de que aquele território, com Petrobras, BNDE e BNH, tornar-se-ia um sorvedouro, era o Triângulo das Bermudas, por onde escoaria todo o dinheiro do Brasil. (...) Mas, na verdade, o que existia ali era um bom relacionamento. O Helio Brasil entrava com a alma em tudo aquilo. Inteligente, falante, elegante. (...) Trabalhamos sempre todos juntos para realizar tudo em comum acordo. (O. Mueller, 2017)

A equipe curitibana não foi responsável pelo layout dos pavimentos de escritórios, mesmo com interesse da equipe de arquitetos — Alfred Willer desenvolveria na *Bartlett School of Architecture and Planning*, em Londres, pesquisa de mestrado sobre escritórios-paisagem, e Oscar Mueller incluiria disciplina semelhante no currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná — e lamenta a sua não participação:

O edifício nunca foi muito bem-acabado na parte interna, num momento em que poderíamos muito contribuir e a propor a respeito da composição dos escritórios-paisagem, com a iluminação, com a relação das pessoas que trabalham ali dentro. (...) Mas a comunicação visual, que foi elaborada pelo Rubens Sanchotene, deu memória a tudo aquilo e aparece até hoje em todos os jornais. (...) No fim, pode-se dizer que o Rubens foi quem ficou mais famoso de todos! (O. Mueller, 2017)

Por outro lado, os arquitetos da equipe foram responsáveis por desenvolver o sistema que combinava divisórias, forros, luminárias e saídas de ar-condicionado. O trio forros-luminárias-saídas de ar permanece em uso. As peças substituídas foram fabricadas sob medida para se preservar o detalhe original. As divisórias piso-teto, no entanto, não mais são utilizadas, salvo raros casos. Foram substituídas por estações de trabalho a meia altura, fortalecendo a vista panorâmica ainda desobstruída. Na contramão, as persianas permanecem fechadas na maior parte do tempo.

Também detalharam o ainda existente sistema de esquadrias, de alumínio com vidro duplo e veneziana interna, que teve assessoria prestada pela Fichet. Sobre as esquadrias, Leonardo Oba (2018) comenta:

Tinha um francês que, se não me engano, se chamava Roger Pierre. Eu lembro que desenvolvi os detalhes a partir dos croquis dele. Acho que quem acabou produzindo foi o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. (L. Oba, 2018)

José Sanchotene (2017) revela que um protótipo foi aplicado no Edifício-sede da Montepar em Curitiba, projeto dos arquitetos Alfred Willer, José Sanchotene e Oscar Mueller. Mesmo com o sistema *avant-garde* para a época, o consumo energético por conta do ar-condicionado permanece enorme para o BNDE.

O auditório foi reformado, e o posicionamento das luminárias em relação à grelha da laje em concreto no embasamento também foi alterado. Além disso, o perímetro do lote foi cercado, da mesma forma que os outros quadrantes, enfraquecendo a ideia de continuidade e fluidez entre os lotes da Esplanada.

O edifício foi construído daquela maneira para liberar o terreno e as visuais. Mas atualmente, ele tem uns gradis sem a menor imaginação ou o mínimo detalhe. O BNDE e a Petrobras, com toda aquela liberdade de edifícios soltos, repentinamente estão enclausurados em jaulas. (O. Mueller, 2017)

Em 2014, o Banco organizou um concurso de arquitetura para um anexo do edifício, na Avenida República do Paraguai, logo ao lado da torre existente (FIGURA 79). Como diretriz, o novo projeto deveria conectar-se ao embasamento do EDSERJ e, ainda, promover um acesso ao topo do Convento, o que ampliaria a permeabilidade do lote. A maior ocupação ao longo da Avenida Norte-Sul iria de encontro com o Plano de Reidy, no entanto, resultaria em maiores escavações, com o maior muro de contenção de todo o território. O projeto do arquiteto Daniel Gusmão foi premiado com o primeiro lugar, mas não houve notícias sobre a construção desde então (FIGURA 80).

FIGURA 80: maquete da proposta de Daniel Gusmão para o edifício anexo ao BNDES. (Fonte: Daniel Gusmão, 2018)

FIGURA 79: edifício-sede do BNDE visto a partir da praça do antigo BNH. À esquerda, a encosta do lote adquirido para construção do edifício anexo. (Fonte: A autora, 2017)

Sobreposições

A cada momento e contexto históricos, um novo ideal conforma-se de maneira abstrata para cada indivíduo. Seus desdobramentos materiais são reflexos pessoais ou coletivos dessa abstração. O presente trabalho apresentou uma série de manifestações — em forma de relatos escritos, desenhados e falados — que exprimem o que se considerou, em circunstâncias e escalas distintas, a atitude mais próxima da perfeição para o território do Morro de Santo Antônio. A reunião dessa diversidade de posturas, pinçadas em meio a documentos e trabalhos mais amplos sobre o Rio de Janeiro, tornou possível uma análise transversal das idealizações para esse território, identificando continuidades e rupturas. O Infográfico 1 apresenta-se como uma importante ferramenta nessa leitura, apresentando o território na sua escala mais ampla, enquanto recorte urbano. Sobre a matriz, considera-se relevante tecer algumas considerações.

Quanto à manutenção do acidente geográfico, percebe-se que os planos que se aproveitaram positivamente da condição topográfica do território datam do século XVIII, num contexto em que se via como desejável a constituição de barreiras em relação aos territórios externos ao núcleo urbano. Novamente, no início do século XX, aparecem propostas que preservam a topografia do Morro. No entanto, resultado de uma leitura completamente distinta: não se identificava a manutenção do perfil do terreno como benéfica, mas como a melhor maneira de se lidar com a escassez de recursos. Na impossibilidade de bancar o desmonte enquanto obra pública, estimulou-se a ocupação do território pela iniciativa privada, que propôs alterações topográficas mais contidas e vias curvas permitiriam a ocupação das encostas e, principalmente, do cume do Morro.

De maneira oposta, os demais planos — durante século XIX e a partir do Governo Vargas — propuseram o arrasamento do Morro. Alguns deles sugeriram a ocupação do território como extensão literal do tecido adjacente, fazendo desaparecer o contraste da área arrasada em relação à cidade. O primeiro projeto com essa postura foi o da Comissão de Melhoramentos, do fim do século XIX. Essa intenção foi retomada por Agache em 1929, e se manteria dominante no Plano de Saboya Ribeiro de 1941 e em suas derivações até 1947.

A intenção de utilização do Morro enquanto território para conexão da cidade adjacente já era ensaiada de maneira única e linear desde 1843, com o Plano de Beaurepaire-Rohan. O PAA 946 foi o primeiro a propor o cruzamento ortogonal — ainda que em forma de túneis —, padrão que seria adotado novamente por Camargo e Almeida, como plano não oficial, em 1938, e por Reidy, inserido na estrutura organizacional da cidade, em 1948. A partir daí, não seria mais abandonado. Percebe-se a constância ao longo das propostas de um alinhamento diagonal, não absolutamente norte-sul, mas próximo a isso. A variação do ângulo se deve a adaptações nas vias do entorno. O padrão

geométrico ideal norte-sul, aceito como absoluto em novos assentamentos, mostrou-se inviável ao se aplicar sobre a preexistência.

Apesar da constância na estrutura viária de eixos ortogonais, a sua conexão com o entorno se alternou em nós mais ou menos agressivos, com extensões maiores, menores ou ausentes sobre o tecido vizinho. De maneira complementar, estudos sobre como as edificações poderiam ou deveriam ocupar o espaço urbano também se alteraram bastante ao longo dos planos. Agache, Camargo e Almeida e Saboya Ribeiro tiveram discursos alinhados quanto à ocupação dos perímetros das quadras, em prol da regularidade do tecido. José Oliveira Reis e Adalberto Szilard trouxeram a primeira intenção de edifícios soltos em meio a áreas livres, proposta que seria retomada, com maior rigor geométrico, por Reidy, em 1948. A segunda proposta de Reidy, de 1949, apresentou densidade muito maior que a primeira, e o aproveitamento continua crescendo até 1958.

Os planos até meados da década 1940 entendiam o Rio de Janeiro ainda como a centralidade oficial da nação. No entanto, as propostas de Reidy são posteriores à determinação de 1946 de transferência da capital para o interior do país, ou seja, contradiziam a determinação federal. As obras, que ganharam volume e velocidade de trabalho a partir de 1952, não foram interrompidas com a eleição de JK à Presidência da República, em 1955. Sofreram, no entanto, uma mudança crucial em significado. À medida que Brasília tomava forma, e o título de capital esvaía-se do Rio de Janeiro, as obras da Esplanada passaram a atuar como argumento da autonomia da ex-capital enquanto centralidade nacional, independente de atribuições oficiais. A viabilização dessa prefiguração de cidade moderna, resultado de idealizações anteriores às de Brasília, era prova da rebeldia contra a transferência dos poderes de capital para Brasília — atitude essa que só se consolidou após a validação da nova capital e perdurou até as suas primeiras décadas de vida.

Essa manobra subversiva não ficou registrada apenas nas grandes obras viárias e de alterações topográficas no território, mas também nos edifícios e instituições ali presentes. As ocupações estudadas após 1960 se tornaram cada vez menos densas e mais indefinidas. Aliou-se, então, a necessidade de se comprovar que a Belacap seria capaz de manter-se relevante nacionalmente à concentração de instituições federais de peso na Esplanada de Santo Antônio — mesmo após determinações federais contrárias. A construção das sedes das estatais garantiria que o Rio de Janeiro tivesse ali não mais um centro cívico nacional — como se pretendia na década de 1940 —, mas o coração da economia do país.

No fim da década de 1960, os lotes dos quadrantes da Esplanada haviam sido leiloados e, portanto, não pertenciam mais ao Estado da Guanabara. A Esplanada estava dedicada a receber os edifícios-sede de poderosas estatais, num esforço de consolidar um conjunto

arquitetônico potente de caráter nacional. Nem a história da constituição do território, nem os planos urbanos ocupavam mais um papel central. A falta de recursos à Guanabara, tanto para ocupar o território quanto para dar continuidade às obras das Avenidas República do Paraguai e Chile, potencializou a subordinação da ocupação território às instituições federais. Os planos aprovados pela prefeitura mostram que os edifícios-sede foram os maiores definidores da Esplanada a partir de então, e que as definições construtivas foram negociadas com as próprias entidades proprietárias dos lotes, a fim de viabilizar a ocupação do território arrasado. Assim, apesar da gradual aglomeração das estatais não ter sido originalmente uma iniciativa das próprias empresas — que haviam destinado suas sedes originalmente a outras localidades (Petrobras na Avenida Presidente Vargas, BNDE em Brasília) —, o incentivo da municipalidade foi recebido de bom grado e ricamente explorado por elas. Tais medidas e decisões, de domínios outros além da arquitetura ou do urbanismo, influenciaram diretamente no resultado do conjunto edificado. Torna-se necessária, a partir daí, a leitura do território em uma escala mais aproximada, considerando-o como aglomeração de edifícios que se tornariam definidores desse vazio.

Das quatro sedes — Petrobras, BNH, CEF e BNDE —, duas delas representam concomitantemente a permanência e a aglomeração especificamente no território do Morro: Petrobras e BNDE. As suas histórias são influenciadas diretamente pelo gradual desenvolvimento do território, e são reflexo de sua leitura em dois momentos distintos.

Os primeiros edifícios a serem implantados na Esplanada foram vistos como novos definidores da paisagem. Assumira-se o território como um vazio, uma ruptura em relação ao tecido tradicional e às suas referências. As decisões de projeto seguiram, por sua vez, esse mesmo discurso, sob forte influência da imagem de torres autônomas, tanto por conta de Brasília quanto dos planos de alinhamento da área. Nesse contexto, surgiu o edifício da Petrobras: um objeto, solto do solo, autocentrado, em meio a áreas ajardinadas de fruição.

Pouco a pouco, o sítio conquistou maior definição e os condicionantes locais ganharam mais evidência. Posterior à Petrobras, à Catedral e ao BNH, o edifício do BNDE trouxe características de maior entrosamento com o entorno, sem perder a intenção de monumentalidade. Por um lado, apresenta características aceitas também pela sede vizinha: torre independente do solo, asséptica, abstrata. Seu embasamento, no entanto, representa uma interpretação inédita do sítio: ao mesmo tempo que respeita os ideais de suas preexistências, reage contra eles. A torre se mantém neutra volumetricamente e em textura, mantendo-se rebaixada e lisa. Mas o embasamento tenta

reconstruir a relação da cidade com o Morro, originalmente encarado como inimigo da ordem urbana, amarrando o edifício no local. Sob essa reconstituição, ironicamente, está uma das características que mais lembra as intenções de Reidy: a multiplicidade de caminhos conectando livremente as adjacências, negando a ideia de lotes independentes e promovendo a permeabilidade aos pedestres. Ou seja, mesmo sem propor a reconstituição geográfica do Morro em sua totalidade, resgata-se a relação do transeunte com a topografia da cidade. Assim, os conceitos de universalidade, intrínsecos à planta quadrada da torre, são justificados localmente.

Além de influenciadas pelos meios físico e social imediatos, as obras edificadas são também produto de um contexto mais amplo em relação à produção de arquitetura. Nesse sentido, o Infográfico 2 foi desenvolvido para traçar — ou refutar — correlações arquitetônicas e colocar em questão limites de táxon e de sequência. A combinação entre associações estruturais e arquitetônicas, com análises históricas e processuais, contribui na costura entre o projeto idealizado e o edificado, eventualmente conectando elementos díspares a um primeiro olhar — e vice-versa. Dessa leitura híbrida, destacam-se três considerações.

A primeira delas diz respeito à semântica dos elementos arquitetônicos. A dupla de edifícios construídos — Petrobras e BNDE na Esplanada —, juntamente com seus antecessores não edificados — na Avenida Presidente Vargas e em Brasília, respectivamente — e em meio aos vários correlatos elencados, apresentam uma característica comum de exaltação e exacerbação da técnica e da tecnologia construtiva. É colocado em questão o significado não do material de construção, mas dos elementos articulados que compõem o edifício. Combinando funções e interpretações, assumem maior protagonismo no conjunto. Ao associar textura e relevos ao concreto, paredes viram murais ou empenas. Ao embutir espaços de uso auxiliar ao funcionamento do edifício a elementos estruturais, que distribuem verticalmente os esforços até o solo, surgem as colunas servidoras. Ao pendurar as lajes intermediárias a uma grelha superior, justifica-se tecnicamente o coroamento do edifício. Ao embutir o embasamento do edifício numa laje-jardim inclinada, tem-se uma reconstituição artificial do Morro. Essa potencialização de aspectos tecnológicos do edifício vai ao encontro do que se pretendia na época para um edifício-sede de uma empresa estatal. Tratava-se, novamente, de um desejo de resignificação: mais do que um edifício, deveria ser um monumento, um símbolo nacional de força, liderança e vanguarda — por sua vez inserido não em um território qualquer, mas no novo centro financeiro da eterna capital nacional.

A segunda consideração trata do distanciamento entre intenções originais de projeto e produto edificado. O Infográfico 2 reúne obras correlatas aos quatro projetos dos edifícios-sede para Petrobras e BNDE que adotaram soluções estruturais ou formais, como as colunas

servidoras e a variabilidade volumétrica, de maneiras mais ou menos próximas. Nesses casos, apesar da semelhança quanto ao produto — projeto ou edifício —, o ponto de partida, a origem, não necessariamente é compatível. Ou seja, o produto construído isolado não revela a evolução de cada uma das propostas até sua consolidação. Um exemplo dessa leitura diz respeito aos edifícios-sede da Petrobras na Esplanada e do BNDE Brasília. Apesar de recorrentemente associados entre si, as escalas dos edifícios e os partidos estruturais são bastante distintos: enquanto o segundo utiliza-se de colunas servidoras como mastros para suspender o edifício horizontalizado, o primeiro adota desde o início uma estrutura em grid regular para apoiar uma torre de maior porte.

Da mesma forma, soluções finais aparentemente distintas apresentam partidos absolutamente compatíveis. No caso dos dois projetos para o BNDE, essa leitura fica bastante evidente. Originalmente, o BNDE Rio havia sido proposto com a mesma lógica do BNDE Brasília, mas em lote que demandava maior verticalização. Ou seja, tratava-se de um desdobramento de um mesmo tema inicial: estrutura sobre poucos apoios atirantada à grelha superior. A variação na quantidade de apoios se deu por conta da área dos pavimentos tipo e da intenção de verticalização, não por uma busca do grupo em utilizar outra tipologia estrutural. Por fim, por pressões externas à equipe, a organização dos

FIGURA 81: Petrobras e Catedral, vistos a partir da laje inclinada ajardinada do BNDE. (Fonte: A autora, 2017)

pisos da torre foi alterada de metálica atirantada para de concreto em balanço, tornando ainda mais distante a relação entre os dois projetos.

Reflexão similar pode ser tecida a respeito de uma exploração presente nos quatro projetos para os edifícios-sede: a variabilidade como partido formal tanto no crescimento quanto na modificação do edifício. Associa-se a essa abertura à variação, uma intenção de resiliência ao tempo e à obsolescência: os edifícios poderiam variar para aceitar novos usos, novas tecnologias, novos sistemas, novas demandas, sem perder suas características. Tal qualidade está diretamente ligada aos conceitos abstratos de “ideal” — enquanto aquilo que não pode ser melhorado. No entanto, em vez de serem indiferentes à passagem do tempo, os projetos depositaram nessa variável grande otimismo: os edifícios poderiam ser vivos, transformando-se e acompanhando as demandas dos usuários. Essa abertura às dinâmicas era a constante que estruturaria a resiliência dos edifícios ao tempo. Contudo, entre projeto e edifício construído, pouco restou das intenções originais, principalmente quanto a modificações estruturais no edifício — lajes, pavimentos, recortes.

Na primeira proposta para a Petrobras, tinha-se intenção de variação interna à torre com recortes das lajes, mas a variação de volumetria externa restringia-se à sobreloja. Na segunda proposta para a Petrobras, a variação externa tomou o corpo do edifício como um todo — inclusive prevendo construção em duas fases —, mas durante o desenvolvimento do projeto, apostou-se em maior regularidade de perímetros e em intervalos definidos. Se em Brasília a sede do BNDE trazia grande variabilidade na volumetria externa, no Rio, desenhos preliminares mostram solução próxima à proposta inicial para a Petrobras: volume liso, com recortes nas lajes internas. Nesse caso, a intenção original sucumbiu por inteiro ao longo do processo, restando torre e lajes de perímetro regulares. A adaptabilidade a modificações no programa — anteriormente prevista com grandes intervenções nos edifícios, com a construção e o desmonte de pavimentos — foi substituída, em ambos os casos construídos, por versões mais contidas de adaptação: a alteração de layout de mobiliário, em grandes espaços contínuos de escritório.

Por fim, vale uma terceira consideração sobre a relação dos projetos das sedes com o seu contexto de produção arquitetônica. Percebe-se que os edifícios-sede estudados estavam muito conectados entre si e com o que se produzia no mundo. São produtos de um grupo de convivência contínua de arquitetos de Curitiba. As equipes eram compostas por arquitetos de origens distintas, mas que durante um importante intervalo de sua vida profissional alternaram-se entre si em equipes variadas de projetos. Ou seja, compartilharam experiências, trabalhos, referências e influências, e evoluíram com experiências próprias e do grupo. Essas relações íntimas são fundamentais para compreender o percurso entre intenção e obra edificada, reforçando

a importância de associar às medidas de preservação do patrimônio recente a coleta, documentação e análise dos relatos dos autores e demais envolvidos nos projetos.

O território do Morro de Santo Antônio reúne um conjunto marcado pela sobreposição de ideais, com camadas de contribuição individual. Atuando sobre um mesmo território, diferentes ideais se interseccionaram ou foram dispostos lado a lado. No curso do tempo, modelos estabelecidos foram questionados, deixando espaço para novos ideais, que seriam novamente colocados em questão mais adiante. As intervenções foram revisitadas e cobertas por outras camadas que ofereceram novas interpretações para o cenário corrente, podendo potencializar, contradizer ou modificar as intenções originais. Não apenas as propostas revelam esses ideais, mas também sua ausência ou isenção.

Versões e interpretações desses ideais contam a história de uma sociedade: seus objetivos, seus valores e suas falhas. Esse legado acumulado nos tecidos urbanos — trazidos por personagens variados: arquitetos, planejadores, políticos, engenheiros, instituições, governantes, autoridades —, camada a camada, constituem uma evidência histórica importante para apreciação arquitetônica e arqueológica. Como em uma trama complexa tridimensional, os capítulos são interconectados e interdependentes, com efeitos diretos uns sobre os outros. Edifícios se baseiam em definições urbanas, que são derivadas de situações econômicas, políticas e sociais, que se modificam a partir da construção de projeções, que se estabelecem como geradores na produção arquitetônica, e assim por diante. De maneira semelhante, episódios catastróficos são a origem de experiências emblemáticas, que posteriormente são consideradas agressivas, resultando em modificações estruturais de concepção, que novamente podem representar o início de novos episódios trágicos ou espetaculares — ou, até mesmo, as duas opções ao mesmo tempo.

Se, conforme Koolhaas (2016), a “essência de Brasília não consiste de sua arquitetura, mas da decisão de se mudar a sede do governo para o interior”; a essência da Esplanada tampouco consiste exclusivamente do resultado edificado em si, mas principalmente da decisão de se construir o vazio, e na série de decisões, outras que resultaram na sua progressiva ocupação. A coincidência de escolhas, caminhos e contribuições compõe um suporte para infinitas interpretações e sobreposições de camadas. Essas deformam umas às outras de maneiras mais ou menos evidentes, num pacto comum e contínuo pela manutenção da natureza fundamentalmente incompleta do edificado.

FIGURA 82: conjunto
sobrepuesto da Esplanada
de Santo Antônio.
(Fonte: A autora, 2017)

Referências bibliográficas

ABREU, Mauricio de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

A COMPRA maior. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 07 mar. 1967. 1º cad., p.9.

AGACHE, Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro**: Remodelação, Extensão e Embellezamento. 1930.

ANDRADE, Carlos Fernando de Souza Leão. **Rio de Janeiro**: Urbanismo em tempos de retração. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2009a.

_____. **Os projetos para a Esplanada de Santo Antônio, em três décadas da Revista Municipal de Engenharia, da Prefeitura do Distrito Federal**. 8º Seminário DOCOMOMO Brasil, Rio de Janeiro, 2009b.

_____. **O Morro de Santo Antonio**: de vértice a vórtice. *In*: VAZ, Lilian Fessler; ANDRADE, Luciana da Silva; GUERRA, Max Welch (orgs.). **Espaços Públicos nas Políticas Urbanas**: Estudos sobre o Rio de Janeiro e Berlin. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

ANDREATTA, Verena. **Cidades quadradas, paraísos circulares**: Os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

_____. Atlas Andreatta: Atlas dos planos urbanísticos do Rio de Janeiro de Beaurepaire-Rohan ao Plano Estratégico. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

AS ESTAÇÕES do Metrô do Rio de Janeiro. *Módulo*. Nº 52. Rio de Janeiro, 1979. P. 52.

ASSAD, Abrão. **Abrão Assad**: depoimento [jul. 2017]. Entrevistadora: Marina Oba. Curitiba, 2017. Arquivo digital. Entrevista concedida.

BANCO Nacional de Desenvolvimento Econômico em Brasília. *Módulo*. Nº 13. Rio de Janeiro, 1959. P. 14.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IHGB, 1965.

BARROS, Paulo Cezar de. **O diálogo entre espaço e tempo na área central do Rio de Janeiro: as múltiplas leituras do Morro de Santo Antônio**. Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

BIENNALE DE PARIS. Arquivos. Disponível em: <<http://archives.biennaledeparis.org/fr/1969/pays/bresil.htm>>, acesso em 16/06/2017.

_____. **As grandes intervenções na área central do Rio de Janeiro**: a geografia histórica do Morro de Santo Antônio sob a ótica dos projetos urbanísticos. **Revista geo-paisagem**. 2014.

BERNARDES, Lysia M. C.; SOARES, Marina Therezinha de Segadas. **Rio de Janeiro**: Cidade e Região. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1990.

BERRIEL, Andréa. SUZUKI, Juliana. (org.) **Memória do Arquiteto**: Pioneiros da Arquitetura e do Urbanismo no Paraná. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

BNDE vai para Brasília. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 fev. 1960. 1º cad., p. 6.

BONDUKI, Nabil (Org.). **Afonso Eduardo Reidy**. Série Arquitetos Brasileiros, Lisboa, Blau, Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 1999.

BRANDÃO, Darwin. **A notícia dia a dia**. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20 dez. 1961. 1º cad., p. 2.

BRASIL, Helio. **O edifício do BNDES na Avenida Chile, 100 – Rio de Janeiro (Juvenal Ozório Gomes)**. Artigo não publicado. s/d.

BRASIL, Helio. **Helio Brasil**: depoimento [out. 2017]. Entrevistadora: Marina Oba. Rio de Janeiro, 2017. Arquivo digital. Entrevista concedida.

CANÇÃO do Brasília. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, em 10 jun. 1960. 2º cad. p. 1

CAP do dia. *Jornal da Manhã*. 1º maio 1960. 2º cad., p.1.

CARVALHO, Amanda Lima dos Santos. **O Rio de Janeiro a partir da chegada da Corte Portuguesa**: Planos, intenções e intervenções no século XIX. *In*: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (orgs.) **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo**: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília, DF: Universidade Brasília - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

CASTRO, Vicente de. **Vicente de Castro**: depoimento [out. 2017]. Entrevistadora: Marina Oba. Rio de Janeiro, 2017. Arquivo digital. Entrevista concedida.

CAVALCANTI, Nireu. **Rio Capital da Colônia**. *In*: PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas (org.). **Rio de Janeiro**: cinco séculos de história e transformações urbanas. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

CENIQUEL, Mario. **A prática como forma de elaboração de uma crítica arquitetônica**: o estudo da operacionalidade de uma metateoria. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 1990.

_____. **Affonso Eduardo Reidy**: Ordem, Lugar e Sentido. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 1996.

COMPANHIA INDUSTRIAL SANTA FÉ. **A questão do Morro de Santo Antônio** – Collectânea de notícias, pareceres e documentos. 1937.

CRIDGE, Nerma Prnjavorac. **Drawing the unbuildable**: Seriality and reproduction in Architecture. London: Routledge, 2015.

DEL BRENNA, Giovanna (org.). **Uma cidade em questão I**: Grandjean Montigny e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC: FUNARTE: Fundação Roberto Marinho, 1979.

_____(org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos**: uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985.

EATON, Ruth. **Ideal cities**. London: Thames and Hudson, 2001.

ESPLANADA só terá Catedral. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 set. 1963. 1º cad., p.1.

ESSA esfinge... . *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 09 jun. 1960. 1º cad., p. 9.

ESSES SÃO os números do novo edifício. *Revista A Construção*, 1972.

FARACO, José. **Entrevista a Cláudia Siqueira**. Portal Energia Hoje. Rio de Janeiro: Editora Brasil Energia, outubro 2003. Disponível em: <<https://groups.google.com/forum/#!topic/soc.culture.brazil/LnLyqtG5gHE>>. Acesso em 01.12.2017.

FAZENDA, J. V. **Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro**. DHE/IHGB, 2011.

FOGLIANI, Giuseppe. **Projeto de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1903.

FONSECA, Juliana de Souza. **Capitalidade e civilização na reforma urbana de Pereira Passos** (1903-1906). Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2007.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Novas memórias do urbanismo carioca**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FREITAS, Maria Luiza de. **Modernidade concreta**: as grandes construtoras e o concreto armado no Brasil, 1920 a 1940. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2011.

GANDOLFI, Roberto. **Roberto Gandolfi**: depoimento [jul. 2017]. Entrevistadora: Marina Oba. Curitiba, 2017. Arquivo digital. Entrevista concedida.

GUANABARA. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 ago. 1967. 2º cad., p.3.

GUIMARAENS, Cêça. **Paradoxos entrelaçados**: as torres para o futuro e a tradição nacional. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

KOOLHAAS, Rem. **Brasília por Rem Koolhaas**. Revista Centro, 2016. Disponível em: <<http://revistacentro.org/index.php/koolhaaspt/>>. Acesso em 02/01/2018.

LASSANCE, Guilherme; VARELLA, Pedro; CAPILLÉ, Cauê Costa. **Rio Metropolitano**: guia para uma arquitetura. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis**: uma reflexão em busca da auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MANDOLFO, Eduardo. Arquitetura pós-moderna e hibernação tropical. **Revista Módulo**, 83, 1984.

MELLO JUNIOR, Donato. **Rio de Janeiro**: Planos, Plantas e Aparências. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia S.A., 1988.

MORE, Thomas. **The Utopia**. Oxford: Claredon Press, 1518.

MOTTA, Marly. **Rio de Janeiro**: de cidade-capital a Estado da Guanabara. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. **Embelezar a cidade**: a concepção de um novo padrão estético para as cidades brasileiras no século XIX e início do século XX. Anais: Seminário de história da cidade e do urbanismo, 2000.

MUELLER, Oscar. **Oscar Mueller**: depoimento [jul. 2017]. Entrevistadora: Marina Oba. Curitiba, 2017. Arquivo digital. Entrevista concedida.

NONATO, José Antonio; SANTOS, Nubia Melhem. **Era uma vez o Morro do Castelo**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

OBA, Leonardo. **Leonardo Oba**: depoimento [out. 2004]. Entrevistadores: Ângela Cristina Kawka e Bóris Christian Tkotz. 2004.

_____. **Leonardo Oba**: depoimento [jul. 2018]. Entrevistadora: Marina Oba. Curitiba, 2018. Arquivo digital. Entrevista concedida.

OSORIO, Mauro. **Rio nacional, Rio local**: mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: Senac Rio Editora, 2005.

O BNDE... *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 mar. 1973. 1º cad., p.16.

PACHECO, Paulo C. B.. **O Risco do Paraná e os Concursos Nacionais de Arquitetura**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2004.

_____. **A Arquitetura do Grupo Paraná 1957 - 1980**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2010.

PAÍS despenderá 3 bilhões com mudança da Petrobras. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 06 ago. 1961. 1º cad., p.1.

PARQUE DO FLAMENGO. **O aterro**. Disponível em: < <http://www.parquedoflamengo.com.br/sobre-o-parque/o-aterro/>>. Acesso em 10/01/2018.

PETROBRAS assina contrato de seu Edifício-Sede. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 04 jun. 1969. 1º cad., p. 9.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas (org.). **Rio de Janeiro**: cinco séculos de história e transformações urbanas. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Memória da Destruição**: Rio – uma história que se perdeu 1889 – 1965. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: < http://www.rio.rj.gov.br/ dlstatic/10112 /4204430/ 4101439/memoria_da_destruicao.pdf>. Acesso em 12/12/2016.

PROTESTO contra ida da Petrobras para a Bahia. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 set. 1961. 1º cad., p. 6.

PRUDON, Theodore. **Preservation of Modern Architecture**. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2008.

RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias. **Centro do Rio**: perdas e ganhos na história carioca. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro, 2006.

_____. (coord.). **Planos Urbanos**: Rio de Janeiro: Século XIX. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

RAMALHO, Joel. **Joel Ramalho**: depoimento [jul. 2017]. Entrevistadora: Marina Oba. Curitiba, 2017. Arquivo digital. Entrevista concedida.

REIS, José Oliveira. **O Rio de Janeiro e seus prefeitos**: Evolução urbanística da cidade. Rio de Janeiro, Lidador, 1977.

REZENDE, Vera F.. **Adalberto Szilard e José de Oliveira Reis, aproximações e coautorias no Rio de Janeiro**. Anais do Enanparq. Rio de Janeiro, 2010.

RIO Antigo e Rio Novo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 ago. 1969. 1º cad., p.10.

POWER, Basílio. **O Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro**: sua história, memórias, tradições. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

SANCHOTENE, José Hermeto. **José Hermeto Sanchotene**: depoimento [jul. 2017]. Entrevistadora: Marina Oba. Curitiba, 2017. Arquivo digital. Entrevista concedida.

SANCHOTENE, Rubens. **Rubens Sanchotene**: depoimento [jul. 2017]. Entrevistadora: Marina Oba. Curitiba, 2017. Arquivo digital. Entrevista concedida.

SANSÃO FONTES, Adriana. **A nova forma da Esplanada de Santo Antônio**. O projeto urbano na área central do Rio de Janeiro no século XXI. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, Michelle Schneider. **A arquitetura do escritório Forte Gandolfi 1962-1973**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2011.

SANTOS, Nubia Melhem (org.). **Era uma vez o Morro do Castelo**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

SCARAMELLA, Giovanni (coord.). **Morro de Santo Antônio / BNDES**: Avenida República do Paraguai – Rio de Janeiro (etapa diagnóstico). Rio de Janeiro, 2015.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. **Consequências funestas da cruel guerra contra Bonaparte e outros inventos da paixão**. IPHAN, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao /Artigo_do_Patrimonio_Consequencias_funes-tas_da_cruel_guerra_contra_Bonaparte_e_outros_inventos_da_paixao_2009.pdf>. Acesso em 20/10/2015.

SEDE Central. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 dez. 1962. 1º cad., p.7.

SEDE da Petrobras. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 jun. 1965. 2º cad., p. 2.

SEGRE, Roberto; VILAS BOAS, Naylor. **Os projetos de alinhamento da Prefeitura do Distrito Federal (1900-1930)**: uma história oculta do Morro de Santo Antônio no centro do Rio de Janeiro. 2º Seminário Ibero-Americano: Arquitetura e Documentação. 2011.

_____; KOATZ, Gilson Dimenstein; VILAS BOAS, Naylor. **The Center of Rio de Janeiro**: Urban Cultural Paradoxes. Proceedings of the 15th International Planning History Society. São Paulo, 2012.

_____; _____. **Morro de Santo Antônio**: Significado dos limites de um vazio urbano. Anais do Encontro Nacional da ANPUR, Vol. 15, 2013.

_____. **O diálogo entre academia e modernidade**: Paulo de Camargo e Almeida e José Octacílio Saboya Ribeiro na Esplanada de Santo Antônio, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 201-.

SILVA, Raul Bueno Andrade. **Globos Virtuais e Cidades**: leituras gráficas sobre a história do Morro de Santo Antônio no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Rio de Janeiro, 2014.

SISSON, Rachel. **Espaço e poder**: os três centros do Rio de Janeiro e a chegada da Corte Portuguesa. Rio de Janeiro: Arco, 2008.

STELLE, Ariel. **Ariel Stelle**: depoimento [jul. 2017]. Entrevistadora: Marina Oba. Curitiba, 2017. Arquivo digital. Entrevista concedida.

SZILARD, Adalberto; OLIVEIRA REIS, José de. **Urbanismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora “O Construtor”, 1950.

TAVARES, Maria de Fátima Duarte. **A paisagem do Rio de Janeiro e o pensamento técnico**: Ordem urbana e natureza no século XIX. Arquitextos. São Paulo, Vitruvius, 2008. Disponível em: < http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.096/143>. Acesso em: 15.05.2017.

TRÁFEGO na Avenida Chile é desafio. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 16 mar. 1971. 1º cad., p.6.

TRANSFERÊNCIAS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29 abr. 1964. 1º cad., p. 2.

TRANSFERÊNCIA Política. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27 jul. 1961. 1º cad., p.6.

VAI ganhando vida... . *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 jun. 1960. 1º cad., p.2.

VAZ, Lilian Fessler; ANDRADE, Luciana da Silva; GUERRA, Max Welch (orgs.). **Espaços Públicos nas Políticas Urbanas**: Estudos sobre o Rio de Janeiro e Berlim. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

VILAS BOAS, Naylor. **A Esplanada do Castelo**: fragmentos de uma história urbana. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Rio de Janeiro, 2007.

XAVIER, Alberto. **Arquitetura Moderna em Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1989.

_____. BRITTO, Alfredo. NOBRE, Ana Luíza. **Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro**. São Paulo: Pini: Fundação Vilanova Artigas: Rio de Janeiro: RIOARTE, 1991.

ZEIN, Ruth Verde. **A arquitetura da escola paulista brutalista 1953-1973**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2005.

WILLER, Alfred. **Alfred Willer**: depoimento [out. 2004]. Entrevistadores: Ângela Cristina Kawka e Bóris Christian Tkotz. 2004.

WILLER, Alfred. **Alfred Willer**: depoimento [jun. 2017]. Entrevistadora: Marina Oba. Curitiba, 2017. Arquivo digital. Entrevista concedida.

Fontes das imagens

Figura 1: BELLIN, Jacques Nicolas. **Plan de la Baye de Rio-Janeiro**. *In*: Le Petit Atlas Maritime: recueil de cartes et plans des quatre parties du monde, 1764.

Figura 2: Mappery. Disponível em <<http://www.mappery.com/map-of/Rio-De-Janeiro-Historical-Map-2>>. Acesso em 05/05/2015.

Figura 3: ITAMARATY. **Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro**: reduzida da que se publicou no Anno de 1812. 1817. Disponível em: <<http://www.brmaua.com.br/imagens-ganhando-a-vida-na-corte/>>. Acesso em 31/04/2017.

Figura 4: BIBLIOTECA LUSO-BRASILEIRA. **Guia e Plano da cidade do Rio de Janeiro**. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309960/cart309960.jpg>. Acesso em 05/05/2015.

Figura 5: RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias (coord.). **Planos Urbanos**: Rio de Janeiro: Século XIX. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

Figura 6: DEL BRENNNA, Giovanna (org.). **Uma cidade em questão I**: Grandjean Montigny e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC: FUNARTE: Fundação Roberto Marinho, 1979.

Figura 7: COMISSÃO DE MELHORAMENTOS. **2º Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro**. Typografia Nacional, 1876. Acervo da Biblioteca Nacional.

Figura 8: FOGLIANI, Giuseppe. **Projeto de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1903.

Figuras 9, 10 e 11: SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. **Acervo de Imagens - PAA/PAL**. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaProjetosPorNumero.asp>>. Acesso em 2016.

Figura 12: HOLLAND, S. H.. **Vista Geral da Cidade**. 1930. Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>>. Acesso em 04/10/2016.

Figuras 13, 14 e 15: SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. **Acervo de Imagens - PAA/PAL**. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaProjetosPorNumero.asp>>. Acesso em 2016.

Figura 16: BRASILIANA FOTOGRÁFICA. **Morro de Santo Antônio**. S.d.. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/>>. Acesso em 12/02/2016.

Figura 17: AGACHE, Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro**: Remodelação, Extensão e Embellezamento. 1930.

Figura 18: SEGRE, Roberto. **O diálogo entre academia e modernidade**: Paulo de Camargo e Almeida e José Octacílio Saboya Ribeiro na Esplanada de Santo Antônio, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 201-.

Figura 19: BONDUKI, Nabil (Org.). **Affonso Eduardo Reidy**. Série Arquitetos Brasileiros, Lisboa, Blau, Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 1999.

Figura 20: SEGRE, Roberto. **O diálogo entre academia e modernidade**: Paulo de Camargo e Almeida e José Octacílio Saboya Ribeiro na Esplanada de Santo Antônio, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 201-.

Figura 21: CENIQUEL, Mario. **Affonso Eduardo Reidy**: Ordem, Lugar e Sentido. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo). São Paulo, 1996.

Figura 22: KFURI, Jorge. **Morro de Santo Antônio e arredores**. S.d.. Brasileira Fotográfica. Disponível < <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/4248>>. Acesso em 18/03/2016.

Figuras 23 e 24: BONDUKI, Nabil (Org.). **Affonso Eduardo Reidy**. Série Arquitetos Brasileiros, Lisboa, Blau, Instituto Lina Bo e P.M. Bardí, 1999.

Figura 25: CENIQUEL, Mario. **Affonso Eduardo Reidy**: Ordem, Lugar e Sentido. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo). São Paulo, 1996.

Figura 26: KFURI, Jorge. **O Morro de Santo Antônio**. 19--.. Arquivo da Marinha. Disponível em: <<http://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/icaatom-1.3.0/index.php/vis-ta-aerea-do-morro-de-santo-antonio-rio-de-janeiro-4;isad>>. Acesso em 18/03/2016.

Figura 27: O GLOBO. **Favela**: Casebres ocupam o Morro de Santo Antônio. 1952. Disponível em: < <http://acervo.oglobo.globo.com/incoming/morro-de-santo-antonio-av-chile-22212851>>. Acesso em 01/05/2018.

Figura 28: RIO QUE PASSOU. **Lapa e arrasamento do Morro de Sto. Antônio segunda metade dos anos 50**. 2017. Disponível em: <<http://www.rioquepassou.com.br/andre-decourt/wp-content/images/Lapa-06.jpg>>. Acesso em 17/07/2017.

Figura 29: CENIQUEL, Mario. **Affonso Eduardo Reidy**: Ordem, Lugar e Sentido. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo). São Paulo, 1996.

Figura 30: CORREIO DA MANHÃ. 1960. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 31: ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Desmonte do Morro de Santo Antônio**. S.d.. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliansa/>>. Acesso em 12/02/2016.

Figura 32: O GLOBO. **São Sebastião**. 1964. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/incoming/20791893-9fa-a03/imagemHorizontalFotogaleria/Sao-Sebastiao.jpg>>. Acesso em 10/10/17.

Figuras 33, 34, 35 e 36: SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. **Acervo de Imagens - PAA/PAL**. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaProjetosPorNumero.asp>>. Acesso em 2016.

Figura 37: Desenvolvida sobre imagem aérea do GoogleEarth.

Figura 38: Construção Região Sul. Ago. 1973.

Figura 39: SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. **Acervo de Imagens - PAA/PAL**. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaProjetosPorNumero.asp>>. Acesso em 2016.

Figura 40: PACHECO, Paulo C. B.. **A Arquitetura do Grupo Paraná 1957 - 1980**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - UFRGS). Porto Alegre, 2010.

Figura 41: SANTOS, Michelle Schneider. **A arquitetura do escritório Forte Gandolfi 1962-1973**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo — Universidade Presbiteriana Mackenzie). São Paulo, 2011.

Figuras 42, 43 e 44: SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. **Acervo de Imagens - PAA/PAL**. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaProjetosPorNumero.asp>>. Acesso em 2016.

Figura 45: PACHECO, Paulo C. B.. **O Risco do Paraná e os Concursos Nacionais de Arquitetura**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - UFRGS). Porto Alegre, 2004.

Figura 46: CASTRO, Vicente. Acervo pessoal. 2017.

Figura 47: PACHECO, Paulo C. B.. **A Arquitetura do Grupo Paraná 1957 - 1980**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - UFRGS). Porto Alegre, 2010.

Figura 48: SANTOS, Michelle Schneider. **A arquitetura do escritório Forte Gandolfi 1962-1973**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo — Universidade Presbiteriana Mackenzie). São Paulo, 2011.

Figura 49: PACHECO, Paulo C. B.. **A Arquitetura do Grupo Paraná 1957 - 1980**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - UFRGS). Porto Alegre, 2010.

Figuras 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 56: Fotografia Raimundo Nonato/Banco de Imagens da Petrobras, 2017.

Figura 57: CORREIO DA MANHÃ. 1970. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 58: OBA, Leonardo. **Acervo pessoal**. 2016.

Figura 59: A autora. **Acervo pessoal**. 2017.

Figura 60: MÓDULO. 1959. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 61: PACHECO, Paulo C. B.. **O Risco do Paraná e os Concursos Nacionais de Arquitetura**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - UFRGS). Porto Alegre, 2004.

Figuras 62 e 63: OBA, Leonardo. **Acervo pessoal**. 2016.

Figura 64: BRASIL, Helio. **Acervo pessoal**. 2017.

Figuras 65 e 66: OBA, Leonardo. **Acervo pessoal**. 2016.

Figuras 67, 68 e 69: SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. **Acervo de Imagens - PAA/PAL**. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaProjetosPorNumero.asp>>. Acesso em 2016.

Figura 70: BRASIL, Helio. **Acervo pessoal**. 2017.

Figura 71: BRASIL, Helio. **Acervo pessoal**. 2017.

Figura 72: OBA, Leonardo. **Acervo pessoal**. 2016.

Figura 73: AS ESTAÇÕES do Metrô do Rio de Janeiro. *Módulo*. Nº 52. Rio de Janeiro, 1979. P. 52.

Figura 74: A autora. **Acervo pessoal**. 2017.

Figura 75: FINOTTI, Leonardo. **17108-110209-242d**. Disponível em: <http://www.leonardofinotti.com/uploads/mongoid_image/image/4e653bf47fa36f454a00002b/big_dragonfly20120216-4324-pxrax2.jpg>. Acesso em 2017.

Figuras 76, 77 e 78: SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. **Acervo de Imagens - PAA/PAL**. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaProjetosPorNumero.asp>>. Acesso em 2016.

Figuras 79: A autora. **Acervo pessoal**. 2017.

Figuras 80: GUSMÃO, Daniel. **Foto da maquete**. Disponível em: < https://images.adsttc.com/media/images/5450/d09f/e58e/cef8/1300/01fd/large_jpg/_FOTO_MAUQUETE_FIN_1_copy.jpg>. Acesso em 2018.

Figuras 81 e 82: A autora. **Acervo pessoal**. 2017.

planos para o território do Morro de Santo Antônio

A organização cronológica de 32 mapas (31 propostas, somadas ao mapa cadastral de 1999) do território do Morro de Santo Antônio permite identificar as continuidades e os ineditismos de cada projeto. Assumiu-se um mesmo padrão de escala e de representação gráfica, separando os elementos dos projetos em três camadas: o perímetro do território do Morro em cinza, as edificações em branco, e a organização das vias de tráfego em preto. Atrelada à linha do tempo lateral, evidencia-se a relação entre os eventos históricos dos períodos políticos pré-determinados e as premissas defendidas nas propostas.

Identifica-se certa similaridade entre as propostas dentro dos períodos políticos vividos pela cidade do Rio de Janeiro. A maior ruptura dentro de um mesmo período apresenta-se no fim da década de 1940, quando Reidy propôs o abandono da Avenida Diagonal em favor da organização em vias ortogonais.

Quanto à periodicidade de planos, nota-se, contraditoriamente, que há uma concentração maior de propostas junto da retomada da determinação da transferência da capital para Brasília, 1946. Outro período fértil foi após a inauguração de Brasília, durante o Governo Militar. Com as obras já iniciadas, discutiu-se a abrangência das obras e a participação do recém criado Estado da Guanabara na reorganização viária e edílica do território. Abriu-se mão da densidade de construções em favor de grandes lotes e edifícios soltos, mas insistiu-se ainda na continuidade das vias ortogonais rasgando o território e o tecido adjacente. Essa desejada fluidez, vislumbrada desde as primeiras propostas do século XIX, nunca foi consolidada, mas permaneceu, ao menos parcialmente, nos planos de alinhamento da prefeitura até a década de 1980. A distribuição temporal das propostas é melhor visualizada na linha do tempo organizada na vertical, à direita.

A desproporção entre o calibre das avenidas Chile e República do Paraguai e o seu comprimento é uma das características mais marcantes do território, juntamente dos edifícios institucionais construídos entre as décadas de 1970 e 1980, as reminiscências do morro junto ao Largo da Carioca, que se mesclam com a estação de metrô e com o embasamento do Edifício de Serviços do BNDE.

BELA-CAP

Com as obras de arrasamento iniciadas, o traçado ortogonal se consolidou. Discutia-se, então, a implantação dos edifícios, seus acessos, os níveis das vias e a continuidade da proposta no entorno imediato.

CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Os planos até o início da década de 1980 mantêm a continuação da Av. Paraguai a norte. O território é desconsiderado no plano do Corredor Cultural. A base cadastral mostra o arruamento consolidado o BNDE, a Petrobras, a Catedral e o Convento.

CAPITAL DA COLÔNIA

O Morro de Santo Antônio compunha um dos elementos perimetrais da cidade. Os mapas existentes até então mostram o território com uma ocupação rarefeita, marcada, a partir da metade do século XVIII, por elementos lineares de proteção e fortificações.

CAPITAL DO IMPÉRIO

Os planos elaborados durante o século XIX mostram a preocupação em dar continuidade às suas ajacências, ora por vias que cruzariam o morro de lado a lado conectando pontos existentes, ora pela expansão do tecido existente.

CAPITAL DA REPÚBLICA

Com traçado mais curvilíneo, as propostas elaboradas durante o primeiro quarto do século XX defendem a manutenção da elevação, concentrando áreas de loteamento na porção superior do Morro de Santo Antônio, planificada.

CAPITAL DO ESTADO NOVO

A partir de 1930, os planos mostram a continuidade do tecido adjacente ao Morro, com previsão de edifícios conformando quadras regulares. C. Almeida adiantou a solução de vias ortogonais. S. Ribeiro propôs ligação pela Av. Diagonal. Szilard e Reis sugeriram edifícios soltos e independentes.

CAPITAL DA RESISTÊNCIA

Após a decisão pela transferência da capital federal para Brasília, os planos para o Morro assumiram a configuração de vias em cruz, conformando lotes de dimensões e ocupação contrastantes ao tecido adjacente.

1763 TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL DE SALVADOR PARA O RIO DE JANEIRO

- 1808 CHEGADA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA
- 1816 CHEGADA DA MISSÃO FRANCESA

1822 DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA ENTRE BRASIL E PORTUGAL

- 1831 DOM PEDRO I ABDICA DO TRONO EM FAVOR DE DOM PEDRO II

- 1856 OBRAS DE REFORMA URBANA EM PARIS POR HAUSSMANN

- 1970 HAUSSMANN DEMITE-SE DO CARGO DE PREFEITO

1889 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA DO BRASIL

- 1891 CARTA MAGNA : DEMARCAÇÃO DE ÁREA NO INTERIOR DO PAÍS PARA NOVA CAPITAL

- 1922 DESMONTE DO MORRO DO CASTELO SEMANA DE ARTE MODERNA EM SÃO PAULO

- QUEBRA DA BOLSA DE NOVA IORQUE
- 1929 PRIMEIRA VINDA DE LE CORBUSIER AO BRASIL

1930 GOVERNO VARGAS

- 1936 SEGUNDA VINDA DE LE CORBUSIER AO BRASIL
- 1937 RETIRADA A PREVISÃO DE TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL PARA O INTERIOR
- 1939 PAVILHÃO DE LUCIO COSTA E NIEMEYER EM NOVA IORQUE
- 1943 BRAZIL BUILDS
- 1946 VOLTA A DETERMINAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL PARA O INTERIOR
- 1947 INAUGURAÇÃO EDIFÍCIO GUSTAVO CAPANEMA (MES)

- 1952 INÍCIO DAS OBRAS DE ARRASAMENTO DO MORRO DE SANTO ANTÔNIO

1956 GOVERNO JK

- 1960 INAUGURAÇÃO DE BRASÍLIA
- 1964 GOVERNO MILITAR

1974 FUSÃO ENTRE OS ESTADOS DA GUANABARA E DO RIO DE JANEIRO

- 1978 FIM DO AI-5

INFOGRÁFICO 1:
REFERÊNCIAS

- 1769 **Mapa com demarcação de muralha**
ROSCIO, João. *Planta da Cidade Ryo de Janeyro: Capital dos Estados do Brazil: Com o Projeto de hua, Trinzeira ou fortiicação ligeyra a parte da Campanha*. Rio de Janeiro, 1760.
- 1843 **Esquema parcial das propostas do Plano de Beaurepair Rohan realizado sobre planta de 1854**
RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias (coord.). *Planos Urbanos: Rio de Janeiro: Século XIX*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- 1847 **Grandjean Montigny : Projeto de reestruturação da área da cidade entre o Largo do Rocio e o Largo da Ajuda**
DEL BRENNNA, Giovanna (org.). *Uma cidade em questão I: Grandjean Montigny e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PUC: FUNARTE: Fundação Roberto Marinho, 1979.
- 1876 **Comissão de Melhoramentos : Projeto de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro**
COMISSÃO DE MELHORAMENTOS. *2º Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro*. Typografia Nacional, 1876. *Acervo da Biblioteca Nacional*.
- 1880 **Giuseppe Fogliani : Projecto de melhoramentos na cidade do Rio de Janeiro**
FOGLIANI, Giuseppe. *Projeto de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1903.
- 1916 **PAA 946 : Projecto de melhoramento do Morro de S^o. Antonio**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1921 **PAA 1390 : Projecto de embelezamento do Morro de S^o. Antonio organizado pela sua proprietária Companhia Industrial Santa Fé**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1921 **PAA 1428 : Planta do projecto de embelezamento do Morro de Santo Antonio**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1924 **PAA 1549 : Projecto de embelezamento do Morro de Santo Antonio**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1930 **Alfred Agache : Perspectiva aérea do centro monumental e dos bairros de intercambio e dos negócios**
AGACHE, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: Remodelação, Extensão e Embellezamento*. 1930.
- 1938 **Camargo e Almeida**
SEGRE, Roberto. **O diálogo entre academia e modernidade**: Paulo de Camargo e Almeida e José Octacílio Saboya Ribeiro na Esplanada de Santo Antônio, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 201-.
- 1941 **PAA 3612 (Saboya Ribeiro) : Remodelação da Capital Federal : I) Urbanização da Esplanada de Sto. Antonio**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1945 **A. Szilard / J. O. Reis : Estudo alternativo de ocupação da área do Morro do Santo Antônio**
CENIQUEL, Mario. *Affonso Eduardo Reidy: Ordem, Lugar e Sentido*. Tese – FAUUSP. São Paulo, 1996.
- 1947 **PAA 4641 (Saboya Ribeiro) : Modificação parcial do projeto nº 3612 – blocos nºs XXI XXII e XXVI**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1948 **PAA 4809 (Reidy) : Urbanização do Morro de Santo Antonio: Centro cívico municipal**
CENIQUEL, Mario. *Affonso Eduardo Reidy: Ordem, Lugar e Sentido*. Tese – FAUUSP. São Paulo, 1996.
- 1949 **PAA 5028 (Reidy) : Urbanização do Morro de Santo Antonio**
CENIQUEL, Mario. *Affonso Eduardo Reidy: Ordem, Lugar e Sentido*. Tese – FAUUSP. São Paulo, 1996.
- 1949 **PAA 5029 : Avenida Norte–Sul : Trecho compreendido entre a Esplana do Santo Antonio e o Morro da Conceição, e urbanização das áreas adjacentes**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1950 **PAA 5408 : Urbanização da Esplana de Santo Antônio**
CENIQUEL, Mario. *Affonso Eduardo Reidy: Ordem, Lugar e Sentido*. Tese – FAUUSP. São Paulo, 1996.
- 1958 **PAA 7214 : Urbanização da Esplana de Santo Antônio**
CENIQUEL, Mario. *Affonso Eduardo Reidy: Ordem, Lugar e Sentido*. Tese – FAUUSP. São Paulo, 1996.
- 1966 **PAA 8049 : Esplanada de Santo Antônio :Plano viário**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1966 **PAA 8382 : Esplanada de Santo Antôni : Plano de utilização da área e gabaritos**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1966 **PAA 8399 : Esplanada do Santo Antônio :Urbanização da quadra “NE”**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1967 **PAA 8530 : Esplanada do Santo Antônio :Projeto de Urbanização**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1969 **PAA 8772 : Projeto de alinhamento da Rua Evaristo da Veiga (lado par) trecho entre as ruas Visconde de Maranguape e Senador Dantas e de loteamento nos terrenos da Polícia Militar do Estado da Guanabara**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1970 **PAA 8940 : Projeto de modificação de alinhamento e loteamento da Esplanada de Santo Antônio**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1970 **PAA 8944 : Avenida Norte-Sul : Trecho compreendido entre a Esplana de Santo Antônio e a Avenida Bicalho : Urbanização de áreas adjacentes**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1972 **PAA 9091 : Esplanada de Santo Antônio : Projeto de urbanização**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1972 **PAA 9219 : Esplanada de Santo Antônio :Trecho da estação de bondes de S. Teresa**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1974 **PAA 9446 : Esplanada do Santo Antônio : Transforma os lotes C-1, C-2 e C-3 do PA 9091 e PAL 30027 em lote C-4 e cria lote C-5**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1981 **PAA 10122 : Projeto de alinhamento para a Rua Santo Antonio**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1981 **PAA 10600 : Corredor Cultural : Plano de preservação paisagística e ambiental para áreas consideradas de interesse histórico e arquitetônico localizadas no centro da cidade**
SMU: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro: Subsecretaria de Urbanismo. *Acervo de Imagens* - PAA/PAL.
- 1999 **Planta cadastral**
Prefeitura do Rio de Janeiro: Portal Geo. *Mapas digitais*.

taxonomia

O diagrama permite comparar projetos que seguem uma mesma linha de raciocínio arquitetônico e estrutural — inspirações, aspirações e casos correlatos àqueles propostos para os edifícios da Petrobras e do BNDE. A linha do tempo inferior, na qual cada barra equivale a um intervalo de cinco anos, ilustra a sua localização temporal.

Os projetos estão organizados em sequência cronológica e cada uma das três linhas sequencia os projetos pertencentes aos táxon: Petrobras, BNDE Brasília e BNDE Rio. A camada inferior traz os projetos relacionados ao edifício-sede da Petrobras no Rio de Janeiro, desde a proposta para Presidente Vargas indo em direção ao projeto para Esplanada. A camada intermediária compila aqueles associados ao edifício-sede do BNDE em Brasília, com estruturas mais robustas, que incorporam aos apoios espaços servidores. A camada superior apresenta casos relacionados ao edifício de serviços do BNDE no Rio de Janeiro, predominantemente verticais e estruturados a partir de núcleo único central. Nota-se, no entanto, que alguns projetos poderiam transitar sem dificuldade entre as camadas propostas.

As peças gráficas selecionadas — plantas, cortes e elevações — estão em mesma escala aproximada, sendo equivalente a 10 x 10m.

BNDE RIO
BNDE BRASÍLIA

PETROBRAS

1914 DOM-INO
Proposta de módulo unitário associável na composição de sistemas tanto horizontais quanto verticais para abrigar funções distintas. As lajes com faces planas, sem vigas marcadas, e os pilares afastados das bordas enfatizam a independência entre vedações e estrutura.

1925 CLOUD IRON

1936 MES

1950 JOHNSON WAX

1958 KIKUTAKE HOUSE
TOWER SHAPED COMM.

1959 QUINTA AVENIDA
JOCKEY CLUB

1960 LAB. RICHARDS
PLUG-IN CITY
CLUSTERS IN THE AIR

1961 YAMANASHI PRESS+RADIO

1962 BIBLIOTECA BUENOS AIRES
PEUGEOT BUENOS AIRES

Peugeot Buenos Aires
Edifício de base quadrada com área útil do pavimento reduzida para dar lugar a vazios de pé direito variável. A alternância desses vazios permite que a seção da torre se mantenha maior, conferindo maior estabilidade para o crescimento em altura. Vale comparar com a escala da Tower-shaped Community de 1958.

1965 BANCO AMÉRICA DO SUL

1966 SHIZUKA PRESS

1967 PETROBRAS - PRES. VARGAS
PAVILÃO EXPO 70 OSAKA
GRAPHIC ARTS CENTER NY

1968 SESI-CIESP
BIBLIOTECA DA BAHIA
PETROBRAS - ESPLANADA

1971 CASA DA MOEDA
SESC ARCB
TRIBUNAL DE CONTAS

1972 NAKAGIN TOWERS

1973 ED. ASAHU
ED. BRASÍLIA
EDIFÍCIO MORUMBI

1974 BNDE RIO DE JANEIRO

1975 EDIFÍCIO SPRINGFIELD

1977 CENTRO CONV. PERNAMBUCO
SPBC
CREA SP

1985 BIBLIOTECA RIO DE JANEIRO

Projetos década de 1960:
Metabolistas e Archigram
Núcleos centrais concebidos como infraestrutura fixa para acoplamento de unidades substituíveis e variáveis. Os cores assumiram protagonismo nas propostas e na composição de megaestruturas com centralidades enfatizadas.

Johnson Wax Tower
A torre proposta por Wright apoia-se em coluna servidora central única, o que permite variação no perímetro das lajes ao longo da altura da torre. Essa variação interna é contraposta à regularidade volumétrica externa das fachadas. O perfil variado é percebido externamente como um vulto.

SCRAMBLERS ALL FIVE
exp. 5 yrs.
ROOMS exp. 3 yrs.
core: exp. 25 yrs.
THE MOVABLE BUILDING
exp. 10 yrs.
profit: 5 yrs.
TOWER HAS ALL THE COMMUNICATIONS WITHIN IT
exp. 20 years

BNDE Brasília
(2º prêmio)
Torre de base quadrada, com variação de perímetro dos pavimentos, e lajes engastadas em coluna servidora, com extensão do balanço das lajes nervuradas inferior à largura do core. Embasamento topográfico em entomo com leve inclinação.

BNDES Rio
Traz características dos projetos vencedores do 1º e 2º prêmios para o BNDE Brasília. Torre de base quadrada, com variação de perímetro dos pavimentos, e estrutura originalmente organizada em apoio central e lajes atrinçadas à grelha superior — o que permitia maior extensão de laje em relação ao core. Embasamento topográfico, originalmente curvo, que interliga o passeio ao fragmento do Morro de Santo Antônio.

INFOGRÁFICO 2:
REFERÊNCIAS

Petrobras

- 1914 Dom-Ino** / Le Corbusier
LE CORBUSIER et JEANNERET,
Pierre. *Oeuvre Complète*. Volume 1,
1910-1929. Artemis: Zurich, 1974.
- 1936 Sede Ministério Educação e Saúde (MES)** / Lucio Costa, Afonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Jorge Moreira, Oscar Niemeyer e Ernani Vasconcellos
GOODWIN, Philip L.; SMITH, Kidder. *Brazil Builds*: architecture new and old 1652-1942. The Museum of Modern Art: Nova York, 1943.
- 1959 Edifício Quinta Avenida** / Pedro Paulo de Melo Saraiva e Miguel Juliano
ACRÓPOLE. N° 255, p 88-91. São Paulo, 1960.
- 1959 Jockey Club** / Jorge Wilhelm, Carlos Millan e Maurício Tuck Schneider
MATERA, Sérgio. Carlos Millan: um estudo sobre a produção em arquitetura. Dissertação – FAUUSP. São Paulo, 2005.
- 1962 Sede Peugeot Buenos Aires** / Eduardo Kneese de Mello, Joel Ramalho, Sidney de Oliveira + Fábio Canteiro, Luiz Forte Netto e José Maria Gandolfi
PACHECO, Paulo C. B.. *O Risco do Paraná e os Concursos Nacionais de Arquitetura*. Dissertação – UFRGS. Porto Alegre, 2004.
- 1967 Petrobras Presidente Vargas** / Roberto Gandolfi, José Sanchotene + Abraão Assad
SANTOS, Michelle Schneider. *A Arquitetura Do Escritório Forte Gandolfi 1962-1973*. Dissertação - Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.
- 1968 Petrobras Esplanada** / Roberto Gandolfi, José Sanchotene, Abraão Assad, José Maria Gandolfi, Luiz Forte Netto, Vicente de Castro
SANTOS, Michelle Schneider. *A Arquitetura Do Escritório Forte Gandolfi 1962-1973*. Dissertação – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2011.
- 1973 Edifício Morumbi / Jerônimo Bonilha Esteves, Israel Sancovski
PROCESS. N°17. Tokyo, 1980.
- 1975 Edifício Springfield** / Luiz Forte Netto, Orlando Busarello, Dilva Slomp Busarello
PACHECO, Paulo C. B.. *A Arquitetura do Grupo Paraná 1957 - 1980*. Tese – UFRGS. Porto Alegre, 2010.
- BNDE Brasília**
- 1925 Cloud Iron** / El Lissitzky
CRIDGE, Nerma Prnjavorac. *Drawing the unbildable*: Seriality and reproduction in Architecture. Routledge: London, 2015.
- 1958 Kikutake House (Sky House)** / Kiyonori Kikutake
RENOVATION: Beyond Metabolism. *The Japan Architect*, JA73, p.21-22. Tokyo, 2009.
- 1960 Richards Laboratories** / Louis Kahn
LOUIS KAHN COLLECTION. Architectural Archives, University of Pennsylvania. Disponível em: < https://www.philadelphiabuildings.org/pab/app/co_display_overview.cfm/480049>
- 1961 Yamanashi Press and Radio Center** / Kenzo Tange
DOCOMOMO Japan: the 100 Selections. *The Japan Architect*, JA57. Tokyo, 2005.
- 1962 Biblioteca Buenos Aires** / Clorindo Testa, Francisco Bullrich, Alicia Cazzaniga
CORADIN, C.S. *Clorindo Testa: A arquitetura da Biblioteca Nacional*. Buenos Aires, 1961- 1996. Dissertação – UFRGS. Porto Alegre, 2009.
- 1968 SESI-CIESP** / Plínio Croce, Roberto Afalo, Giancarlo Gasperini
ZEIN, Ruth Verde. *A arquitetura da escola paulista brutalista 1953-1973*. Tese – UFRGS. Porto Alegre, 2005.
- 1968 Biblioteca da Bahia** / Roberto Gandolfi, José Sanchotene, Abraão Assad
PACHECO, Paulo C. B.. *O Risco do Paraná e os Concursos Nacionais de Arquitetura*. Dissertação – UFRGS. Porto Alegre, 2004.
- 1971 Tribunal de Contas de São Paulo** / Plínio Croce, Roberto Afalo, Giancarlo Gasperini
ZEIN, Ruth Verde. *A arquitetura da escola paulista brutalista 1953-1973*. Tese – UFRGS. Porto Alegre, 2005.
- 1973 Sede BNDE Brasília** / Alfred Willer, Ariel Stelle, Joel Ramalho, José Sanchotene, Leonardo Oba, Oscar Mueller, Rubens Sanchotene
PACHECO, Paulo C. B.. *O Risco do Paraná e os Concursos Nacionais de Arquitetura*. Dissertação – UFRGS. Porto Alegre, 2004.
- 1978 Sede SPBC** / Aldo Matsuda, Jurandir Nogueira, Renato Mueller, Alberto Foloni Junior
PACHECO, Paulo C. B.. *O Risco do Paraná e os Concursos Nacionais de Arquitetura*. Dissertação – UFRGS. Porto Alegre, 2004.
- BNDE Rio**
- 1950 Johnson Wax Research Tower** / Frank L. Wright
LIPMAN, Johnathan. *Frank Lloyd Wright and the Johnson Wax buildings*. New York, 1986.
- 1958 Tower Shaped Communities** / Kiyonori Kikutake
KIKUTAKE, Kiyonori. *Proposed design of Marine City by Kiyonori Kikutake*. *Kokusai Kenchiku*, Vol.26. N° 2, p.36-39. Tokyo, 1959.
- 1960 Plug-in City / Archigram
Archigram Issue. N° 4. London, 1964.
COOK, Peter et al.. Archigram. Studio Vista Publishers: London, 1972.
- 1960 Clusters in the Air** / Arata Isozaki
ISOZAKI, Arata. *Hankenshikuchi [Unbuilt]*. Tokyo, 2001.
- 1965 Banco América do Sul** / Ernest Mange, Ariaki Kato
ZEIN, Ruth Verde. *A arquitetura da escola paulista brutalista 1953-1973*. Tese – UFRGS. Porto Alegre, 2005.
- 1966 Shizuoka Press** / Kenzo Tange
KOOLHAAS, Rem; OBRIST, Hans Ulrich. *Project Japan: Metabolism Talks*. Koln, 2011.
- 1967 Pavilhão Expo 70 Osaka** / José Sanchotene, Alfred Willer, Oscar Mueller
PACHECO, Paulo C. B.. *O Risco do Paraná e os Concursos Nacionais*

de Arquitetura. Dissertação – UFRGS. Porto Alegre, 2004.

1967 Graphic Arts Center NY / Paul Rudolph
ARCHITECTS PROPOSE New Housing to Improve the Quality of Life in the City: A Graphic Arts Center. *Architectural Record*, n° 142 (October). New York, 1967.

1971 Casa da Moeda / Luiz Forte Netto, José Maria Gandolfi, Roberto Gandolfi, Joel Ramalho e Vicente de Castro
PACHECO, Paulo C. B.. *O Risco do Paraná e os Concursos Nacionais de Arquitetura*. Dissertação – UFRGS. Porto Alegre, 2004.

1971 SESC ARGB / Luiz Forte Netto, José Maria Gandolfi, Joel Ramalho e Vicente de Castro
PACHECO, Paulo C. B.. *O Risco do Paraná e os Concursos Nacionais de Arquitetura*. Dissertação – UFRGS. Porto Alegre, 2004.

1972 Nakagin Towers / Kisho Kurokawa
KUROKAWA, Kisho. *Metabolism in Architecture*. Studio Vista: Londres, 1977.

1973 Edifício Asahi / Paulo Casé
ZEIN, Ruth Verde. *A arquitetura da escola paulista brutalista 1953-1973*. Tese – UFRGS. Porto Alegre, 2005.

1974 BNDE Rio de Janeiro / Alfred Willer, Ariel Stelle, Joel Ramalho, José Sanchotene, Leonardo Oba, Oscar Mueller, Rubens Sanchotene
PACHECO, Paulo C. B.. *O Risco do Paraná e os Concursos Nacionais de Arquitetura*. Dissertação – UFRGS. Porto Alegre, 2004.

1977 Centro de Convenções de Pernambuco / Guilherme Zamoner, Joel Ramalho, Leonardo Oba
PACHECO, Paulo C. B.. *O Risco do Paraná e os Concursos Nacionais de Arquitetura*. Dissertação – UFRGS. Porto Alegre, 2004.

1978 Sede CREA SP / Aldo Matsuda, Jurandir Nogueira, Alberto Foloni Junior, Renato Mueller
PACHECO, Paulo C. B.. *O Risco do Paraná e os Concursos Nacionais de Arquitetura*. Dissertação – UFRGS. Porto Alegre, 2004.

1985 Biblioteca Pública do Rio de Janeiro / Telésforo Cristófani e José Carlos Ludovici
CHIARELLI, Sílvia Raquel. *Telésforo Cristofani: construção e composição*. Dissertação – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2013.